

**Direcção-Geral da Segurança Social**  
**Núcleo de Documentação e Divulgação**



**n.º 26**

**Lisboa, Outubro 2009**

***Direcção-Geral da Segurança Social***  
***Núcleo de Documentação e Divulgação***

# ***Boletim Bibliográfico***

***Erradicação da pobreza***

***Lisboa, Outubro 2009***

*Coordenação, elaboração e capa*  
Ester Liñares

*Tratamento da Documentação*  
Maria Isabel Maio  
Equipa NUDD

# Índice

PRIMEIRAS PÁGINAS .....	7
NOTA DE ABERTURA.....	11
A POBREZA NO ACERVO DOCUMENTAL DO NUDD .....	13
A POBREZA NA LEGISLAÇÃO.....	51
2010 ANO EUROPEU DO COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL .....	63
RESPONDER A UM DESAFIO MUNDIAL: REDUZIR A POBREZA APOIANDO-SE NA PARCERIA.....	89
A POBREZA NA INTERNET .....	109
A POBREZA EM PÁGINAS SOLTAS.....	147

# *Erradicação da pobreza*

## Erradicação da pobreza

O Ano Europeu 2010 desempenhará um papel importante no desenvolvimento da Europa social. A abordagem escolhida, ou seja, um ano durante o qual haverá uma combinação entre os métodos centralizados e descentralizados, é uma abordagem que deve apoiar melhor a coesão política entre matérias e vários níveis de governação, e conferir uma certa flexibilidade tendo em conta a situação específica de cada Estado-Membro.

O Ano Europeu 2010 permitirá à União Europeia e aos Estados-Membros renovar o seu compromisso político e salientará que a pobreza e a exclusão social têm impacto no desenvolvimento social e económico da União e na dignidade dos nossos cidadãos. O objectivo do Ano Europeu 2010 será demonstrar que é possível combater a pobreza e que esse combate pode ser bem sucedido.

Vladimír Špidla,  
Comissário Europeu do Emprego, Assuntos Sociais e  
Igualdade de Oportunidades  
Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social (debate),  
Estrasburgo, 16 de Junho de 2008



## Erradicação da pobreza

A pobreza e a exclusão social são uma ameaça ao desenvolvimento, à competitividade e ao modelo social. Violam igualmente os direitos humanos numa Europa que pretende tornar-se um modelo de respeito pela dignidade humana e de promoção da igualdade de oportunidades para todos.

A proposta da Comissão de declarar 2010 Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, com o orçamento mais elevado alguma vez concedido a um Ano Europeu, é um passo importante para a promoção da solidariedade, da justiça social e de uma maior coesão económica e política.

É nossa ambição que 2010 seja um marco importante para o reconhecimento da natureza multi-dimensional da pobreza e da exclusão social. Este reconhecimento abrange não só a pobreza material, como também o acesso a serviços de saúde, a habitação, a protecção social, a educação, a formação, o emprego e a qualidade de vida. Temos de aceitar que as pessoas afectadas pela pobreza têm o direito de viver dignamente e participar na vida social e económica. Temos de afirmar a responsabilidade comum das agências europeias dos Estados-Membros, dos parceiros sociais e de todos os cidadãos pelo aumento da coesão social. O ano 2010 lançará as bases para estruturas eficazes de responsabilidade colectiva e para uma redistribuição justa da riqueza

Marie Panayotopoulos-Cassiotou,  
deputada, relatora

Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social (debate),  
Estrasburgo, 16 de Junho de 2008





**A** União Europeia e os seus Estados-Membros estão fortemente empenhados no combate à pobreza e à exclusão social.








A Agenda Social da Comissão para 2005-2010 designou **2010** como o **Ano Europeu do combate à pobreza e à exclusão social** com o objectivo de reafirmar e reforçar o empenho político da UE, manifestado no início da Estratégia de Lisboa, em tomar medidas “com impacto decisivo no que respeita à erradicação da pobreza”.

A crise económica e financeira internacional de 2008 poderá ter consequências a longo prazo para o crescimento e o emprego na UE, sendo provável que venha a atingir com maior gravidade as categorias mais vulneráveis das nossas sociedades. O **Ano Europeu do Combate à Pobreza** deverá, pois, ter um impacto crucial na sensibilização para a exclusão social e na promoção da inclusão activa, dado que nenhum país está ao abrigo das consequências desta crise global.

Foi elaborado pela Comissão Europeia o documento-quadro estratégico para as entidades nacionais de execução e todos os outros intervenientes envolvidos neste Ano Europeu, que tem por objectivos fornecer orientações práticas para as actividades a desenvolver e garantir que os programas nacionais são coerentes com os objectivos não só do próprio Ano Europeu mas também com a estratégia europeia de protecção social e inclusão social.

O documento descreve como conciliar as actividades de 2010 com os objectivos e os princípios do Ano Europeu, pormenoriza o enquadramento de gestão e coordenação no plano nacional e europeu e formula recomendações inequívocas para a gestão financeira, o acompanhamento e a avaliação.

Os programas nacionais devem abranger os seguintes aspectos:

-  Situação nacional e desafios: os grandes desafios que se colocam ao país em matéria de combate à pobreza e à exclusão social, prioridades da estratégia nacional de protecção social e inclusão social (planos nacionais de acção para a inclusão). É possível incluir aqui uma breve descrição da estrutura administrativa existente para o Ano Europeu e do impacto e resultados esperados das actividades programadas.
-  Prioridades nacionais para o Ano Europeu de 2010, como estas vão ao encontro dos quatro grandes objectivos (reconhecimento dos direitos; responsabilidade partilhada e participação; coesão; empenho e acção concreta). Devem ser incentivadas acções criativas que envolvam pessoas em situação de pobreza.
-  Estratégia de comunicação, incluindo o sessão nacional de abertura e um sítio Web em cada país.
-  Consulta da sociedade civil e dos intervenientes relevantes: quem foi consultado durante a elaboração do programa, como e quando foram consultados e como participarão na implementação, no acompanhamento e na avaliação do programa.
-  Principais medidas de execução: convites à apresentação de propostas, processo de selecção, critérios de selecção e calendário indicativo.
-  Orçamento indicativo com co-financiamento comunitário e nacional.
-  Acompanhamento e avaliação das actividades do Ano Europeu.

*Adaptado de Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)  
Documento-Quadro Estratégico  
Prioridades e orientações para as actividades do Ano Europeu de 2010*



*A Pobreza no  
acervo  
documental do  
NUDD*



2000, DAS PALAVRAS AOS ACTOS...

**2000, das palavras aos actos ...** / coord. Commissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza. - Lisboa : DEPP-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, 2000. - 191 p. : il. ; 21 cm

Existe versão em língua inglesa EXC-2773

ISBN 972-97839-4-2

**EXC-2378**

2000, FROM WORDS TO ACTION...2000 - LE DIRE POUR AGIR...

**2000, from words to action... le dire pour agir...** / coord. Commissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza. - Lisboa : DEPP - Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, 2000. - 139 p. ; 21 cm

Exite versão em língua portuguesa EXC-2378

ISBN 972-704-205-8

**EXC-2773**

ACEP-Associação para a Cooperação entre os Povos

**O associativismo e o micro-crédito na luta contra a pobreza pela promoção do bem-estar rural : estudos de casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique** / ACEP-Associação para a Cooperação entre os Povos. - Lisboa : Departamento de Cooperação Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000. - 174 p. ; 30 cm. - (Cooperação ; vol. 1)

ISBN 972-98623-0-3

**EXC-2657**

LOS ADULTOS MAYORES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

**Los adultos mayores en América Latina y el Caribe : datos e indicadores.** - Santiago de Chile : Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, 2002. - 77 [1] p. il. ; 28 cm

No âmbito da 2.<sup>a</sup> Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em Madrid, 2002

**PI-2856**

ALBUQUERQUE, Catarina de

**O envolvimento de crianças em gangs juvenis** / Catarina de Albuquerque.

In: Infância e Juventude. - Lisboa. - ISSN 0870-6565. - n.º 3 (Julho-Setembro 2007), p. 33-60.

**IJ-A-786, IJ-1**

ALGAVA, Élisabeth

**Les familles monoparentales et leurs conditions de vie** / Élisabeth Algava...[et al.].

In: Família : dossier.- Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação e Divulgação, 2003. - [12] p.

Études et Résultats, n.º 389, Avril 2005

**FAM-A-307, FAM-DS-11**

ALMEIDA, Ana Nunes de

**Para uma sociologia da infância : jogos de olhares, pistas para a investigação** / Ana Nunes de Almeida. - Lisboa : ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. - 148 p. ; 20 cm. - (Colecção Breve. Sociologia).

ISBN 978-972-671-234-3.

**IJ-4772**

ASEMBLEA MUNDIAL SOBRE EL ENVEJECIMIENTO, 2, Madrid, 2002

**Una sociedad para todas las edades = Building a society for all ages /** Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento - Madrid : Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento, 2002. - 64 p. ; 30 cm  
Dossier Informativo (versão conjunta espanhol/inglês)

**PI-2863**

ASSEMBLEE GENERAL D' ESAN, Bruxelles, 2002

**Compte-rendu de l'assemblée générale d'ESAN, Bruxelles, les 22 et 23 juin 2002 /** ESAN. - Bruxelles : ESAN, 2002. - [25 p.] ; 30 cm

**AS-2946**

ASSEMBLEIA MUNDIAL, BUILDING A SOCIETY FOR ALL AGES, 2, Madrid, 2002

**Documentação sobre a segunda assembleia mundial, Building a society for all ages /** Second World Assembly on Ageing 2002, Madrid, 8-12 April 2002. - Lisboa : Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2002. - 1 dossier ; 30 cm  
contém documentação diversa

**PI-DS-2**

ASSOCIATION INTERNATIONALE DE LA SÉCURITÉ SOCIALE

**Coordination des politiques de l'emploi et des politiques de protection sociale /** Initiative de l'AISS. - Genève : AISS, 2001. - 9 p. ; 30 cm  
Résultats de recherches n.º 1

**SES-2629**

ATTACKING THE ROOT CAUSES OF TORTURE POVERTY, INEQUALITY AND VIOLENCE

**Attacking the root causes of torture poverty, inequality and violence : an interdisciplinary study /** edited by Thomas E. McCarthy ; preface by Ms. Louise Arbour. - Geneva : World Organisation Against Torture (OMCT), 2006. - 293 p. ; 30 cm. - (Discriminação sexual).

ISBN 2-88477-116-6.

**EXC-4690**

BERTRANOU, Fabio M.

**Financement des pensions par l'impôt et réduction de la pauvreté em Amérique latine : les impacts en Argentine, au Brésil, au Chili, au Costa Rica et en Uruguay /** Fabio M. Bertranou, Wouter van Ginneken, Carmen Solorio.

In: Revue internationale de sécurité sociale. - Genève. - ISSN 0379-0312. - n.º 4 (Octobre-Décembre 2004), p. 3-21

**SES-A-463, SES-1**

BLANDER, Rembert de

**Impact des choix de société sur la dynamique de la pauvreté /** Rembert de Blander, Ides Nicaise.

In: Revue belge de sécurité sociale. - Bruxelles. - ISSN 0035-0834. - 4e trimestre (2005), p. 663-700

**EXC-A-596, SES-10**

BODART, Myriam

**De l'aide sociale à l'action sociale** / Myriam Bodart.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 43-52

**EXC-A-256, PSO-8**

BOISMENU, Gérard

**Les logiques de la contrepartie** / Gérard Boismenu, Pascal Dufour, Alain Noël .

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 107-117

**EXC-A-251, PSO-8**

BOURGUIGNON, François

**Diviser la pauvreté mondiale par deux** / François Bourguignon.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 8-11

**EXC-A-252, PSO-8**

CENTENO, Luís Gomes

**Exclusão social e desenvolvimento: como o novo mercado de trabalho pode ser um gerador de exclusão** / Luís Gomes Centeno.

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 14/15, p. 33-46

**EXC-A-45, TR-12, TR-15**

CHOSSUDOVSKEY, Michel

**A globalização da pobreza e a nova ordem mundial** / Michel Chossudovsky ;

trad. Ana Saldanha. - Lisboa : Caminho, 2003. - 495 p. ; 21 cm

ISBN 972-21-1582-0

**EXC-3787**

COLLARD-GAMBIEZ, Michel

**Quand l'exclu devient l'élú : vie partagée avec les sans-abri** / Michel Collard-Gambiez, Colette Collard-Gambiez. - Paris : Fayard, 2002. - 445 p. ; 22 cm. - (Les Enfants du Fleuve)

ISBN 2-213-60251-4

**EXC-3494**

COMPREHENSIVE SOCIAL AND EMPLOYMENT POLICES FOR DEVELOPMENT IN A GLOBALIZING WORLD

**Comprehensive social and employment policies for development in a globalizing world : report based on an Expert Meeting at Kellokoshi, Finland**

/ edited by Ronald Wiman, Timo Voipio, Matti Ylönen. - Finland : Ministry for Foreign Affairs of Finland : Ministry of Social Affairs and Health, 2006. - 160 p. 25 cm

ISBN 978-951-724-584-5

**PSO-4226**

COMUNIDADE EUROPEIA. Observatory on Older People

**The impact of social and economic policies on older people in the European Community : an initial overview : first report** / European Community Observatory

on Older People ; edit. Jens Alber, Anna-Marie Guillemard, Alan Walker. - [S. l.] : Commission of the European Communities. Directorate General V, Employment, Social Affairs, Industrial Relations, 1991. - 52 p. ; 30 cm

**PI-3261**



CONFÉRENCE DE L'AISS, Limassol, 2003

**Vers des systèmes de sécurité sociale pérennes** / Conférence de l'AISS, Limassol, 26 - 28. XI. 2003. - Genève : Association Internationale de la Sécurité Sociale, 2004. - II, 155 p. : il ; 30 cm

Esta publicação existe também em inglês, espanhol e alemão

**SES-1954**

CONROY, Pauline

**Femmes et pauvreté dans la communauté européenne : les questions au coeur du débat actuel** / Pauline Conroy, Niamh Flanagan. - Bruxelles : Department of Social Policy and Social Work, University College : Commission Européenne. Direction Générale. Emploi, Relations Industrielles et Affaires Sociales, [1993]. - 48 p. ; 30 cm

**EXC-1065**

CONSEIL INTERNATIONAL DE L'ACTION SOCIALE

**De l'exclusion sociale à l'insertion : CIAS région européenne : projet de recherche par le Conseil International de l'Action Sociale** / Conseil International de l'Action Sociale ; coord Linda Horn. - Pays-Bas : ICSW, 1999. - 148 p. ; 28 cm

**EXC-3754**

CONSELHO DA EUROPA

**Project on human dignity and social exclusion (HDSE). Opportunity and risk : trends of social exclusion in Europe** / Katherine Duffy. - [S. l.] : Council of Europe Project on Human Dignity and Social Exclusion, 1998. - 193 p. ; 30 cm

**EXC-3909**

COPENHAGEN CONFERENCE, Gilleleje, 1998

**Comparing social welfare systems in Nordic Europe and France** / Copenhagen Conference, Gilleleje, September 1998 ; org. MIRE-Maison des Sciences de l'Homme Ange-Guépin. - Paris : MIRE, [1999]. - 698 p. ; Vol. 4 (698 p.) ; 24 cm. - (MIRE) ISBN 2-11-091724-5

**PSO-2446**

CORAK, Miles

**Principes et aspects pratiques de la mesure de la pauvreté chez les enfants** / Miles Corak.

In: Revue Internationale de Sécurité Sociale. - Genève. - ISSN 0379-0312. - n.º 2 (Avril-Juin 2006), p. 3-42

**EXC-A-600, SES-1**

COSTA, Alfredo Bruto da

**Exclusões sociais** / Alfredo Bruto da Costa. - Lisboa : Gradiva, 1998. - 99 p. ; 18 cm. - (Cadernos democráticos ; 2).

ISBN 972-662-612-9

**EXC-2039**

COSTA, Alfredo Bruto

**1997 National report on homeless : Portugal** / Alfredo Bruto da Costa. - [S. l.] : FEANTSA, 1998. - 27 p. ; 30 cm

**EXC-2093**

COTTIN, Jean-Yves

**Avec les sans-logis** / Jean-Yves Cottin. - Paris : Les Éditions de L'Atelier, 2003. - 176 p. ; 22 cm

ISBN 2-7082-3662-8

**EXC-3492**

COUNCIL OF EUROPE. European Committee for Social Cohesion

**1999/2000 Co-ordinated research programme in the social field. study group I on : draft final report** Draft final report **Study Group I on Policies and Services for Social Prevention and Action** / European Committee for Social Cohesion (CDCS). - Strasbourg : Council of Europe, 2001. - 63 p. ; 30 cm

Policies and services for social prevention and action

**AS-3342**

DALY, Mary

**Acesso aos direitos sociais na Europa** / relatório preparado por Mary Daly [of the Queen's University [of] Belfast ; adoptado pelo Comité Europeu para a Coesão Social na sua 8.<sup>a</sup> Reunião, Estrasburgo, 28-30 de Maio de 2002. - Lisboa : Centro de Informação e Documentação do Departamento de Estudos Estatística e Planeamento, 2003. - 135 p. ; 23 cm. - (Cogitum ; 8)

Relatório Conselho da Europa

Bibliografia pág.135-136 contendo sites de pesquisa .- 1 exemplar no NUDD/L.Rato

ISBN 972-704-232-5

**PSO-3372**

DESVANTAGEM SOCIO-ECONÓMICA, ETNICIDADE E CONSUMO DE ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA

**Desvantagem socio-económica, etnicidade e consumo do álcool na adolescência** / Tânia Gaspar...[et al.].

In: *Análise Psicológica*. - Lisboa. - ISSN 0870-8231. - n.º 4 (Outubro-Dezembro 2006), p. 495-508

**IJ-A-669, PSI-2**

DEWILDE, Caroline

**Mesure multidimensionnelle de la pauvreté au sein de l'Union Européenne : une approche catégorielle** / Caroline Dewilde, Jan Vranken.

In: *Revue Belge de Sécurité Sociale*. - Bruxelles. - ISSN 0035-0834. - 1e trimestre (2005), p. 21-58

**EXC-A-497, SES-10**

DIÁLOGO CIVIL: O PAPEL DAS ONGs DO SECTOR SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA

**Diálogo civil: o papel das ONGs do sector social na União Europeia** / colab. Xavier Dutrénit. - Bruxelles : Platform of European Social NGOs = Plataforma das Ong Europeias do Sector Social, 1999. - 54 p. ; 30 cm

**ECS-2818**

DIRECTRIZES PARA ENVOLVIMENTO EFECTIVO

**Directrizes para envolvimento efectivo.**- Lisboa : Intervenção Operacional Integrar, 2001. - 1 capa (5 doc.) ; 30 cm.

Contém os seguintes documentos:

Estratégias anti-pobreza e de inclusão social (projecto transnacional). Para uma participação efectiva. Directrizes para envolvimento efectivo. Da prática para a política. Modelos para o envolvimento de pessoas vítimas de exclusão.

**EXC-2447**

DIZER NÃO À POBREZA

**Dizer não à pobreza : um combate para ganhar.**- Lisboa : Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Trabalho e da Solidariedade, 1998. - 94 p. ; 21 cm.

Erradicação da pobreza 1997-2006

ISBN 972-97839-1-8

**EXC-2045**

DOSSIER POBREZA INFANTIL

**Dossier pobreza infantil** / Fernando Diogo...[et al.].

In: Rediteia. - Porto. - ISSN 1646-0782. - n.º 43 (Janeiro a Junho 2009), p. 34-53.

**EXC-A-2016, EXC-6**

DUFFY, Katherine

**Exclusion sociale et dignité de la personne en Europe : rapport d'orientation pour le project du conseil de l'Europe** / Katherine Duffy. - Strasbourg : Conseil de l'Europe. Comité Directeur sur la Politique Sociale, 1995. - 109 p. : il. ; 30 cm.

**EXC-1408**

DUFFY, Katherine

**Opportunité et risque : les tendances de l'exclusion sociale en Europe** / Katherine Duffy. - [S. l.] : Conseil de l'Europe, 1998. - 226 p. ; 30 cm.

Project sur la dignité humaine et l'exclusion sociale (HDSE(98)1)

**EXC-2008**

ECONOMIA SOCIAL

**Economia social.**

In: Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874 2952.- n.º 15 (2006), p. 6-43.

**ECS-A-545, AS-10**

EMMANUELLI, Xavier

**Out : l'exclusion peut-elle être vaincue?** / Xavier Emmanuelli ; colab. Ursula Gauthier. - Paris : Robert Laffont, 2003. - 284 p. ; 21 cm.

ISBN 2-221-09984-2

**EXC-3495**

ENCONTRO DE PROMOTORES CENTRO PASTORAL PAULO VI, 1, Fátima, 1997

**[Actas]** / I Encontro de promotores do Centro Pastoral Paulo VI, Fátima 10, 11 e 12 Dezembro 1997. - [Lisboa] : Ministério do Trabalho e da Solidariedade-Subprograma Integrar, [1998]. - 325 p. + anexo ; 23 cm.

**EXC-2710**

ENGLAND, Paula

**Dependência sexual, dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América : para onde apontam as tendências** / Paula England.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. - Coimbra. - ISSN 0254-1106. - n.º 49 (Novembro 1997), p. 45-66.

**EXC-A-854, SOC-2**

ENTRE O ESTADO E O MERCADO

**Entre o Estado e o mercado : as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal** / Pedro Hespanha ...[et al.]. - Coimbra : Quarteto, 2000. - 355 p. ; 23 cm. - (Labirintos ; 2)

ISBN 972-8535-40-6

**AS-2350**

EQUIPE DU PROGRAMME DE RECHERCHE MODERNITÉ ET POLITIQUES SOCIALES

**L'inclusion par l'économie solidaire** / equipe du programme de recherche "Modernité et politiques sociales", Institut de Recherches et Formation en Administration Publique, Université de Cordoba, Argentine.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 98-105

**EXC-A-261, PSO-8**

ENCONTRO NACIONAL DA REDE SOCIAL, 3, Santarém, 2006

**3.º Encontro Nacional da Rede Social : consolidar participar desenvolver, Santarém, 11 de Julho, 2006** . - [S. l. : s. n.], 2006. - 56 p. ; 25 cm.

Inclui DVD que faz parte integrante .- CDRom foi tratado individualmente com a cota EXC-CD-399.

**EXC-4760**

ENCONTRO NACIONAL DA REDE SOCIAL, 3, Santarém, 2006

**3.º Encontro Nacional da Rede Social : consolidar participar desenvolver [Documento electrónico]** . - [S.l. : s.n.], 2006. - 1 disco óptico electrónico (CDRom); 12 cm.

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho .- CDRom multimédia.

**EXC-CD-399**

ENCONTRO A CIDADE DAS PESSOAS, REDES SOCIAIS PARA A ACÇÃO, Fórum Lisboa, 2000

**Encontro a Cidade das Pessoas, Redes Sociais para a Acção : comunicações do encontro, 15 e 16 de Junho 2000** / org. Câmara Municipal de Lisboa; coord. Ana Dantas. - Lisboa : CML, 2000. - 133 p. : il; 30 cm.

ISBN 972-98688-0-8.

**EXC-4736**

ESPADA, Carlos

**Família e políticas públicas** / João Carlos Espada, Eugénia Nobre Gambôa, José Tomaz Castello Branco. - Cascais : Principia, 2004. - 92 p. ; 24 cm

ISBN 972-8818-23-8

**FAM-3520**

ESTIVILL, Jordi

**Panorama da luta contra a exclusão social : conceitos e estratégias** / Jordi Estivill. - Genebra : Bureau Internacional do Trabalho - STEP/Portugal, 2003. - 140 p. ; 24 cm

Bibliografia pg. 127-140

ISBN 92-2-813652-9

**EXC-3678**

ESTIVILL, Jordi

**O parceria social na Europa : uma estratégia participativa para a inserção** / Jordi Estivill ; org. Jean-Pierre Hiernaux, Michael Geddes. - Porto : Amadora : REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza : Editorial Utopia, 1997. - 120 p. ; 24 cm. - (Cadernos REAPN)

**EXC-1792**

ESTIVILL, Jordi

**Stratégies et techniques contre l'exclusion et la pauvreté** / Jordi Estivill.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 36-42

**EXC-A-255, PSO-8**

EUZEBY, Chantal

**Le revenu minimum garanti** / Chantal Euzeby. - Paris : Éditions La Découverte, 1991. - 125 p. : quadros ; 18 cm. - (Repères ; 98)

ISBN 2-7071-2004-9

**AS-17**

EXCLUSÃO SOCIAL

**Exclusão social : factores e tipos de pobreza em Portugal** / João Ferreira de Almeida...[et al.]. - 2.ª ed. - Oeiras : Celta, 1994. - 171 p. : il. ; 24 cm. - (Sociologias) Inclui, Anexo I Projectos de Investigação-acção de luta contra a pobreza e Anexo II Dados estatísticos

ISBN 972-8027-23-0

**EXC-1472**

A EXCLUSÃO SOCIAL NO FINAL DO SÉCULO XX, DA SEGURANÇA SOCIAL AO EMPREGO

**A exclusão social no final do século XX, da segurança social ao emprego.** - [S. l.] : Direcção Geral da Acção Social, 1995. - 13 p. ; 29 cm.

Comunicação apresentada no III encontro de projectos de luta contra a pobreza

**EXC-1329**

EXCLUSION SOCIALE ET PAUVRETÉ

**Exclusion sociale et pauvreté.**

In: Revue belge de sécurité sociale. - Bruxelles. - ISSN 0035-0834. - 4e trimestre (2004), p. 747-854

**EXC-A-495, SES-10**

EXPERT GROUP MEETING POPULATION AGEING AND DEVELOPMENT, Malta, 2001

**Report of an Expert Group Meeting Population Ageing and Development: social, health and gender issues with a focus on the poor in old age, 29-31 October 2001, Valletta, Malta.** - New York : United Nations Population Fund, 2002. - 93 p. ; 26 cm. - (Population and Development Strategies ; 3)

ISBN 0-89714-632-8

**PI-2887**

EXTERNAL LIBERALIZATION, ECONOMIC PERFORMANCE, AND SOCIAL POLICY

**External liberalization, economic performance, and social policy** / edit. Lance Taylor. - New York : Oxford University Press, 2001. - 386 p. ; 24 cm

ISBN 0-19-514546-1

**PSO-2730**

FERNANDES, Fernanda Maria

**A pobreza nas crianças** / Fernanda Maria Fernandes. - Lisboa : [Direcção-Geral da Segurança Social]. SRI, 2005. - 56 p. ; 30 cm

**IJ-4090**

FERREIRA, Claudino Cristóvão

**Pobreza, cidadania e desqualificação social: uma abordagem sociológica da exclusão social em Portugal** / Claudino Cristóvão Ferreira. - Coimbra : Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994. - 105 p. ; 29 cm.

Relatório de aula da disciplina de Problemas da Sociedade Portuguesa Contemporânea no âmbito das provas de aptidão científica e capacidade pedagógica

**EXC-1564**

FERREIRA, Leonor Vasconcelos

**Vulnerabilidade e pobreza: a situação em Portugal em meados da década de 90** / Leonor Vasconcelos Ferreira.

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 16 (Janeiro/Abril 2002), p. 35-52

**EXC-A-59**

FERREIRA, Maria Leonor Bastos de Vasconcelos

**A pobreza em Portugal na década de oitenta** / Maria Leonor Bastos de Vasconcelos Ferreira. - Lisboa : Conselho Económico e Social, 2000. - 342 p. ; 23 cm. - (Estudos-Documents)

Bibliografia pag. 315-338

Divulgação de publicações do Conselho Económico e Social pag. 339-342

ISBN 972-8395-34-5

**EXC-3311**

FITOUSSI, Jean-Paul

**O debate tabu : moeda, Europa, pobreza** / Jean-Paul Fitoussi. - Lisboa : Terramar, 1997. - 220 p. ; 24 cm

ISBN 972-710-148-8

**ECO-1756**

FLAQUER, Lluís

**Monoparentalidad e infancia** / Lluís Flaquer, Elisabet Almeda, Laras Navarro. - Barcelona : Fundación "la Caixa", 2006. - 159 p.: mapas, quadros ; 23 cm. - (Colección Estudios Sociales ; 20)

Disponível na Internet em [www.fundacion.lacaixa.es](http://www.fundacion.lacaixa.es).

**FAM-4201**

FORSSÉN, Katja

**Children, families and the welfare state : studies on the outcomes of the finnish family policy** / Katja Forssén. - Helsinki : University of Turku. Department of Social Policy. Stakes, National Research and Development Centre for Welfare and Health, 1998. - 178 p. ; 25 cm

Research report ; 92

ISBN 951-33-0556-2

**IJ-2065**

FÖRSTER, Michael

**Tendances à long terme dans les pays de l'OCDE** / Michael Förster.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 12-23

**EXC-A-253, PSO-8**

FORUM POVERTY AND GLOBALIZATION : CONTRIBUTIONS OF THE CHURCHES TO THE DEBATE ON DEVELOPMENT AND SOCIAL POLICY, Berlim, 1998

**Report talks at the Forum Poverty and Globalization: Contributions of the Churches to the Debate on Development and Social Policy, Villa Borsing, Berlin, Germany 25-26 May and August 1998.** - Berlin : German Foundation for International Development, 1998. - 32 p. ; 21 cm

**EXC-2469**

FUNDACIÓN EUROPEA PARA LA MEJORA DE LAS CONDICIONES DE VIDA Y DE TRABAJO

**Exclusión social : un gran reto para los servicios de bienestar públicos : informe de la Conferencia Europea, Santiago de Compostela, del 18 al 20 de octubre 1995** / Fundación Europea para la Mejora de las Condiciones de Vida y de Trabajo ; Sue Leigh-Doyle, Ray Mulvihill, Leigh-Doyle. - Luxemburgo : Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1996. - 92 p. ; 30 cm

ISBN 92-827-7791-X

**EXC-2951**

GADREY, Jean

**Revenu de solidarité active: les ambiguïtés** / Jean Gadrey.

In: Droit Social. - Paris. - ISSN 0012-6438. - n.º 12 (Décembre 2007), p. 1228-1235

**AS-A-871, SES-21**

GALLIE, Duncan

**Social precarity and social integration** / Duncan Gallie, Serge Paugam. - Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2003. - 166 p. ; 30 cm. - (Social security and social integration)

For the European Commission Directorate-General Employment Eurobarometer 56.1

2 exemplares no NUDD/L.Rato

ISBN 92-894-5278-1

**EXC-3160**

GARCIA, A. Bonilla

**Protection sociale : investir à toutes les étapes du cycle de vie pour la justice sociale, la réduction de la pauvreté et le développement durable** / A. Bonilla Garcia, J. V. Gruat. - Genève : Bureau International du Travail, 2003. - 61 p. ; 30 cm.

**SES-3918**

GÉNERO E POBREZA

**Género e pobreza : impacto e determinantes da pobreza no feminino** / coord. José António Pereirinha; Francisco Nunes...[et al.] . - 169 p.. - Lisboa : Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009. - 169 p. ; 24 cm. - (Estudos de género ; 4).

ISBN 978-972-597-305-9.

**ML-4729**

GIL, Glicéria

**As histórias das crianças: um estudo sobre competência e capacidade narrativa com crianças em situação de pobreza** / Glicéria Gil.

In: *Análise Psicológica*. - Lisboa. - ISSN 0870-8231. - n.º 4 (Outubro-Dezembro 2006), p. 467-484

**IJ-A-668, PSI-2**

GILBERT, Neil

**Welfare reform : a comparative assessment of the French and U.S. experiences** / editors Neil Gilbert, Antoine Parent. - New Brunswick : Transaction Publishers, 2004. - XIII, 300 p. : il. quadros, gráficos ; 23 cm. - (International social security series ; v. 10)

ISBN 0-7658-0802-1

**SES-1958**

GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE

**Globalização excludente : desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial** / org. Pablo Gentili. - 4.ª ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro : Editora Vozes : CLACSO , 2002. - 251 p. ; 21 cm. - (A Outra Margem)

ISBN 85.326.2241-0

**EXC-3480**

GOMES, António Júlio Leitão Ferreira

**O rendimento mínimo garantido : da exclusão à inserção social** / António Júlio Leitão Ferreira Gomes. - Coimbra : Quarteto , 2002. - 124 p. : il. mapas, quadros ; 23 cm

ISBN 972-8717-22-9

**AS-3792**

GOMES, Maria Virgínia Brás Gomes

**Relatório : ONU, 43.ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social, Nova Iorque, 09-18 de Fevereiro de 2005** / Maria Virgínia Brás Gomes, Maria Clara Simões, Teresa Soares da Costa. - Lisboa : Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, 2005. - 9 p. + anexos ; 30 cm.

Anexo I: Adoption of the agenda and other organizational matters . - Anexo II: Conclusions of the high-level roundtable on eradication of poverty. - Anexo III: Conclusions of the high-level roundtable on promoting full employment,... - Anexo IV: Conclusions of the high-level roundtable on fostering social integration. - Anexo V: 43.ª Session CDS/ONU, Statement at the high level. - Anexo VI: Draft submitted by the Chairperson of the Commission for CSD. - Anexo VII: CDS 43º. Session EU...Situation of social groups. - Anexo VIII: Review of methods of work of the CDS. - Anexo IV: Comprehensive and integral international convention to protect and promote the rights and dignity of persons with disabilities. - Anexo X: Further promotion of equalization of opportunities by... persons with disabilities... - Anexo XI: Implementation of the social objectives of the new partnership for Africa's development

**PSO-3836**



GONÇALVES, Cristina

**Pobreza e exclusão social nas famílias com idosos em Portugal** / Cristina Gonçalves, Catarina Silva.

In: Revista de Estudos Demográficos. - Lisboa. - ISSN 0871-875X. - n.º 35 (2004), p.143-169.

**FAM-A-326, DEM-1**

HELPAGE INTERNATIONAL

**Action on ageing : annual review 2000/2001** / HelpAge International. - London : HelpAge International, [2002]. - 15 p. ; 30 cm

**PI-2934**

HELPAGE INTERNATIONAL

**Keep our hands active : a positive response to the challenge of social protection and old age in the 21st century, including older people in the global fight against chronic poverty** / HelpAge International. - London : HelpAge International, [2001]. - 17 p. ; 30 cm

No âmbito do "Asia and Pacific Forum on Poverty: reforming policies and institutions for poverty reduction", Manila, February, 2001

**PI-2938**

HELPAGE INTERNATIONAL

**State of the world's older people 2002** / HelpAge International. - London : HelpAge International, [2002]. - 92 p. ; 30 cm

ISBN 1 872590 08 X

**PI-2861**

HELPAGE INTERNATIONAL

**The ageing & development report : a summary, poverty, independence & the world's older people** / HelpAge International. - London : HelpAge International, [1999]. - 16 [1] p. ; 30 cm

ISBN 1 85383 648 6

**PI-2933**

HISTORIA DE LA ACCION SOCIAL PÚBLICA EN ESPAÑA

**Historia de la acción social pública en España : beneficencia y prevision.** - Madrid : Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990. - 472 p. ; 21 cm. - (Coleccion informes)

ISBN 84-7434-589-8

**AS-2124**

HOLANDA. Ministry of Social Affairs and Employment

**The other face of the Netherlands : progress report : new steps to combat hidden poverty and social exclusion** / Ministry of Social Affairs and Employment. - [S. l.] : Ministry of Social Affairs and Employment, 1997. - 66 p. ; 30 cm

**EXC-1839**

IMPROVING ACCESS TO BENEFITS AND SERVICES

**Improving access to benefits and services : what NGOs can do about it /** edited by Marja Pijl. - Utrecht : Netherlands Institute of Care and Welfare : International Council on Social Welfare, 1997. - 153 p. ; 24 cm  
ISBN 90-5050-499-X

**PSO-4307**

INCLUSÃO SOCIAL

**Inclusão social : dossier.** - Lisboa : Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2002. - 1 dossier ; 32 cm

**EXC-DS-3**

INCLUSION SOCIALE-PAR DIALOGUE SOCIALE ET PARTENARIAT

**Inclusion sociale-par dialogue sociale et partenariat = Social Inclusion-through social dialogue and partnership.** - Copenhagen : Socialministeriet, 2002. - 37 p. ; 24 cm

**EXC-3046**

INQUÉRITO ÀS DESPESAS DAS FAMÍLIAS 2005-2006

**Inquérito às despesas das famílias 2005-2006.** - Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, I.P, 2008. - 134 p. : il. ; 30 cm  
População e Sociedade  
ISBN 978-972-673-989-0

**EST-4499**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**O envelhecimento em Portugal : situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas.** - Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, 2002. - 36 p. ; 30 cm.

Documento preparado pelo Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População

**PI-2820**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**Gerações mais idosas : 1999 /** Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa : INE, 1999. - 82 p. : il. ; 30 cm. - (Série de Estudos ; 83)

ISBN 972-673-374-X

**PI-2663**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**Inquérito às despesas das famílias : 2005-2006 [Documento electrónico] /** Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa : INE, 2008. - 1 disco óptico (CD-ROM); 12 cm

**EST-CD-365**

INSTITUTO DE PESQUISAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Mãos visíveis : assumindo responsabilidade pelo desenvolvimento social /** Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social. - Genebra : UNRISD, 2002. - 14 p. ; 26 cm

**PSO-2872**

INTERNATIONAL COUNCIL ON SOCIAL WELFARE, New York, 1999

**The Copenhagen Papers : civil society reports [Forum] on poverty, New York February, 1999 : Copenhagen paper n.º 2** / compil. e publ. International Council on Social Welfare. - Montreal : International Council on Social Welfare, 1999. - 36 p ; 30 cm

World Summit for Social Summit for Social Development, Copenhagen, 1995

The ICSW Civil Society Forum on Poverty Februry 11, 1999, New York

**EXC-2461**

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE

**Strategies and tools against social exclusion and poverty . Mainstreaming gender in the ILO GLOBAL Programme STEP** / ILO. - Geneva : STEP Global Programme. ILO Security Policy and Development Branch, [2002]. - 7 p. ; 21 cm

**EXC-2873**

IRELAND. Department of Social Welfare. National Anti-Poverty Strategy

**Supporting voluntary activity : a green paper on the Community and voluntary sector and its relationship with the state** / National Anti-Poverty Strategy ; Baile Átha Cliath...[et al.]. - Dublin : Published by the Stationery Office, [199-]. - 122 p. ; 30 cm

ISBN 0-7076-3882-8

**VOL-1789**

IRELAND. National Anti-Poverty Strategy

**Sharing in progress** / National Anti-Poverty Strategy ; Baile Átha Cliath...[et al.]. - Dublin : Published by the Stationery Office, 1997. - 154 p. ; 30 cm

ISBN 0-7076-3859-3

**EXC-1788**

JORNADAS A FAMÍLIA NA DIOCESE DE ÉVORA, Évora, 1993

**[Comunicações]** / Jornadas a Família na Diocese de Évora, 21 e 22 Outubro, 1993; organização do Departamento de Pastoral Social e Caritativa e da Caritas Diocesana de Évora ; coligido por Cáritas Diocesana de Évora. - Lisboa : Ministério do Emprego e da Segurança Social. Direcção-Geral da Família, 1994. - 98 p. ; 30 cm

ISBN 972-718-037-X.

**FAM-4138**

KUCHARCZYK, Maciej

**Políticas sociais que respondam às necessidades dos idosos** / Maciej Kucharczyk.

In: Rediteia. - Porto. - ISSN 1646-0782. - n.º 41 (Janeiro a Junho 2008), p. 49-52

**PI-A-1020, EXC-6**

LAVINAS, Lena

**From means-test schemes to basic income in Brazil : exceptionality and paradox** / Lena Lavinás.

In: International social security review. - Oxford. - ISSN 0020-871X. - n.º 3 (July-September 2006), p. 103-125

**SES-A-607, SES-1**

LEFEBVRE, Mathieu

**Faut-il un ou plusieurs indicateurs d'exclusion sociale?** / Mathieu Lefebvre, Sergio Perelman, Pierre Pestieau.

In: Revue Belge de Sécurité Sociale. - Bruxelles. - ISSN 0035-0834. - 1e trimestre (2005), p. 59-76

**EXC-A-498, SES-10**

LEONARDO, Nídia

**A voz de quem está no terreno** / [entrevista a] Nídia Leonardo, Felismina Antunes ; [entrevistadora] Rita Valadas.

In: Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874 2952. - n.º 14 (2005), p. 84-91.

**EXC-A-349, AS-10**

LONG, Martine

**Revenu de solidarité active: l'expérimentation** / Martine Long.

In: Droit Social. - Paris. - ISSN 0012-6438. - n.º 12 (Décembre 2007), p. 1236-1243

**AS-A-872, SES-21**

LOUREIRO, João Evangelista

**L'Obra da rua et le'education des enfants privés de milieu éducatif** / João Evangelista Loureiro. - Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1979. - 257 p. ; 23 cm. - (Textos de pedagogia ; 1).

**IJ-H-127**

LOURENÇO, Maria dos Prazeres

**Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal : uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza** / Maria dos Prazeres Lourenço. - Lisboa : Direcção-Geral da Segurança Social da Família e da Criança. Serviço de Investigação e Análise Social, 2005. - 2 vol. (318; 119 p.); 30 cm

**EXC-4145**

LOURENÇO, Maria dos Prazeres

**Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal - uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza** / Maria dos Prazeres Lourenço.

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 31 (Janeiro-Abril 2007), p. 41-63

**EXC-A-724, TR-12**

LOURENÇO, Maria dos Prazeres

**Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal : uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza** / Maria dos Prazeres Lourenço. - Lisboa : Direcção-Geral da Segurança Social, 2005. - 267 p. ; 30 cm

**EXC-4298**

LUCCHINI, Riccardo

**Entre a fuga e a expulsão: a saída da criança para a rua** / Riccardo Lucchini.

In: Infância e Juventude. - Lisboa. - ISSN 0870-6565. - n.º 3 (Julho-Setembro 2002), p. 9-54

**IJ-A-22, IJ-1**

MADEC, Annick

**Citoyenneté et politiques sociales : un exposé pour comprendre, un essai pour réfléchir** / Annick Madec, Numa Murard. - [Paris] : Flammarion, 1995. - 128 p. : il ; 18 cm. - (Dominós ; 72)

ISBN 2-08-035425-6

**PSO-1353**

MARCILHACY, Dominique

**Comment les enfants pauvres sont-ils traités par les minima sociaux?** / Dominique Marcilhacy.

In: Droit Social. - Paris. - ISSN 0012-6438. - n.º 5 (Mai 2006), p. 533-539.

**IJ-A-590, SES-21**

THE MARK OF A NOBLE SOCIETY

**The mark of a noble society : human rights and older people** / Sylvia Beales. - London : HelpAge International, 2000. - 12 p. ; 30cm

**PI-3031**

MARTINS, Ernesto Candeias

**A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX** / Ernesto Candeias Martins.

In: Infância e Juventude. - Lisboa. - ISSN 0870-6565. - n.º 4 (Outubro a Dezembro 2006), p. 93-130

**IJ-A-660, IJ-1**

MIGUEL, Ricardo Manuel F.

**A feminização da pobreza** / Ricardo Manuel F. Miguel.

In: Vértice. - Lisboa. - ISSN 0042-4447. - n.º 118 (Julho-Agosto 2004), p. 43-48

**EXC-A-217, VAR-5**

MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS CHINA'S PROGRESS 2003

**Millennium development goals China's progress 2003 : an assessment by the UN Country Team in China.** - Beijing : Office of the United Nations Resident Coordinator in China, 2004. - 44 p. : il. ; 30 cm

**PSO-3853**

THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS REPORT 2008

**The millennium development goals report 2008** / compiled by an Inter-Agency and Expert Group on MDG Indicators led by Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat . - New York : United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2008. - 54 p. : il. ; 30 cm.

Endpoverty, millennium development goals 2015

Fonte: internet [www.un.org/millenniumgoals](http://www.un.org/millenniumgoals)

**EXC-4500**

MONDOLFO, Philip

**Repenser l'action sociale : missions, moyens, méthodes** / Philip Mondolfo. - Paris : DUNOD, 1997. - VIII, 216 p. ; 24 cm

ISBN 2 10 003256 9

**AS-3193**

MOSSÉ, Éliane

**Les riches et les pauvres** / Éliane Mossé. - Paris : Éditions du Seuil, 1983. - 242 [6] p. ; 21 cm

ISBN 2-02-006556-8

**EXC-3210**

NÃO À POBREZA

**Não à pobreza : a inclusão pela economia : erradicação da pobreza 1997-2006** / coord. Comissariado Regional da Luta Contra a Pobreza ; Rogério Roque Amaro. - Porto : Comissariado Regional da Luta contra a Pobreza, 2001. - 174 p. ; 21 cm

**EXC-3101**

NETO, Luís Miguel

**O projecto de apoio à família e à criança do Bairro Padre Cruz : supervisão de um trabalho em contexto de pobreza e exclusão** / Luís Miguel Neto.

In: Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874 2952. - n.º 11 (2004), p. 91, 93, 95, 97, 99, 100-103

**FAM-A-123, AS-10**

NOËL, Alain

**De la loi au plan d'action : Quebec** / Alain Noël.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 72-80

**EXC-A-258, PSO-8**

NUNES, Florbela

**Competências para a integração social, representações e percepções** / Florbela Nunes.

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 30 (Setembro-Dezembro 2007), p. 37-49

**EXC-A-709, TR-12**

NUNES, Maria Helena

**Rendimento mínimo e inclusão social** / Maria Helena Nunes.

In: Intervenção Social. - Lisboa. - ISSN 0874-1611. - n.º 27 (Junho 2003), p. 143 - 158

**EXC-A-81, TS-5**

NWAUCHE, E. S.

**Implementação do direito ao desenvolvimento** / E. S. Nwauche, J. C. Nwobike.

In: SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos. - São Paulo. -ISSN 1806-6445. - n.º 2 (2005), p. 97-115

**EXC-A-375, EXC-18**

OBSERVATOIRE NATIONAL DE LA PAUVRETÉ ET DE L'EXCLUSION SOCIALE

**Le rapport de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale : 2001-2002.** - Paris : La Documentation Française, 2002. - 127 [1] p. ; 23 cm

Existe em versão inglesa

ISBN 2-11-005069-1

**EXC-2925**

OBSERVATOIRE NATIONAL ON POVERTY AND SOCIAL EXCLUSION

**Observatoire national on poverty and social exclusion : 2001-2002 report.** -

Paris : La Documentation Française, 2002. - 126 p. ; 23 cm

Existe em versão francesa

ISBN 2-11-005241-4

**EXC-2893**

OCDE

**Combattre l'exclusion : l'aide sociale en Australie, en Finland, au Royaume-Uni et en Suède** / OCDE. - Paris : OCDE, 1998. - 246 p. ; 23 cm.

**EXC-2063**

OCDE

**Growing unequal? income distribution and poverty in OECD countries** /

Organisation for Economic Co-Operation and Development. - Paris : OECD, 2008. - 308

p. : il. ; 27 cm

ISBN 978-92-64-04418-0

**PSO-4513**

OCDE

**Pensions at a glance : retirement-income systems in OECD countries** /

Organisation for Economic Co-Operation and Development. - Paris : OECD, 2009. - 279

p. : il., quadros, gráficos; 27 cm.

Portugal - págs. 248-251.

ISBN 978-92-64-06071-5.

**SES-4812**

OIT. Programa Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza

**A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal : experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza** / Programa Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP). - Genebra : Bureau Internacional do Trabalho, 2003. - 227 p. ; 24 cm.

Prefácio do Ministro da Segurança Social e do Trabalho de Portugal, António Bagão Félix e do Director Geral do BIT, Juan Somavia

ISBN 92-2-813584-0

**EXC-3710**

ONG'S DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

**ONG's de solidariedade social : práticas e disposições** / coord. Luís Capucha ...[et al.]. - Porto : REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza, 1995. - 208 p. ; 24 cm. - (Cadernos REAPN)

**EXC-1560**

ONU

**World summit on sustainable development : plan of implementation** / United Nations.

In: Desenvolvimento sustentável : dossier. - Direcção-Geral da Segurança Social. Núcleo de Documentação e Divulgação, 2007. - 46 p.

**PSO-A-741, PSO-DS-26**

ONU. Assembleia Geral, 66, 2006

**Globalization and interdependence : international migration and development : report of the Secretary-General /** General Assembly. United Nations. - [S.l.] : United Nations, 2006. - 90 p. : il., mapas, gráf. ; 30 cm

**MIG-4146**

ONU. 2001 UN Volunteers

**Volunteering and the United Nations system: working for a better world /** 2001 UN Volunteers. - New York : UN Volunteers, 2001. - 40 p. ; 22 cm

**VOL-2666**

ONU. Department of Economic and Social Affairs

**Living arrangements of older persons : critical issues and policy responses /** Department of Economic and Social Affairs of United Nations. - New York : United Nations, 2001. - 392 p. ; 22 cm.

Population Bulletin of the United Nations. Special Issue n.ºs 42/43, 2001

ISBN 92-1-151358-8

**PI-2915**

ONU. Department of Economic and Social Affairs

**Report on the world social situation 2001 /** Department of Economic and Social Affairs. - New York : United Nations, 2001. - 297 p. ; 30 cm. - (Economic & Social Affairs)

ISBN 92-1-130215-3

**PSO-2644**

O PAPEL DA SOCIEDADE NA PROTECÇÃO SOCIAL

**O papel da sociedade na protecção social : dinâmicas locais e instituições particulares num sistema renovado de segurança social : relatório de investigação...** / coord. Pedro Hespanha... [et al.]. - [Coimbra] : Centro de Estudos Sociais, 1997. - 442 p. ; 29 cm

**SES-4095**

PARENTE, Paulo

**Evolução da pobreza e da desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997 /** Paulo Parente.

In: Revista de Estudos Demográficos. - Lisboa. ISSN 1645 5657. - n.º 34 (2003), p. 73-93

**DEM-A-116, DEM-1**

PARIZOT, Isabelle

**Soigner les exclus : identités et rapports sociaux dans les centres de soins gratuits /** Isabelle Parizot. - Paris : Presses Universitaires de France, 2003. - 297 p. ; 22 cm. - (Le Lien social)

ISBN 2 13 053417 1

**EXC-3491**

PEÑA-CASAS, Ramon

**European strategy in the field of poverty and social exclusion /** Ramón Peña-Casa, Christophe Degryse, Philippe Pochet. - Brussels : Observatoire Social Européen, 2001. - 30 p. ; 30 cm



Documento apresentado na Conferência European Social Indicators and "good practice": the local authority contribution organizada pelo European Social Network and the Belgian Directors Association. Bruxelas, 8 e 9 Nov. 2001

**EXC-2647**

PETI 10 ANOS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

**PETI 10 anos de combate ao trabalho infantil** / dir. Joaquina Cadete. - Lisboa : Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2008. - 295 p. : il. ; 30 cm  
ISBN 978-989-95739-0-1

**IJ-4592**

PIMENTA, Manuel

**Os sem-abrigo da cidade de Lisboa** / Manuel Pimenta. - Lisboa : Centro de Estudos para a Intervenção Social : Cáritas Portuguesa, 1992. - 96 p. ; 21 cm. - (Cáritas)

**EXC-308**

PIMENTA, Manuel

**Uma comunidade em mudança** / Manuel Pimenta; colab. Luís Wemans, Eduardo Ferreira. - Setúbal : Cáritas Diocesana de Setúbal, 1998. - 183 p. ; 22 cm.  
Projecto de Luta Contra a Pobreza.

ISBN 972-97780-0-0.

**EXC-4744**

PINEDA, Anna Obradors

**Exclusion et nouvelles politiques d'inclusion : Espagne** / Anna Obradors Pineda.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 55-61

**EXC-A-262, PSO-8**

PINTO, Maria de Fátima

**A cigarra e a formiga: contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa** / Maria de Fátima Pinto. - Porto : REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, 2000. - 144 p. ; 24 cm. - (Cadernos REAPN)

**EXC-2419**

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO

**Plano nacional de acção para a inclusão : compromisso com a inclusão : compromisso para a inclusão.** - Lisboa : PNAI, 2001. - 40 p. ; 30 cm

Síntese

1 exemplar no NUDD/L.Rato

**EXC-2516**

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO

**Plano Nacional de Acção para a Inclusão : 2006/2008 [Documento electrónico].** - Lisboa : [s. n.], 2006. - 1 disco óptico(CD-Rom); 12 cm

**EXC-CD-293**

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO

**Plano nacional de acção para a inclusão : 2006-2008.** - Lisboa : PNAI, 2008. - 119 p. ; 30 cm

Fonte. internet

**EXC-4419**

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO PARA 2003-2005

**Plano nacional de acção para a inclusão para 2003-2005.** - [Lisboa : Casa da Moeda], 2003. - 102 p. ; 30 cm

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2003 de 23 de Dezembro

**EXC-3371**

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO PORTUGAL 2001, 2003

**Plano nacional de acção para a inclusão Portugal 2001-2003 : compromisso com a inclusão : compromisso para a inclusão.** - Lisboa : Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2001. - 135 p. ; 23 cm

**EXC-2515**

PNAI 2008-2011

**PNAI 2008-2011 : propostas da REAPN.**

In: Rediteia. - Porto. - ISSN 1646-0782. - n.º 41 (Janeiro a Junho 2008), p. 70-72

**EXC-A-1025, EXC-6**

POBREZA Y EXCLUSIÓN SOCIAL

**Pobreza y exclusión social : un análisis de la realidad española y europea /** dir. Joan Subirats...[et al.]. - Barcelona : Fundación "la Caixa", 2004. - 183 p. ; 23 cm. - (Estudios Sociales ; 16)

**EXC-3692**

A POBREZA EM PORTUGAL

**A pobreza em Portugal /** A. Bruto da Costa...[et al.]. - Lisboa : Cáritas Portuguesa, 1985. - 207 p. ; 21 cm. - (Caritas ; 6)

Estudo subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian

**EXC-316**

POLITIQUE DE LA FAMILLE POUR 2005

**Politique de la famille pour 2005, Lundi 20 Décembre 2004 : dossier de presse.** - [S. l.] : Ministère des Solidarités, de la Santé et de la Famille, 2004. - 45 p. ; 30 cm

**FAM-3652**

LES POLITIQUES SOCIALES

**Les politiques sociales : des exclusions à l'intégration /** [prop.] Service Social dans le Monde. - Mons : Fondation Internationale pour l'Étude du Changement dans les Politiques Sociales, 1995. - 123 p. ; 21 cm

ISSN 0037-2641

**EXC-2028**

PORTAS DO SOL

**Portas do Sol : um espaço renovado** / coord. Projecto de Luta Contra a Pobreza "Centro Histórico da Covilhã". - Covilhã : Kreamus-Morgado & Chaves, 2000. - 102 p. : il. ; 21 cm

**EXC-3273**

PORTUGAL

**Portugal : trabalho e solidariedade, uma visão de conjunto = Portugal : labour and solidarity, an overview = Portugal : travail et solidarité, une vue ensemble.** - Lisboa : Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2007. - 191 p. : il. ; 25 cm

ISBN 978-972-99746-5-6

**TR-4305**

PORTUGAL. Centro Regional de Castelo Branco. Serviço Sub-Regional de Castelo Branco

**Mais solidariedade: registos e perspectivas** / dir. Joaquim Antunes. - Castelo Branco : Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Castelo Branco, [1999]. - pag. var. : fotos, quadros, gráf. ; 24 cm

**SES-2698**

PORTUGAL. Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento

**Zonas de pobreza em Portugal uma identificação pelos agentes locais** / Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento. - Lisboa : DEPP, [1999]. - 5 vol. (439, 378, 431, 304, 331 p.); 30 cm

Vol. 1 : distrito de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra

Vol 2 : Évora, Faro, Guarda, Leiria, Açores, Madeira

Vol 3 : Lisboa

Vol 4 : Portalegre, Porto, Santarém

Vol 5 : Viana do Castelo, Vila Real, Viseu

**EXC-2188**

PORTUGAL. Direcção-Geral da Acção Social

**Contributos para a análise de algumas iniciativas de desenvolvimento comunitário e de desenvolvimento integrado, designadamente do seu impacto na inserção social e económica da população desfavorecida e no desenvolvimento local** / Direcção-Geral da Acção Social. - Lisboa : DGAS, 1997. - 51 p. ; 30 cm

**EXC-2630**

PORTUGAL. Direcção-Geral da Segurança Social

**Estudo sobre a pobreza e exclusão social na relação com as políticas sociais : relatório de progresso** / Direcção-Geral da Segurança Social; elab. Maria dos Prazeres Lourenço. - Lisboa : Direcção-Geral da Segurança Social. Serviço de Investigação e Análise Social, 2004. - [?] p. ; 30 cm.

**EXC-4089**

PORTUGAL. Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social

**Pobreza e exclusão social em Portugal : estudo prévio I** / [SIAS].

In: Contributos para a regulamentação da Lei de Bases : dossier. - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação e Divulgação, 2003. - 106 p.

**SES-A-58, SES-DS-7**

PORTUGAL. Instituto para o Desenvolvimento Social

**Avaliação de impactes do rendimento mínimo garantido** / Instituto para o Desenvolvimento Social. - Lisboa : IDS, 2002. - 10 Vol.; 30 cm. - (Estudos)

Caracterização das Coordenações das CLA .- Os técnicos do RMG: representações e perfis sócio-profissionais .- Os beneficiários do RMG: trajectórias de vida .- Os beneficiários RMG: síntese e recomendações .- Caracterização dos perfis dos beneficiários RMG: - isolados com mais de 55 anos - desempregados de longa duração - jovens em situação de marginalidade - famílias monoparentais femininas - minorias étnicas - famílias com problemas de saúde vivências e impactes diferenciados

Consta 1 colecção destes documentos no NUDD/RSS

ISBN 972-8553-13-7

**AS-2926**

PORTUGAL. Instituto do Emprego e Formação Profissional. Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

**Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego : guia do formando** / Luís Capucha, José Luís Castro, Ana Sofia Marques ; coordenação técnica-pedagógica Francisco Mendeiros ; [ed. lit.] Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. - Lisboa : PROFISSS - Projecto de Formação Inicial Qualificante para a Solidariedade e a Segurança Social, 1999. - 1 dossier c/folhas móveis e pag. var. ; 30 cm. - (Módulos PROFISSS)

Guia do formando

ISBN 972-8559-18-6

**SES-2590**

PORTUGAL. Instituto da Segurança Social, I.P.

**Social network programme** / consultores Isabel Guerra, José Manuel Henriques. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. Área da Cooperação e Rede Social, 2005. - 44 p. ; 27 cm.

**EXC-4038**

PORTUGAL. Instituto da Segurança Social, I.P.

**Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental** / documento de trabalho realizado pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISSS, IP ; colab. da Geoideia para o tratamento estatístico. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P., 2005. - 115 p. + anexos : il. ; 30 cm

Fonte: Internet

**EXC-3686**

PORTUGAL. Ministério para a Qualificação e o Emprego. Departamento de Estatística

**Caracterização da pobreza em Portugal : Março/Abril 1995** / Departamento de Estatística do Ministério para a Qualificação e o Emprego. - Lisboa : MQE. CICT, 1996. - 401 p. ; 30 cm. - (Estatísticas. Diversos ; 4 )

Consta 1 exemplar no Rato com a Cota EST-1211

ISBN 972-704-155-8

**EST-1759**

PORTUGAL. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Departamento de Cooperação

**Pequenos passos na luta contra a pobreza : relatório de actividades 1998/2001** / Departamento de Cooperação ; Nuno Cunha, Teresa Coelho, Inês Gonçalves. - Lisboa : Departamento de Cooperação do Ministério da Segurança Social do Trabalho, 2002. - 289 p. ; 30 cm.

ISBN 972-8766-01-7

**EXC-3043**

PORTUGAL. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Departamento de Cooperação

**Projectos de cooperação nos países africanos de língua portuguesa e em Timor-Leste** / Departamento de Cooperação [do] Ministério da Segurança Social e do Trabalho. - Lisboa : Departamento de Cooperação [do] MSST, 2004. - [?] pag. ; 30 cm

**AS-4078**

PORTUGAL. Ministério da Solidariedade e Segurança Social

**Pobreza não, erradicação da pobreza 1997-2006** / Ministério da Solidariedade e Segurança Social ; coord. José António Vieira da Silva. - Lisboa : Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, 1997. - 188 p. : il. ; 21 cm

**EXC-1854**

PORTUGAL. Provedoria de Justiça

**Infância e adolescência : o caso português: enquadramento normativo geral e actuação do Provedor de Justiça : terceiro relatório sobre direitos humanos da Federação Ibero-Americana de Ombudsman (FIO)** / Provedoria de Justiça ; elaborado por Catarina Sampaio Ventura, Teresa Morais, Miguel Coelho. - Lisboa : Provedoria de Justiça, 2005. - 50 p. ; 30 cm

**IJ-3951**

PRIORITIES FOR GENEVA AND BEYOND

**Priorities for Geneva and beyond : a threee-point plan : an anti-poverty pact** / International Council on Social Welfare. - Genebra : International Council on Social Welfare, 2000. - 12 p. ; 28 cm

**EXC-3071**

A PRIVAÇÃO EM PORTUGAL (1995-2001)

**A privação em Portugal (1995-2001)** / Carla Machado...[et al.].

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 30 (Setembro-Dezembro 2007), p. 7-21.

**EXC-A-708, TR-12**

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

**Relatório do desenvolvimento humano 2007/2008 : combater as alterações climáticas : solidariedade humana num mundo dividido** / Progama das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). - Coimbra : Almedina, 2007. - 386 p. : il. ; 28 cm

ISBN 978-972-40-33

**COM-4370**

PROJECTO EUROPEU DE INTERCÂMBIO TRANSNACIONAL, MAINSTREAMING DA INCLUSÃO SOCIAL

**Projecto europeu de intercâmbio transnacional, mainstreaming da inclusão social : trabalhar para a prevenção da pobreza numa Europa em mudança : relatório de investigação : fase 1.** - Dublin : Combat Poverty Agency, 2004. - 96 p. ; 30 cm

**EXC-3771**

PROJECTO EUROPEU DE INTERCÂMBIO TRANSNACIONAL, MAINSTREAMING DA INCLUSÃO SOCIAL

**Projecto europeu de intercâmbio transnacional mainstreaming da inclusão social : trabalhar para a prevenção da pobreza numa Europa em mudança : relatório do seminário, 6 e 7 de Junho 2003.** - Dublin : Combat Poverty Agency, [2003?]. - 66 p. ; 30 cm

**EXC-3772**

PROMOTING THE RIGHTS OF CHILDREN WITH DISABILITIES

**Promoting the rights of children with disabilities.** - Florence : Unicef Innocenti Research Centre, 2007. - 68 p. : il. ; 30 cm. - (Innocenti Digest ; 13 )

ISBN 978-88-89129-60-9.

**DEF-4540**

PROTECÇÃO SOCIAL

**Protecção social** / [ed. lit.] Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento. - Lisboa : DGEEP. Centro de Informação e Documentação, 2006. - 242 p. ; 24 cm. - (Cadernos Sociedade e Trabalho ; 7)

ISBN 978-972-704-280-7

**PSO-4658**

QUINTIN, Odile

**La stratégie européenne** / Odile Quintin.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 24-35

**EXC-A-254, PSO-8**

RANCHORDAS, Prity

**Pobreza e exclusão social : intervir com a comunidade** / Prity Ranchordas.

In: Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874 2952. - n.º 14 (2005), p. 8-15.

**EXC-A-337, AS-10**

LE RAPPORT SUR LA MISE EN OEUVRE DU PLAN D'ACTION NATIONAL INCLUSION 2003-2005 ET SES PERSPECTIVES POUR 2005-2006

**Le "Rapport sur la mise en oeuvre du plan d'action national inclusion 2003-2005 et ses perspectives pour 2005-2006" : quel contenu pour quels enjeux?** / Le Service Public de Programmation Intégration Sociale, Lutte Contre la Pauvreté et Economie Sociale.

In: Revue belge de sécurité sociale. - Bruxelles. - ISSN 0035-0834. - 4e trimestre (2005), p. 727-745

**EXC-A-599, SES-10**

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**Alguns indicadores sobre a pobreza : Portugal e União Europeia** / Rede Europeia Anti-Pobreza.

In: Inclusão social : dossier. - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2004. - 13 p.

**EXC-A-283, EXC-DS-3**

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**Apelo para uma ética e um consenso alargado para o combate à pobreza : um novo contrato social?** / Rede Europeia Anti-Pobreza.

In: Inclusão social : dossier. - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2004. - 8 p.

**EXC-A-284, EXC-DS-3**

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**Encontro sobre ciganos de leste** / Rede Europeia Anti-Pobreza.

In: Inclusão social : dossier. - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2004. - 7 p.

**EXC-A-281, EXC-DS-3**

RELATÓRIO DE ACTUALIZAÇÃO PNAI 2005-2006

**Relatório de actualização PNAI 2005-2006.** - Lisboa : Instituto de Segurança Social, I. P.. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social , 2005. - 92 [2] p. ; 30 cm

Plano nacional de acção para a inclusão

**EXC-3950**

RELATÓRIO DE ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTECÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL

**Relatório de estratégia nacional para a protecção social e inclusão social : Portugal 2006>2008 : uma nova estratégia integrada de políticas sociais.** -

[Lisboa : s. n.], 2006. - 121 p. ; 30 cm

Fonte : internet

**PSO-4206**

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

**Rendimento social de inserção : uma medida de combate à pobreza** / Helena Cruz...[et al.].

In: Cidade Solidária.- Lisboa .- ISSN 0874-2952 .- n.º 21 (Janeiro 2009), p. 118-119.

**AS-A-1088, AS-10**

RÉSEAU DE LA FIDUCIE SOCIALE MONDIALE

**Réseau de la fiducie sociale mondiale : la protection sociale comme nouvelle arme pour combattre la pauvreté** / Michael Cichon ...[et al.].

In: Initiative de l'AISS Recherches & Points de Vue. - Genève. - n.º 11 (Mai 2003), p. 1-8

**EXC-A-540, SES-33**

RÉSEAU SOCIAL EUROPÉEN

**Construire de partenariats pour une Europe de l'insertion: l'experience des services sociaux publics dans la lutte contre l'exclusion sociale en matière de partenariat avec les usagers et les organisations indépendantes pour plus d'efficience** / redaction par John Halloran. - Brighton : Réseau Social Européen, 2000.

- 43 p. ; 30 cm

ISBN 1 872085 35 0

**EXC-2399**

RESTABELECENDO REDES SOCIAIS DE SEGURANÇA NO SUL

**Restabelecendo redes sociais de segurança no sul : políticas contra a pobreza na Grécia, Itália, Portugal e Espanha / Luís Capucha...[et al.].**

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 17/18 (Maio-Dezembro 2002), p. 39-56

**EXC-A-538, TR-15**

O QUE RESULTA MELHOR NA REDUÇÃO DA POBREZA INFANTIL

**O que resulta melhor na redução da pobreza infantil: uma estratégia de trabalho ou uma estratégia de apoio? / trad. Rodrigo Pacheco. - Lisboa : DGSS.**

SRI, 2007. - 20 p. ; 30 cm.

Resumo do artigo "What works best in reducing child poverty: a benefit or work strategy?"; Peter Whiteford e William Adema.

OECD, employment and migration working papers, n.º 51, OECD, 2007

**EXC-4347**

REUNIÃO NACIONAL DA ACÇÃO SOCIAL, 6, Ponta Delgada, 1999

**6.ª Reunião Nacional da Acção Social 17-18 Maio de 1999, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores : [documentação vária] / [Direcção-Geral da Acção Social]. -**

[Lisboa : DGAS, 1999]. - pag. var. ; 30 cm

**AS-2228**

RIBEIRO, Cláudia

**Painel de famílias, a percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências e recursos / Cláudia Ribeiro, Susana Pires, Liliana Sousa.**

In: Horizontes Sociais. - Aveiro. - ISSN 1645-0906. - n.º 4 (Janeiro 2004), p.11-22

**FAM-A-147, PSO-14**

RIBEIRO, Cláudia

**Percepção dos profissionais sobre as competências de recursos das famílias multiproblemáticas pobres / Cláudia Ribeiro, Sofia Rodrigues, Liliana Sousa.**

In: Horizontes Sociais. - Aveiro. - ISSN 645-0906. - n.º 5 (Dezembro 2004), p.9-32.

**FAM-A-314, PSO-14**

THE RIGHT TO FOOD

**Methods to monitor the human right to adequate food : vol 1 : making the case for rights-focused and rights-based monitoring / The Right to Food. -**

Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2008. - 59 p. ; 27 cm

ISBN 978-92-5-106060-5

**EXC-4546**

RISCO SOCIAL E INCERTEZA

**Risco social e incerteza : pode o estado social recuar mais? / orgs. Pedro Hespanha, Graça Carapinheiro. - Porto : Edições Afrontamento, 2002. - 336 p. ; 24 cm.**

- (A Sociedade portuguesa perante os desafios da globalização ; 3).

ISBN 972-36-0571-6.

**PSO-4811**



RIZZINI, Irene

**Infância e globalização : análise das transformações económicas, políticas e sociais** / Irene Rizzini.

In: Sociologia : problemas e práticas. - Lisboa. - ISSN 0873-6529. - n.º 44, 2004, p. 11-26

**IJ-A-226, SOC-1**

RODRIGUES, Ricardo

**Breve retrato das políticas amigáveis à família em Portugal** / Ricardo Rodrigues, Rui Nicola.

In: Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - n.º 25 (Janeiro-Abril 2005), p. 63-84

**FAM-A-420, TR-12, TR-15**

RODRIGUES, Teresa Manuela Pires

**As mães adolescentes em risco social : captação das suas vivências, dificuldades e respostas sociais : estudo de casos** / Teresa Manuela Pires Rodrigues.

In: Contributos para a regulamentação da Lei de Bases. - Direcção-Geral da Segurança Social Família e Criança. Núcleo de Documentação e Divulgação, Março 2005. - 60 p.

**IJ-A-471, SES-DS-7**

LE RÔLE DES FONDS D'AIDES AUX JEUNES DANS L'INSERTION SOCIALE ET PROFESSIONNELLE DES JEUNES EN DIFFICULTÉ

**Le rôle des fonds d'aides aux jeunes dans l'insertion sociale et professionnelle des jeunes en difficulté** / Katia Julienne, Murielle Monrose.

In: Revue Française des Affaires Sociales. - Paris. - ISSN 00352985. - n.º 3 (Juillet-Septembre 2004), p. 41-62

**TR-A-399, SOC-2**

RUIVO, Fernando

**Poder local e exclusão social : dois estudos de caso de organização local da luta contra a pobreza** / Fernando Ruivo. - Coimbra : Quarteto, 2000. - 185 p. ; 21 cm. - (Labirintos ; 1)

ISBN 972-8535-09-0

**EXC-2352**

RUXTON, Sandy

**What about us? : Children's rights in the European Union : next steps** / [Sandy Ruxton]. - Brussels : The European Children's Network (EURONET), 2005. - 161 p. : il. ; 25 cm.

Indicação do autor tirada do verso da página de título. - Contém: glossário p. 159-161

ISBN 1-84228-053-8

**IJ-4058**

SACHS, Jeffrey

**O fim da pobreza : como consegui-lo na nossa geração** / Jeffrey Sachs ; pref. edição portuguesa. de P.º Vítor Melícias, pref. de Bono ; trad. Paulo Tiago Bento. - Cruz Quebrada : Casa das Letras, 2006. - 542 p. ; 24 cm

ISBN 972-46-1634-7

**EXC-4371**

SALES, Teresa

**Desigualdade social e pobreza no Brasil** / Teresa Sales.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. - Coimbra. - ISSN 0254-1106. - n.º 39 (Maio 1994), p.163-181

**EXC-A-862, SOC-2**

SANTOS, Elizabeth

**Primeiro relatório do Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa** / Elizabeth Santos, Jorge Estivill, Sérgio Aires. - Lisboa : Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Rede Europeia Anti-Pobreza, 2007. - 218 p. : il. ; 30 cm

Fonte: internet.

**EXC-4535**

SECRETARY OF STATE FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT

**Eliminating world poverty : a challenge for the 21st century : white paper on international development** / Secretary of State for International Development. - London : The Stationery Office Limited, 1997. - 82 p. ; 30 cm

ISBN 0-10-137892-0

**EXC-2092**

SEMINÁRIO EUROPEU, Almancil, 2000

**Políticas e instrumentos de combate à pobreza na União Europeia : a garantia de um rendimento mínimo** / Seminário Europeu, Almancil 1 a 2 Fevereiro 2000. - [Lisboa] : Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000. - 285 p. ; 30 cm

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, 2000, trabalho e assuntos sociais

**EXC-3969**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERVENÇÃO DAS AUTARQUIAS NA ÁREA SOCIAL NO INÍCIO DO 3.º MILÉNIO, 2, Coimbra, 2000

**Actas do II Seminário Internacional Intervenção das Autarquias na Área Social no Início do 3.º Milénio, Coimbra, 29 e 30 de Junho de 2000.** - Coimbra : Centro de Estudos e Formação da Fundação Bissaya-Barreto. - CEF, [2000]. - 176 p. ; 23 cm

ISBN 972-95935-5-8

**TS-2747**

LA SERNA, Carlos

**L'action de l'Etat face à l'exclusion sociale : Argentine** / Carlos La Serna.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 91-97

**EXC-A-260, PSO-8**

SESSION OF THE ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC), 31, Montevideo, 2006

**Shaping the future of social protection : access, financing and solidarity** / Thirty-first Session of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), Montevideo, 20 a 24 de Março 2006. - Montevideo : ECLAC, 2006. - 180 p. : il. ; 28 cm

**PSO-4085**

SHETTY, Salil

**Declaração e objectivos de desenvolvimento do milénio: oportunidades para os direitos humanos** / Salil Shetty.

In: SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos. - São Paulo. - ISSN 1806-6445. - n.º 2 (2005), p. 7-21

**EXC-A-372, EXC-18**

SILVA, Manuela

**Pobreza e exclusão social - a investigação em Portugal (1975-1999) : inventário bibliográfico** / Manuela Silva, Sofia Rasgado. - Lisboa : Centro de Estudos para a Intervenção Social, 1999. - 81 p. ; 21 cm

**BIB-2311**

SITUATION AND VOICES

**Situation and voices : the older poor and excluded in South Africa and India.**

- New York : United Nations Populations Fund : The Population and Family Study Center, 2002. - 146 p.; 26 cm. - (Population and development strategies series ; 2/2002)

ISBN 0-89714-631-X

**PI-3027**

SOCIAL INCLUSION IN LARGER EUROPE: ALL ABOUT MONEY? USES, LIMITATIONS AND EXTENSIONS OF INCOME-BASED SOCIAL INDICATORS

**Social inclusion in larger Europe : all about money? Uses, limitations and extensions of income-based social indicators.** / Michael F. Förster...[et al.].

In: Inclusão social : dossier. - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2002. - 21 p.

**EXC-A-25, EXC-DS-3**

SOCIAL WATCH REPORT, 2003

**Social watch report 2003 : the poor and the market** / managing edit. Roberto Bissio ; edit. Patricia Garcé . - Montevideo : copy. Instituto del Tercer Mundo, 2002. - 199 p. ; 26 cm.

An international citizens' progress report on poverty eradication and gender equality  
ISSN 0797-9231

**PSO-3855**

TACKLING OLDER PEOPLE ´S POVERTY

**Tackling older people's poverty** / HelpAge International. - London : HelpAge International, 2002. - 15 p. ; 30 cm

Annual review 2001/2002

**PI-3029**

TACKLING SOCIAL EXCLUSION

**Tackling social exclusion : british & european perspectives : a conference report** / Lydie Costes, Vanessa Wilson. - Londres : Brighton and Hove Social Services, European Institute of Social Services, 1998. - 48 p. ; 30 cm

**EXC-3073**

TAMSMA, Nicole

**The role of the health care sector in tackling poverty and social exclusion in Europe** / Nicole Tamsma, Philip C. Berman. - Dublin : European Health Management Association, 2004. - 64 p. ; 23 cm

**EXC-2026**

THELEN, Lionel

**Apprendre à (sur)vivre : le métier des pauvres** / Lionel Thelen.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 53-61

**EXC-A-257, PSO-8**

TIPIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO EM PORTUGAL CONTINENTAL

**Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental** / trabalho realizado [pela] Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP; col. Geoidéia. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P., 2005. - 116 p. : il.; 30 cm

**EXC-4549**

TRABALHO INFANTIL EM PORTUGAL

**Trabalho infantil em Portugal : caracterização social dos menores em idade escolar e suas famílias** / grupo de trabalho nomeado por Despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade . - Lisboa : Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000. - 179 p. ; 22cm. - ( Cadernos PEETI ; 3).

Despacho n.º 8676/89, D. R. n.º 119, 2ª série de 23 de Maio de 1998

ISBN 972-98241-6-9

**IJ-3627**

O TRABALHO INFANTIL EM PORTUGAL

**O trabalho infantil em Portugal : relatório do Grupo de Trabalho coordenado pelo Instituto de Apoio à Criança e pela Confederação Nacional de Acção sobre Trabalho Infantil.** - Lisboa : CNASTI : IAC, 1996. - pág. var. ; 30 cm

**IJ-1481**

ULYSSE, Pierre-Joseph

**Les entreprises d´insertion sociale** / Pierre-Joseph Ulysse, Frédéric Lesemann.

In: Les Politiques sociales. - Bruxelles. - ISSN 0037-2641. - n.º 3 e 4 (2004), p. 81-90

**EXC-A-259, PSO-8**

UNECE MINISTERIAL CONFERENCE ON AGEING (MICA), Berlin, 2002

**2002 UNECE Ministerial Conference on Ageing (MICA). United Nations Economic Commission for Europe, 11-13 September 2002, Berlin, [The demographic challenge].** - Berlin : United Nations Economic Commission for Europe - UNECE, 2002. - pag. var. ; 30 cm

Dossier organizado com documentação da Conferência

**PI-DS-1**

UNIÃO EUROPEIA

**Beijing + 5: an overview of the European Union follow-up and preparations** / European Commission. - Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2000. - 23 p. ; 30 cm

ISBN 92-828-9418-5

**ML-2452**

UNIÃO EUROPEIA

**Rapport conjoint sur l'inclusion sociale.** - Luxembourg : Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 2002. - 218 p. ; 30 cm. - (Emploi & affaires sociales)

Sécurité sociale et insertion sociale

ISBN 92-894-3223-3

**EXC-2821**

UNIÃO EUROPEIA

**Social precariousity and social integration** / report written by Duncan Gallie and Serge Paugam for the European Commission Directorate-General Employment Eurobarometer 56.1. - Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2003. - 166 p. ; 30 cm. - (Social security and social integration)

2 exemplares no NUDD/L.Rato.

ISBN 92-894-5278-1

**EXC-3160**

UNIÃO EUROPEIA

**L'Agenda social 2005-2010 : une Europe sociale dans l'économie mondiale : des emplois et de nouvelles chances pour tous** / Direction Générale de l'Emploi, des Affaires Sociales et de l'Égalité des Chances. - Luxembourg : Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 2005. - 29 p. : il. ; 30 cm

ISBN 92-894-9149-3

**PSO-3854**

UNIÃO EUROPEIA

**A situação social na União Europeia 2003 : síntese** / Comissão Europeia. - [S. l. : s. n., 199-]. - 57 p. ; 30 cm

Contém conceitos de pobreza e exclusão social

Fonte: Internet

**PSO-3730**

UNIÃO EUROPEIA. Conselho

**Joint statement by the council and the representatives of the governments of the Member States meeting within the Council, the European Parliament and the Commission on European Union Development Policy : "the European Consensus"** / Council of the European Union.

In: Desenvolvimento sustentável : dossier. - Direcção-Geral da Segurança Social. Núcleo de Documentação e Divulgação, 2007. - 35 p.

**PSO-A-746, PSO-DS-26**

UNIÃO EUROPEIA. Conselho

**Joint Statement by the Council and the representatives of the governments of the Members States meeting within the Council, the European Parliament and the Commission on European Union Development Policy : "the european consensus"** / Council of the European Union.

In: Desenvolvimento sustentável : dossier. - Direcção-Geral da Segurança Social. Núcleo de Documentação e Divulgação, 2007. - 36 p.

**PSO-A-748, PSO-DS-26**

UNIÃO EUROPEIA. Direcção-Geral do Emprego, das Relações Industriais e dos Assuntos Sociais

**La protection sociale en Europe 1997 : modernisation de la protection sociale et adaptation des systèmes au changement** / Direction Générale de L'Emploi, des Relations Industrielles et des Affaires, Sociales. - Luxembourg : Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 1998. - 23 p. ; 30 cm  
ISBN 92-828-4039-5

**PSO-3285**

UNIÃO EUROPEIA. Fondation Européenne pour l' Amélioration des Conditions de Vie et de Travail

**Insertion sociale, role des partenaires sociaux** / Fondation Européenne pour l' Amélioration des Conditions de Vie et de Travail. - Luxembourg : Office des Publications Officcielles des Communautés Européennes, 2004. - 44 p. ; 24 cm  
Cahier de la Fondation (5) Sept. 2004

ISBN 92-897-0252-4

**EXC-3651**

UNICEF

**Situação mundial da infância 2005 : infância ameaçada** / Fundo das Nações Unidas para a Infância ; dir. executiva Carol Bellamy. - Brasília : UNICEF, 2005. - 151 p. : il. ; 28 cm

ISBN 92-806-3817-3

**IJ-3680**

UNICEF

**La situation des enfants dans le monde 2004 : les filles, l' éducation et le développement** / préparé par l'UNICEF. - Nova Iorque : Le Fonds des Nations Unies pour l'Enfance, 2003. - 148 p. : il. ; 27 cm.

Contem: 2 resumos analíticos e 3 fichas

ISBN 92-806-3792-2

**IJ-3601**

UNICEF. Innocenti Research Centre

**Child poverty in rich countries 2005 : the proportion of children living in poverty has risen in a majority of the world's developed economies** / UNICEF Innocenti Research Centre. - Florence : UNICEF Innocenti Research Centre, 2005. - 36 p. : il. ; 30 cm. - (Série Innicenti Report Card ; 6)

ISBN 88-89129-39-5

**IJ-4281**

UNICEF. Innocenti Research Centre

**Child poverty in perspective: an overview of child well-being in rich countries : a comprehensive assessment of the lives and well-being of children and adolescents in the economically advanced nations** / UNICEF Innocenti Research Centre. - Florence : UNICEF Innocenti Research Centre, 2007. - 48 p. : il. ; 30 cm. - (Série Innocenti Report Card ; 7)

ISBN 978-88-89129-43-2

**IJ-4282**

UNICEF. Innocenti Research Centre

**Innocenti Social Monitor 2006 : understanding child poverty in South-Eastern Europe and the Commonwealth of Independent States / UNICEF**

Innocenti Research Centre. - Florence : UNICEF Innocenti Research Centre, 2006. - 126 p. : mapas, quadros ; 30 cm

ISBN 13-978-88-89129-44-9

**IJ-4472**

UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (Habitat)

**The human settlements conditions of the world's urban poor / United Nations Centre For Human Settlements (Habitat).** - Nairobi : United Nations Centre For Human Settlements, 1996. - 215 p. ; 24 cm

Bibliografia p. 197-215

ISBN 92-1-131300-7

**EXC-1754**

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Centro de Estudos e Sondagens de Opinião  
**Representações sobre a pobreza em Portugal : sondagem de opinião /** Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, Rede Europeia Anti-Pobreza.

In: Inclusão social : dossier. - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2004. - 30 p.

**EXC-A-282, EXC-DS-3**

L'URGENCE SOCIALE

**L'urgence sociale : du fonds d'urgence sociale aux commissions de l'action sociale d'urgence.**

In: Revue française des affaires sociales. - Paris. - ISSN 00352985. - n.º 1 (Janvier-Mars 2001), p. 1-267

**EXC-A-388, SOC-2**

VAARAMA, Marja

**Social protection for the elderly in Finland /** Marja Vaarama, Mikko Kautto. - Helsinki : Stakes, National Research and Development Centre for Welfare and Health, 1998. - 84 p. ; 25 cm.

A report made in connection with a comparative study for the European Commission DGV/E on "The State of the Debate on Social Protection for Dependency in Old Age in the 15 EU Member States and Norway"

ISBN 951-33-0495-7

**PI-2066**

VIDAS VIVIDAS

**Vidas vividas /** Isabel Rodrigues...[et al.] coord. Cristina Louro. - Lisboa : Intervenção Operacional Integrar. Ministério do Trabalho e da Solidariedade , 1999. - 89 p. : il. ; 24cm.

**EXC-4560**

WHITE, Deena

**La prestation nationale pour enfants au Canada: politique de la famille, de lutte contre la pauvreté ou d'insertion? /** Deena White.

In: Revue française des affaires sociales. - Paris. - ISSN 0035-2985. - n.º 4 (Octobre-Décembre 2008), p. 165-192

**FAM-A-1043, SOC-2**

THE WORLD BANK. Social Development Department

**New paths to social development : community and global networks in action**

/ prepared by the staff of the World Bank ; coord. Judith Edstrom...[et al.]. - Washington : International Bank for Reconstruction and Development (The World Bank), 2000. - 84 p. ; 26 cm

A contribution of the World Bank to the United Nations Special Session of the General Assembly, World Summit for Social Development and Beyond: Achieving Social Development for All in a Globalizing World, Geneva, June 2000

**PSO-3669.**

WORLD HEALTH ORGANIZATION

**Health and ageing : a discussion paper** / World Health Organization. - Geneva :

WHO, 2001. - 38 p. ; 27 cm.

No âmbito da 2.<sup>a</sup> Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em Madrid, 2002

**PI-2904**

WORLD HEALTH ORGANIZATION

**The world health report : 2005 : make every mother and child count** / World

Health Organization. - Geneva : WHO, 2005. - 230 p. ; 26 cm

ISBN 92 4 156290 0

**SD-3922**





# *A Pobreza na legislação*



## **ANO EUROPEU DO COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL (AECPEs)**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2009, de 2 de Julho**

Designa o coordenador nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs), a ter lugar em 2010, e cria a Comissão Nacional de Acompanhamento ao AECPEs

### **Decisão n.º 1098/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Outubro de 2008**

Relativa ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)

JO L 298 de 7.11.2008, p. 20—29

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA**

### **Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008, de 23 de Julho**

Recomenda a definição de um limiar de pobreza e a avaliação das políticas públicas destinadas à sua erradicação

## **COMISSARIADOS DA LUTA CONTRA A POBREZA**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/90, D.R. de 20 de Março**

Cria os Comissariados Regionais do Norte e do Sul da Luta contra a Pobreza

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2001, D.R. de 10 de Agosto**

Decide dar início aos processos legislativo e administrativo adequados à extinção ou fusão, no prazo de 120 dias, dos seguintes serviços públicos:

- a) Instituto para o Desenvolvimento Social, a integrar no Instituto da Solidariedade e da Segurança Social;
- b) **Comissariados de luta contra a pobreza**, a integrar no Instituto da Solidariedade e da Segurança Social;

.....

### **Decreto-Lei n.º 2/2003, de 6 de Janeiro**

Regula, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 16-A/2002, o processo de extinção, no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, dos seguintes serviços e organismos:

- a) Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional;

- b) Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu;
  - c) Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu;
  - d) Instituto do Desenvolvimento Social,
  - e) **Comissariados Regionais da Luta contra a Pobreza;**
- .....

Observações

## COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

### **Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro**

Institui uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, designada por complemento solidário para idosos, integrada no subsistema de solidariedade, que visa a melhoria do nível de rendimento dos seus destinatários

### **Portaria n.º 98-A/2006, de 1 de Fevereiro (suplemento)**

Aprova, no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, o modelo de requerimento do complemento solidário para idosos e respectivos anexos A, B e C

### **Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro**

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade

### **Declaração da Assembleia da República n.º 17/2006, de 8 de Junho**

Caducidade do processo relativo à apreciação parlamentar n.º 13/X (que cria o complemento solidário para idosos, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português)

### **Decreto-Lei n.º 236/2006, de 11 de Dezembro**

Dá nova redacção aos artigos 7.º, 9.º, 11.º, 12.º, 17.º, 20.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que instituiu o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade. Revoga a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 13.º e a alínea *d*) do artigo 24.º do referido Decreto-Lei

### **Portaria n.º 77/2007, de 12 de Janeiro**

Actualiza o complemento solidário para idosos

### **Decreto Regulamentar n.º 14/2007, de 20 de Março**

Dá nova redacção aos artigos 7.º, 9.º, 10.º, 12.º, 13.º, 16.º, 18.º, 22.º, 23.º, 24.º, 26.º, 27.º, 30.º, 31.º e 32.º do Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, pelo qual se instituiu o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade. Revoga o n.º 5 do artigo 24.º e os n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 30.º do Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro

### **Portaria nº 1446/2007, de 8 de Novembro**

Fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos, previsto no Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro

### **Portaria nº 17/2008, de 10 de Janeiro**

Procede à actualização do valor de referência do complemento solidário para idosos, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro. Actualiza, ainda, o montante de complemento solidário para idosos, para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro

### **Portaria nº 209/2008, de 27 de Fevereiro**

Procede, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, à actualização do valor de referência do complemento solidário para idosos. Actualiza, ainda, o montante de complemento solidário para idosos, para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro. Revoga a Portaria nº 17/2008, de 10 de Janeiro

### **Portaria nº 253/2008, de 4 de Abril**

Dá nova redacção aos artigos 3º (Requerimento) e 4º (Procedimento) da Portaria nº 1446/2007, de 8 de Novembro, que fixa os procedimentos de renovação da prova de recursos dos titulares do complemento solidário para idosos

### **Portaria nº 413/2008, de 9 de Junho**

Aprova o modelo de requerimento do complemento solidário para idosos, instituído pelo Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, que se publica em anexo ao presente diploma. Revoga a Portaria nº 98-A/2006, de 1 de Fevereiro

### **Decreto Regulamentar nº 17/2008, de 26 de Agosto**

Dá nova redacção aos artigos 24º e 25º do Decreto Regulamentar nº 3/2006, de 6 de Fevereiro, que regulamenta o Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, pelo qual se instituiu o complemento solidário para idosos no âmbito do subsistema de solidariedade

### **Portaria nº 1547/2008, de 31 de Dezembro**

Procede à actualização do valor de referência do complemento solidário para idosos, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro. Actualiza, ainda, o montante de complemento solidário para idosos, para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro. Revoga a Portaria nº 209/2008, de 27 de Fevereiro

### **Decreto-Lei n.º 151/2009, de 30 de Junho**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, que institui o complemento solidário para idosos no

âmbito do subsistema de solidariedade, e à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro

Observações

## **CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril**

Cria o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e aprova o respectivo regulamento. O Programa CLDS tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos

### **Portaria n.º 285/2008, de 10 de Abril**

Altera a Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, que cria o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e aprova o respectivo regulamento. Dá nova redacção às normas III (Caracterização dos territórios), IV (Âmbito geográfico), VII (Entidade coordenadora local de parceria), IX (Protocolo de compromisso), X (Plano de acção), XI (Aprovação do plano de acção), XII (Formalização do CLDS) e XVI (Gestão, acompanhamento e avaliação do Programa) do anexo à Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, que cria o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e aprova o respectivo regulamento

### **Despacho n.º 16 253/2008, de 13 de Junho**

Define os territórios a abranger pelo Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Programa CLDS), criado pela Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril. Define, ainda, o valor da dotação orçamental máxima para o desenvolvimento do referido Programa

### **Despacho do MTSS, de 7 de Julho de 2008**

Normas Orientadoras para a Execução dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social - Nova Redacção

## **PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2001, de 6 de Agosto**

Aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2001, D.R. de 9 de Março**

Cria a Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2003, D.R. de 11 de Junho**

Revê o regime aplicável à Comissão Interministerial de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2001, de 9 de Março

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2003, de 23 de Dezembro**

Aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2003-2005

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006, de 15 de Dezembro**

Aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) para o período de 2006-2008

**Resolução da Assembleia da República n.º 10/2008, de 19 de Março**

Resolve assumir a missão específica de observação permanente e acompanhamento da situação da pobreza em Portugal, no âmbito parlamentar. Resolve, ainda, solicitar ao Governo a apresentação à Assembleia da República de um relatório anual sobre a execução do Plano Nacional de Acção para a Inclusão

## **PROGRAMA DE LUTA CONTRA A POBREZA**

**Despacho n.º 122/MSSS/96, de 19 de Setembro**

Aprova o Regulamento do Programa de Luta contra a Pobreza

## **PROGRAMA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO**

**Portaria n.º 730/2004**

Cria o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE) Revoga o Despacho n.º 122/MSSS/96, de 27 de Agosto

**Despacho n.º 25/2005, de 3 de Janeiro**

Aprova o regulamento que define os princípios, regras e procedimentos a que deve obedecer a execução do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE)

**Despacho n.º 24/2005, de 3 de Janeiro**

Define, para o ano de 2005, os territórios onde se torna possível financiar os projectos apoiados no âmbito da medida n.º 1 do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE), bem como os prazos para entrega das candidaturas relativas a estes projectos



## **Despacho nº 6599/2009, de 2 de Março**

Dá nova redacção ao artigo nº 8 do Regulamento do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE, aprovado pelo Despacho nº 25/2005, de 29 de Novembro de 2004

*Observações*

## **REDE SOCIAL**

### **Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, D.R. de 18 de Novembro**

Procede ao reconhecimento público da denominada “Rede Social”

### **Declaração de rectificação nº 10-O/98, D.R. de 30 de Maio (3º suplemento)**

De ter sido rectificada a Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, da Presidência do Conselho de Ministros, que procede ao reconhecimento público da denominada “Rede Social”, publicada no Diário da República, 1ª série, nº 267, de 18 de Novembro de 1997

### **Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro**

Regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social

### **Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho**

Estabelece a regulamentação da Rede Social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais. Determina a aplicabilidade da rede social ao território de Portugal Continental

*No quadro da legislação relativa ao Fundo Social Europeu, e tendo em consideração as exigências das candidaturas ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, os principais normativos são*

### **Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000 de 15 de Setembro**

Regula os apoios a conceder às acções a financiar pelo Fundo Social Europeu (FSE), designadamente, no âmbito da formação profissional, da inserção no mercado de trabalho e dos apoios ao emprego

### **Portaria n.º 799-B/2000 de 20 de Setembro**

Estabelece, em complemento ao Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, as normas procedimentais relativas ao financiamento das acções apoiadas no âmbito do Fundo Social Europeu, com vista ao desenvolvimento prático dos objectivos referidos no parágrafo anterior

## **Despacho Normativo nº 42-B/2000 de 20 de Setembro**

Fixa a natureza e os limites máximos de custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo FSE, os quais foram objecto de consulta aos parceiros sociais, conforme o disposto no n.º 5 do artigo 29º do Decreto Regulamentar n.º 12-A/ 2000, de 15 de Setembro

*Observações*

\* \* \* \* \*

## **LEGISLAÇÃO RELACIONADA**

### **Decreto-Lei nº 252/2007, de 5 de Julho**

Cria um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário instituído pelo Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, definindo as condições da sua atribuição, processamento e pagamento. Determina, ainda, a sua aplicação às regiões autónomas, sem prejuízo de diploma regional que proceda às necessárias adaptações.

### **Portaria nº 833/2007, de 3 de Agosto**

Regula o procedimento do pagamento das participações financeiras dos benefícios adicionais de saúde criados pelo Decreto-Lei nº 252/2007, de 5 de Julho, para os beneficiários do complemento solidário para idosos instituído pelo Decreto-Lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro

### **Despacho normativo n.º 34/2007 de 19 de Setembro**

Definição dos termos e condições em que a segurança social comparticipa os utentes pelos encargos decorrentes da prestação dos cuidados de apoio social nas unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

### **Despacho n.º 4324/2008, de 19 de Fevereiro**

Alargamento do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral

### **Portaria n.º 301/2009, de 24 de Março**

Regula o funcionamento do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO) no que respeita à prestação de cuidados de saúde oral personalizados, preventivos e curativos, ministrados por profissionais especializados

### **Despacho n.º 9550/2009, de 6 de Abril**

Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral (PNPSO) – atribuição de cheques-dentista

## **PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS**

*Observações*

### **Despacho n.º 3293/2008, de 15 de Janeiro, D.R. II série, de 11 de Fevereiro**

Dá nova redacção às alíneas *a)*, *b)* e *c)* do n.º 6 e à alínea *c)* do n.º 10 do Despacho n.º 6716-A/2007, de 22 de Março, D.R. (II série) de 5 de Abril que criou o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas

### **Despacho n.º 6716-A/2007, de 22 de Março, D.R. II série, de 5 de Abril (suplemento)**

Cria o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas que visa a qualificação habitacional com o objectivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário

## **RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

### **Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio rectificada, pela Declaração Rectificativa n.º 7/2003, de 29 de Maio**

Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção. No art. 34.º. Cria a Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (CNRSI)

### **Declaração de Rectificação n.º 7/2003, de 29 de Maio**

Rectifica a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio.

Revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção

### **Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro**

Regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o rendimento social de inserção

### **Portaria n.º 105/2004, de 26 de Janeiro**

Define os montantes dos apoios especiais previstos nas alíneas *a)* a *c)* do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio

### **Portaria n.º 108/2004, de 27 de Janeiro**

Aprova o modelo de requerimento da prestação de rendimento social de inserção

### **Despacho n.º 15400/2004, de 31 de Julho**

Regulamenta o desenvolvimento e execução dos protocolos celebrados entre as entidades distritais da segurança social e as instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades que prossigam os mesmos fins, no âmbito do acompanhamento dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), de acordo com o Decreto-lei 283/2003, de 08 de Novembro

**Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto**

Primeira alteração à Lei n.º 13/2003

**Despacho n.º 1255/2006, de 18 de Janeiro**

Determina a composição da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção e define as suas atribuições

**Despacho n.º 2699/2006, de 2 de Fevereiro**

Revoga o Despacho n.º 11009/2004, de 2 de Junho e nomeia o Presidente da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

**Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro**

Regulamenta a Lei n.º 45/2005, de 29 de Agosto

**Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro**

Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – no n.º 1 do art. 27º – é definida a missão da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

**Despacho n.º 23088/2006, de 13 de Novembro**

Transição das comissões locais de acompanhamento (CLA), criadas no âmbito do rendimento mínimo garantido, para os núcleos locais de inserção (NLI)

**Despacho n.º 451/2007, de 10 de Janeiro**

Revogação do Despacho n.º 15400/2004, de 31 de Julho, por forma a estabelecer-se uma regulamentação mais conforme à execução dos protocolos tendo em vista os objectivos a atingir com as acções de acompanhamento aos beneficiários do RSI

**Despacho n.º 6720/2009, de 3 de Março**

Renovação do mandato do licenciado Edmundo Emilio Mão de Ferro Martinho no cargo de presidente da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

## **BASES DA SEGURANÇA SOCIAL**

**Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro**

## **IPSS**

**Declaração (extracto) n.º 347/2007. DR 245, Série II de 2007-12-20**

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social –  
Direcção-Geral da Segurança Social**

Registo da constituição e estatutos da instituição particular de solidariedade social Associação Nacional de Combate à Pobreza



**2010**

*Ano Europeu do Combate à  
Pobreza  
e à Exclusão Social*

*Documento-Quadro Estratégico*

*Prioridades e orientações  
para as actividades do Ano Europeu*



## 1. Conciliar as actividades no terreno com os objectivos e os princípios

### **Artigo 2.º Objectivos e princípios orientadores**

(a) **Reconhecimento dos direitos** — Reconhecer o direito fundamental das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e a participar activamente na sociedade. O Ano Europeu aumentará a sensibilização do público para a realidade das pessoas que vivem em situação de pobreza, em particular dos grupos de pessoas em situações vulneráveis, e ajudará a promover o seu acesso efectivo aos direitos socioeconómicos e culturais, bem como a recursos suficientes e serviços de qualidade. O Ano Europeu ajudará igualmente a combater os estereótipos e a estigmatização;

(b) **Responsabilidade partilhada e participação** — Reforçar a apropriação pelo público das políticas e acções de inclusão social, sublinhando a responsabilidade colectiva e individual na luta contra a pobreza e a exclusão social, bem como a importância de promover e apoiar actividades voluntárias. O Ano Europeu promoverá o envolvimento dos agentes públicos e privados, nomeadamente através de parcerias activas. Fomentará a sensibilização e o empenho e criará oportunidades de contribuição de todos os cidadãos, em particular das pessoas com experiência directa ou indirecta da pobreza;



(c) **Coesão** — Promover uma sociedade mais coesa através da sensibilização do público quanto aos benefícios para todos de uma sociedade onde a pobreza foi erradicada, a repartição justa é apoiada e ninguém é marginalizado. O Ano Europeu fomentará uma sociedade que sustenta e desenvolve a qualidade de vida, incluindo a qualidade das competências e do emprego, o bem-estar social, incluindo o bem-estar das crianças, e a igualdade de oportunidades para todos. Assegurará, além disso, o desenvolvimento sustentável e a solidariedade entre e no seio das gerações e a coerência política com as acções da União Europeia a nível mundial;

(d) **Empenho e acções concretas** — Reiterar o forte empenho político da União Europeia e dos Estados-Membros em acções com um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social e promover esse empenho e essas acções em todos os níveis de governação. Com base nas realizações e no potencial do MAC na área da protecção social e da inclusão social, o Ano Europeu reforçará o empenho político, atraindo a atenção política e mobilizando todas as partes interessadas, na prevenção e no combate à pobreza e à exclusão social e dará novo ímpeto às acções dos Estados-Membros e da União Europeia neste domínio.

### 1.1. Orientações para concretizar os objectivos do Ano Europeu de 2010

Há vários tipos de actividades que podem dar um contributo positivo para o Ano Europeu de 2010 (ver capítulo II (7) do anexo da Decisão). Os autores de projectos são convidados a ser criativos e inovadores e a dar grande visibilidade às suas iniciativas junto do público a que se destinam, convencendo-o das mensagens que veiculam.


Exemplos de boas práticas de anos europeus<sup>1</sup> anteriores:

-  uma estratégia de comunicação clara e coerente sobre projectos susceptíveis de chegar a audiências mais vastas do que as directamente envolvidas;
-  a utilização de um logótipo único para todos os projectos, mesmo para os que não recebem apoio financeiro do orçamento nacional do Ano Europeu;




<sup>1</sup> Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores (2006), Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007), Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008).






# Erradicação da pobreza

-  uma boa combinação de projectos com elevado potencial de difusão e actividades mais locais e específicas.



No âmbito do objectivo do **reconhecimento dos direitos**, o Ano Europeu deverá:

-  promover o reconhecimento dos direitos e das necessidades fundamentais das pessoas em situação de pobreza;
-  corrigir os actuais estereótipos relativos às pessoas em situação de pobreza e exclusão, por via de campanhas de informação, cobertura mediática e financiamento de projectos em programas culturais de carácter geral;
-  ajudar as pessoas que vivem em situação de pobreza a ganhar confiança em si próprias, proporcionando-lhes acesso a recursos financeiros dignos e a serviços de interesse geral.


No âmbito do objectivo da **responsabilidade partilhada e da participação**, o Ano Europeu deverá:

-  facilitar o debate entre os intervenientes públicos e privados para resolver os problemas que obstem à participação das pessoas, através de encontros como, por exemplo, a reunião anual dos europeus que vivem situações de pobreza;
-  promover, entre os Estados-Membros, intercâmbios de boas práticas em matéria de responsabilidade partilhada à escala nacional, regional e local e entre as administrações e outros intervenientes;
-  envolver as empresas e os parceiros sociais em actividades destinadas a fazer as pessoas regressar ao trabalho.

No âmbito do objectivo da **coesão**, o Ano Europeu deverá:

-  organizar eventos específicos e campanhas que dêem às organizações e aos sectores que geralmente não participam no combate à pobreza uma oportunidade de se dirigir a peritos em exclusão social;
-  reforçar a visibilidade e a coerência dos programas e das estratégias comunitárias e nacionais em matéria de promoção da coesão social, do desenvolvimento sustentável e da solidariedade entre gerações.

No âmbito do objectivo do **empenho e das acções concretas**, o Ano Europeu deverá:

-  reforçar o compromisso das autoridades nacionais e comunitárias em prol da justiça social e de maior coesão. Em especial, o Dia Internacional contra a Pobreza, a celebrar em 17 de Outubro de 2010, deverá incluir uma iniciativa de grande relevo, como por exemplo uma Declaração sobre um compromisso renovado em prol da eliminação da pobreza;

# Erradicação da pobreza

- 🇪🇺 garantir uma forte adesão aos Objectivos do Milénio das Nações Unidas e à Resolução que proclama a Segunda Década das Nações Unidas para a erradicação da pobreza (2008-2017)<sup>2</sup>.

## 1.2. Integração da perspectiva da igualdade dos géneros

**Artigo 4.º** - *O Ano Europeu tem em consideração os diferentes riscos e dimensões da pobreza e da exclusão social a que estão sujeitos mulheres e homens. A Comissão e os Estados-Membros devem ter em conta a integração das questões de género na execução do Ano Europeu.*

A igualdade entre homens e mulheres é um princípio que integra as actividades do Ano Europeu. Por conseguinte:

- 🇪🇺 as acções a empreender devem ter em consideração os diferentes riscos e dimensões da pobreza e da exclusão social a que estão sujeitos homens e mulheres;
- 🇪🇺 os organismos envolvidos no Ano Europeu de 2010 devem atender devidamente ao equilíbrio homens-mulheres;
- 🇪🇺 a dimensão de género da exclusão e da pobreza reflectir-se-á nos critérios específicos de selecção das actividades do Ano Europeu.

## 1.3. Acessibilidade

**Artigo 3 (3)** *Todos, incluindo as pessoas que vivem em situação de pobreza e as pessoas portadoras de deficiência, devem ter facilmente acesso a todas as medidas dirigidas a um público mais vasto.*

O êxito do Ano Europeu dependerá, em grande medida, das pessoas com experiência directa de pobreza e das pessoas com deficiência. A selecção das actividades do Ano Europeu atenderá ao imperativo da acessibilidade (por exemplo, locais adequados; *linguagem apropriada; clareza da informação; igualdade de acesso a instalações e serviços, etc.*).

## 1.4. Áreas de intervenção política prioritárias

### **Anexo - Capítulo IV**

*Tendo em consideração a natureza multidimensional da pobreza e da exclusão social e com vista a integrar a prevenção e o combate à pobreza e à exclusão noutras políticas, as actividades do Ano Europeu deverão ter como objectivo produzir um claro valor acrescentado e constituir um complemento eficaz ao MAC na área da protecção social e da inclusão social. Estas actividades deverão, pois, centrar-se num número limitado de áreas prioritárias.*

*De acordo com a análise realizada e as prioridades identificadas no Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social, o Ano Europeu deverá centrar-se em redor dos seguintes temas:*

- *promoção de estratégias multidimensionais integradas para prevenir e reduzir a pobreza, em especial a pobreza extrema, e abordagens que sejam integradas horizontalmente em todas as políticas relevantes,*
- *combate à pobreza infantil e à transmissão intergeracional da pobreza, bem como à pobreza no seio das famílias, prestando especial atenção às famílias numerosas, às*

<sup>2</sup> Resolução da ONU 62/205 de 19 de Dezembro de 2007.

*famílias monoparentais, às famílias com um dependente a cargo, bem como à pobreza a que estão sujeitas as crianças nas instituições,*

- *promoção de mercados de trabalho inclusivos, a abordagem da pobreza no trabalho e a necessidade de remuneração justa pelo trabalho efectuado;*
- *erradicação das lacunas da educação e formação, incluindo a formação em literacia digital, promovendo a igualdade de acesso de todos às TIC, tendo particularmente em conta as necessidades específicas das pessoas portadoras de deficiência;*
- *abordagem das dimensões de género e idade da pobreza;*
- *garantia de acesso igual a serviços e recursos adequados, incluindo condições de habitação dignas, serviços de saúde e protecção social,*
- *facilitação do acesso a oportunidades no campo da cultura e do lazer,*
- *vencer a discriminação, promover a inclusão social dos imigrantes e das minorias étnicas,*
- *promoção de abordagens integradas de inclusão activa,*
- *responder às necessidades das pessoas com deficiência e respectivas famílias, dos sem-abrigo, bem como de outros grupos ou pessoas em situações vulneráveis.*

Na programação das actividades do Ano Europeu, em linha com as prioridades acima referidas, os Estados-Membros devem ter em atenção as prioridades e os desafios identificados nos respectivos relatórios nacionais sobre as estratégias de protecção social e inclusão social. Devem adaptar estas prioridades políticas às situações nacionais, regionais e locais e garantir a respectiva coerência mútua.




## 1.5. Parcerias com a sociedade civil e os intervenientes relevantes

**Anexo – Capítulo IV** - *Tendo em conta os objectivos previstos no artigo 2.º da presente decisão, a questão da participação deverá ser integrada em todas as prioridades.*

Os Estados-Membros da UE e a Comissão Europeia sempre consideraram a participação dos vários intervenientes, incluindo as pessoas excluídas e as organizações que as representam, como um dos objectivos centrais das políticas de inclusão social. Os Estados-Membros são convidados a dar conta da sua acção para cumprir este objectivo nos respectivos relatórios sobre as estratégias de protecção social e inclusão social.

O Ano Europeu de 2010 deverá estimular a utilização de técnicas de participação e ajudar a desenvolver modelos participativos e instrumentos para os grupos desfavorecidos.

Como norma mínima, a Comissão considera que o processo de consulta deve:

-  proporcionar o nível adequado de clareza e de informação sobre os objectivos do Ano Europeu e a forma como é preparado e gerido, incluindo artigos em revistas e sítios Web sobre inclusão;
-  ser iniciado tão cedo quanto possível, para que os intervenientes possam consultar as respectivas bases em prazos aceitáveis;
-  estabelecer métodos e técnicas de trabalho apropriados, para garantir um diálogo aberto entre os vários grupos.

## 2. Gestão e coordenação no plano nacional

### 2.1. As Entidades Nacionais de Execução

**Artigo 6.º (1)** - *Cada país deverá designar uma «Entidade Nacional de Execução» para organizar a participação nacional no Ano Europeu e assegurar a coordenação a nível nacional.*

As entidades nacionais de execução têm um duplo papel: gerir o financiamento europeu no âmbito do sistema de gestão centralizada indirecta e as actividades do Ano Europeu a nível nacional, incluindo a criação de parcerias com agentes institucionais e da sociedade civil.

Alguns países poderão ter dificuldades na designação de entidades nacionais de execução com estas características simultâneas, caso em que poderão ser instituídas cooperações *ad hoc* entre duas entidades públicas.

## 2.1.1. *Gestão orçamental*

A decisão prevê um sistema de gestão centralizada indirecta, que será implementado a nível nacional através das entidades nacionais de execução. Este tipo de procedimento é particularmente adequado para os programas de base ampla que requerem a proximidade dos beneficiários finais e, em caso de medidas simultâneas a nível nacional, a utilização de regras coordenadas. Este tipo de gestão também permite uma utilização mais racional dos recursos existentes nos Estados-Membros. Ao mesmo tempo, deverá dinamizar a complementaridade entre a acção dos Estados-Membros e o trabalho das instituições da UE, ajudando a desenvolver sinergias mais fortes entre os dois níveis.

A fim de evitar um processo de avaliação complexo, a Comissão aceita que os Estados-Membros designem uma entidade nacional de execução já responsável pela gestão dos fundos estruturais.

Com a designação de uma entidade nacional de execução, os Estados-Membros garantem à Comissão que assumem a defesa dos interesses financeiros das Comunidades, previnem quaisquer irregularidades na utilização dos fundos comunitários e, se necessário, tomam medidas para a devolução integral de verbas comunitárias indevidamente pagas.

Tarefas delegadas às entidades nacionais de execução:

- preparação e lançamento dos convites à apresentação de propostas;
- avaliação e selecção das candidaturas e das propostas;
- adjudicação de contratos e subvenções;
- assinatura de acordos e contratos de subvenção;
- Fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais;
- execução dos pagamentos e emissão de ordens de recuperação;
- prestação de contas à Comissão.

## 2.1.2. *Aspectos práticos da organização do Ano Europeu*

As principais tarefas das entidades nacionais de execução consistem na definição, implementação, acompanhamento e avaliação dos programas nacionais para o Ano Europeu de 2010, garantindo que as acções estão bem adaptadas à realidade nacional. Esta questão é fundamental para que o Ano Europeu seja bem sucedido junto das populações a que se destina.

É necessário prever diferentes tipos de experiências e conhecimentos específicos. A experiência no combate à pobreza e à exclusão social será um elemento importante. A existência de laços estreitos com os meios de comunicação constituirá uma vantagem.

## 2.2. Os programas nacionais


O objectivo é aplicar os objectivos do Ano Europeu à realidade e às necessidades de cada país, com base numa análise dos desafios que cada um enfrenta relativamente às prioridades da inclusão social. Cada país participante deve indicar como entende responder aos desafios que se lhe colocam, de acordo com os princípios orientadores e os objectivos do Ano Europeu de 2010.

A decisão que institui o Ano Europeu de 2010 exige que as entidades nacionais de execução elaborem os programas nacionais em estreita colaboração com as partes interessadas.

A estrutura proposta para os programas nacionais é apresentada no anexo 1.


### 2.2.1. Orientações para o programa

A Comissão propõe as seguintes orientações para os programas nacionais:

 Coerência com as estratégias nacionais de protecção social e inclusão social.

**Anexo – Capítulo II – ponto 3** - *Em resposta ao documento-quadro estratégico, cada entidade nacional de execução produzirá, após consulta da sociedade civil, um programa nacional para o Ano Europeu, em estreita coordenação e coerência com as estratégias nacionais para a protecção social e a inclusão social.*


Os programas nacionais devem ser sintonizados com as estratégias nacionais de protecção social e inclusão social, e em especial, os planos nacionais de acção para a inclusão social. O novo ciclo trienal de 2008-2010 dá aos Estados-Membros uma oportunidade ideal para darem conta da forma como tencionam integrar os objectivos do Ano Europeu nas respectivas estratégias trienais.

 Mobilizar as atenções políticas e incentivar a uma ampla participação.

**Considerando 20** - *Para que as acções comunitárias de combate à pobreza e à exclusão social tenham um impacto positivo, é fundamental que gozem de um amplo apoio junto da população e de apoio político. (...) Deverá contribuir para centrar as atenções políticas e mobilizar todos os interessados, a fim de dar um impulso e reforçar o MAC na área da protecção social e da inclusão social, bem como promover novas acções e iniciativas a nível comunitário e nacional neste domínio, em associação com as pessoas afectadas pela pobreza e os seus representantes.*

Os programas nacionais devem merecer elevado destaque, ajudando a promover a coesão social. O Ano Europeu de 2010 poderá contribuir também para clarificar o papel das instâncias representativas, incluindo os parlamentos e assembleias nacionais e regionais.

O Ano Europeu deve destacar o papel da União Europeia («A UE pode fazer a diferença») e divulgar o impacto que teve já em áreas políticas estratégicas. Recomenda-se vivamente o aproveitamento das boas práticas noutras partes da UE, assim como das ilações retiradas das avaliações interpares realizadas no âmbito do método aberto de coordenação.

 Integrar o combate à pobreza nas outras políticas.

**Anexo – Capítulo IV** - *Tendo em consideração a natureza multidimensional da pobreza e da exclusão social e com vista a integrar a prevenção e o combate à pobreza e à exclusão noutras políticas, as actividades do Ano Europeu deverão ter como objectivo produzir um claro valor acrescentado e constituir um complemento eficaz ao MAC na área da protecção social e da inclusão social.*

Recomenda-se fortemente uma abordagem pluridimensional e integrada da pobreza e da exclusão social, que faça a ligação com a igualdade de oportunidades, a não-discriminação, incluindo as populações ciganas, a dimensão dos géneros e da idade, as políticas económicas e financeiras, a saúde, etc. Os programas nacionais podem desempenhar um papel determinante para colocar a inclusão social no centro das agendas políticas.

## 2.2.2. Complementaridade<sup>3</sup>

**Artigo 10.º** *A Comissão e os países participantes asseguram também que o Ano Europeu complete as iniciativas e recursos existentes a nível comunitário, nacional e regional, sempre que possam contribuir para a concretização dos objectivos do Ano Europeu.*

De acordo com os objectivos do Ano Europeu de 2010, as entidades nacionais de execução garantem o estabelecimento de ligações com outras áreas políticas e outros intervenientes, incluindo os programas nacionais da Estratégia de Lisboa 2008-2010, os Fundos Estruturais, o desenvolvimento sustentável e a cooperação para o desenvolvimento.

## 2.2.3. Estratégia de comunicação e grupos-alvo

Cada programa nacional definirá uma estratégia de comunicação geral para o Ano Europeu de 2010. Os grupos-alvo serão o público em geral, as pessoas em situação de pobreza e exclusão e outros grupos e instituições sociais em condições de influenciar as políticas de inclusão social (por exemplo, os parceiros sociais, os responsáveis políticos, as autoridades nacionais, regionais e locais, os empresários, os empregadores, os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil), com particular destaque para aqueles que geralmente não lidam directamente com a questão da pobreza.

Os programas nacionais devem também desenvolver e reforçar o diálogo com os meios de comunicação.

Os programas nacionais podem dirigir as suas actividades a grupos específicos ou focar determinadas questões, de acordo com os respectivos planos nacionais de acção para a inclusão e as prioridades definidas na Decisão. É contudo importante que os planos designem claramente o(s) grupo(s) alvo para cada acção ou conjunto de acções.

---





<sup>3</sup> Aqui se inclui: a complementaridade com o programa PROGRESS, os Fundos Estruturais, em especial o Fundo Social Europeu, e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), as acções para combater a discriminação e promover a igualdade entre homens e mulheres e os direitos fundamentais, e as acções nas áreas da educação e formação, cultura e diálogo intercultural, juventude, cidadania, imigração e asilo e investigação.

## 2.3. Consulta sobre os programas nacionais e respectivo acompanhamento

**Artigo 6.º (3)** *Para realizar as suas tarefas, em particular no momento da elaboração do programa nacional e, sempre que seja apropriado, durante a execução do Ano Europeu, a entidade nacional de execução consulta e coopera de forma estreita com um grupo composto por um amplo leque de interessados relevantes, incluindo organizações da sociedade civil e organizações que defendem ou representam os interesses de pessoas em situação de pobreza e exclusão social, os parceiros sociais e as autoridades regionais e locais.*



Sempre que existam práticas nacionais de diálogo civil, estas devem ser utilizadas como ponto de referência para as consultas.

Possíveis intervenientes:

-  organismos públicos relevantes; representantes de autoridades governamentais nacionais, regionais e locais;
-  organizações da sociedade civil e organizações de defesa ou representação dos interesses das pessoas que vivem situações de exclusão social, incluindo a sua participação directa;
-  parceiros sociais, prestadores de serviços sociais;
-  associações de utentes, sector voluntário.

As entidades nacionais de execução podem solicitar apoio ou contactos às grandes redes europeias que operam no domínio do combate à pobreza e da promoção da inclusão social, com experiência comprovada de trabalho com pessoas em situação de pobreza.

Os critérios de selecção dos intervenientes serão divulgados, juntamente com a lista das partes envolvidas. A semelhança do que acontece à escala da UE, estes critérios poderão incluir:

-  a capacidade destas organizações para representar, promover e defender os direitos e os interesses das pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
-  a sua capacidade para reunir e mobilizar membros de diferentes países.

Um critério fundamental à luz do qual a Comissão irá avaliar os programas nacionais apresentados pelas entidades nacionais de execução será o de um nível adequado de consulta, segundo as normas estabelecidas no ponto 1.5. Em sintonia com os objectivos do Ano Europeu de 2010, a consulta regular e a cooperação serão parte de todas as fases, da programação, à implementação e à avaliação, a fim de garantir a eficácia do impacto à escala nacional e subnacional.

A Comissão sugere que as entidades nacionais de execução se inspirem nas *actor involvement variables* (variáveis da participação dos intervenientes), definidas no Fórum dos planos nacionais de acção para a inclusão social, que decorreu na Irlanda, em Novembro de 2007<sup>4</sup>.

---







<sup>4</sup> <http://www.peer-review-social-inclusion.net/peer-reviews/2007/the-napinclusion-social-inclusion-forum/pr-ie-synthesis-report-en>.

## 3. Gestão e coordenação no plano europeu

### 3.1. O papel da Comissão

A decisão que institui o Ano Europeu de 2010 fixou um misto de actividades centralizadas e descentralizadas, como a melhor opção para manter a flexibilidade de adaptação às situações nacionais.

É, porém, importante que o Ano Europeu de 2010 mantenha uma forte dimensão e identidade comunitárias. Para tal, a Comissão chama a si as seguintes tarefas:

-  agir enquanto catalisador para incentivar o envolvimento e o empenho político da UE e dos Estados-Membros;
-  facilitar a participação mais adequada, incluindo a dos grupos mais vulneráveis;
-  gerir uma campanha de informação e comunicação, dando designadamente apoio às entidades nacionais de execução na definição das respectivas estratégias de comunicação;
-  fornecer apoio técnico e consultoria às entidades nacionais de execução;
-  verificar a coerência de todas as actividades, tanto na preparação como na realização das actividades do Ano Europeu de 2010;
-  realizar um exercício contínuo de avaliação.

### 3.2. O Comité Consultivo

Na gestão e na coordenação das actividades do Ano Europeu de 2010, a Comissão será apoiada por um comité consultivo composto por representantes dos Estados-Membros designados por cada entidade nacional de execução e presidido pelo representante da Comissão (artigo 7.º (2) da Decisão).

A Comissão organizará as reuniões do comité. Podem ser organizadas cinco reuniões: duas em 2009, duas em 2010 e uma reunião final em 2011.

São válidos para o comité os princípios e as condições que se aplicam à Comissão em matéria de acesso do público aos documentos. O Parlamento Europeu será regularmente informado pela Comissão sobre os trabalhos do comité.

### 3.3. Participação do Comité da Protecção Social e de outros comités

O Comité da Protecção Social (CPS) será associado à preparação e à realização das actividades do Ano Europeu de 2010 por meio de trocas regulares de pontos de vista.

A Comissão e os Estados-Membros – em consulta com o comité consultivo do Ano Europeu – manterá o CPS a par das principais actividades (campanhas de informação, principais eventos, etc.), a fim de garantir a maior coerência possível com os planos nacionais de acção para a inclusão e maximizar o impacto destas actividades.

A Comissão também identificará outros comités relevantes que deveram estar informados ou participar na programação das actividades.

### 3.4. Parcerias a nível europeu

As instituições europeias, e em especial o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu, assim como as várias agências, são convidados a desempenhar um papel activo nas actividades do Ano Europeu.



A Comissão irá também desenvolver parcerias com organizações não governamentais activas neste domínio e outros intervenientes relevantes à escala da UE, no âmbito das principais iniciativas e decisões. Cada reunião do comité consultivo será precedida de encontros entre os intervenientes comunitários.

## 4. Financiamento e apoio não financeiro

### 4.1. Financiamento



A dotação do Ano Europeu de 2010 ascende a 17 milhões de euros provenientes do orçamento comunitário, dos quais um máximo de 9 milhões serão gastos em actividades nos Estados-Membros. Este segundo montante será completado por co-financiamento de igual valor por parte dos Estados-Membros. Assim, deverão ser disponibilizados cerca de 18 milhões de euros para actividades nacionais.

A parte de cada Estado-Membro foi provisoriamente calculada com base no respectivo número de votos no Conselho e ajustada para garantir um apoio mínimo de 120 000 euros a todos os Estados-Membros. Em consequência, os orçamentos variam entre 120 000 e 750 000 euros (ver anexo 2). O total poderá variar, já que a participação de outros países que constam do artigo 11.º da Decisão poderá alterar o orçamento e a respectiva repartição.

O financiamento comunitário cobre até 50% do total dos custos elegíveis. O co-financiamento nacional deve cobrir pelo menos 50% do total dos custos, podendo emanar de fontes públicas ou privadas (fundações ou empresas).

A regra de 50% de co-financiamento aplicar-se-á ao total dos custos elegíveis consolidados, isto é, a todos os projectos previstos nos programas nacionais (incluindo os custos administrativos das entidades nacionais de execução), assumidos como um todo e não individualmente.

A nível europeu, o financiamento (8 milhões de euros em gestão directa) destina-se a:


-  compra de bens e serviços (campanha de informação e comunicação; avaliação externa do Ano Europeu);
-  subvenções para a organização, a nível europeu, de eventos especiais destinados a aumentar a notoriedade e a sensibilização para o Ano Europeu. Tais subvenções não excederão 80% do total dos custos elegíveis dos eventos.



*Neste contexto, a Comissão destaca a importância de facilitar o acesso a todas as ONG, incluindo organizações de pequena e média dimensão. Para que o acesso seja tão vasto quanto possível, as entidades nacionais de execução podem decidir não solicitar co-financiamento de ONG responsáveis pela implementação, optando por financiar na íntegra certas acções individuais.*

### 4.2. Apoio não financeiro

As actividades que não recebam qualquer subvenção podem ser autorizadas e incentivadas a usar o logótipo do Ano Europeu de 2010, se cumprirem plenamente os seus objectivos.

No plano nacional, este apoio será dado pelas entidades nacionais de execução a iniciativas de organizações públicas ou privadas nacionais, regionais ou locais, desde que os seus promotores demonstrem que essas actividades:

-  decorrem durante o Ano Europeu de 2010 (entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010);

-  ajudam à concretização de um ou mais objectivos do Ano Europeu;
-  estão em sintonia com a estratégia nacional definida no respectivo programa nacional.

As actividades realizadas à escala da UE com acentuada dimensão comunitária ou carácter transnacional, ou que decorrem em países que não participam no Ano Europeu, também podem ser elegíveis para apoio não financeiro. Receberão autorização escrita para a utilização do logótipo e poderão solicitar material informativo do Ano Europeu de 2010, desde que cumpram as regras acima mencionadas.

## 5. Questões práticas

### 5.1. Os programas nacionais na prática

#### 5.1.1. *Estrutura proposta para os programas nacionais*


No *anexo 1*, apresenta-se a estrutura proposta para os programas nacionais.

O programa nacional - com um máximo de 10 páginas - deve dar conta dos seguintes aspectos:






1. Situação nacional e desafios: os grandes desafios que se colocam ao país em matéria de combate à pobreza e à exclusão social, prioridades da estratégia nacional de protecção social e inclusão social (planos nacionais de acção para a inclusão). É possível incluir aqui uma breve descrição da estrutura administrativa existente para o Ano Europeu e do impacto e resultados esperados das actividades programadas.
2. Prioridades nacionais para o Ano Europeu de 2010, como estas vão ao encontro dos quatro grandes objectivos (reconhecimento dos direitos; responsabilidade partilhada e participação; coesão; empenho e acção concreta). Devem ser incentivadas acções criativas que envolvam pessoas em situação de pobreza.
3. Estratégia de comunicação, incluindo o sessão nacional de abertura e um sítio Web em cada país.
4. Consulta da sociedade civil e dos intervenientes relevantes: quem foi consultado durante a elaboração do programa, como e quando foram consultados e como participarão na implementação, no acompanhamento e na avaliação do programa.
5. Principais medidas de execução: convites à apresentação de propostas, processo de selecção, critérios de selecção e calendário indicativo.
6. Orçamento indicativo com co-financiamento comunitário e nacional.
7. Acompanhamento e avaliação das actividades do Ano Europeu.

#### 5.1.2. *Avaliação dos programas nacionais*

A Comissão irá avaliar os programas nacionais à luz dos princípios consagrados na Decisão e das orientações que o presente documento define. Os programas devem, em especial:

-  respeitar a estrutura e as orientações constantes do documento-quadro estratégico;

# Erradicação da pobreza

-  ser coerentes com os objectivos (reconhecimento dos direitos; responsabilidade partilhada e participação; coesão; empenho e acção concreta) da Decisão;
-  atender à dimensão da igualdade dos géneros e à acessibilidade das actividades programadas, incluindo para as pessoas que vivem situações de pobreza e as pessoas com deficiência;
-  ser antecedidos de consultas dos intervenientes relevantes;
-  integrar a dimensão da participação em todas as prioridades escolhidas;
-  fornecer informações sobre a complementaridade das iniciativas propostas com iniciativas e recursos comunitárias, nacionais e subnacionais existentes.

A Comissão aceitará ou aprovará os programas sob reserva de alterações.

Cada programa nacional constitui o enquadramento das acções descritas na proposta para a qual é solicitada a contribuição da UE, por força da convenção de delegação enviada pela entidade nacional de execução à Comissão Europeia para co-financiamento.

*(Considerando 22) As variações nos programas realizados a nível nacional e as diferentes sensibilidades e contextos socioeconómicos e culturais exigem que uma parte considerável das actividades empreendidas no âmbito do Ano Europeu seja descentralizada para o plano nacional, através de um sistema de gestão centralizada indirecta, em conformidade com os procedimentos definidos no n.º 2, alínea c), do artigo 54.º do Regulamento Financeiro e respectivas normas de execução.*

### 5.1.3. Disposições práticas

Ver *anexo 3* - Roteiro



- *Data de apresentação*: os programas nacionais deviam ser apresentados à Comissão pelas entidades nacionais de execução até 15 de Maio de 2009.
- *Língua*: a fim de facilitar o processo de análise, adopção e divulgação nos Estados-Membros e junto de todas as partes interessadas, a Comissão exige que cada programa nacional seja fornecido na **língua nacional juntamente com uma versão em inglês ou francês**.
- A Comissão aprovará ou rejeitará (com ou sem observações), na íntegra ou parcialmente, cada programa no prazo de um mês a contar da recepção do mesmo. A Comissão pode requerer informações adicionais às entidades nacionais de execução. O prazo de resposta será indicado no documento em que forem formuladas as observações.
- Serão assinadas convenções de delegação entre a Comissão e cada uma das entidades nacionais de execução em Janeiro de 2010, com base num pedido de financiamento específico que dê conta, de forma circunstanciada, das acções a co-financiar.
- *Publicação*: Uma vez adoptado, cada um dos programas nacionais será publicado no sítio Web do Ano Europeu de 2010. Acresce que cada país participante é incentivado a promover a transparência e a visibilidade do respectivo programa nacional, que deverá divulgar de forma apropriada à escala nacional. Os programas nacionais deverão figurar num sítio Web especialmente

criado para assinalar a ocasião, devendo o sítio Web nacional integrar pelo menos uma página dedicada ao Ano Europeu de 2010.

## 5.2. Financiamento e gestão administrativa






### 5.2.1. Gestão

A Decisão prevê um sistema de gestão centralizada indirecta a nível nacional. O processo é gerido pelas entidades nacionais de execução em conformidade com as seguintes disposições:

-  N.º 2 do artigo 54.º e n.º 1 do artigo 56.º do Regulamento (CE, Euratom) N.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias<sup>5</sup> e
-  Artigos 35.º a 41.º do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2342/2002 da Comissão, de 23 de Dezembro de 2002, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/200 do Conselho, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias (normas de execução)<sup>6</sup>.

Na prática, para uma gestão centralizada indirecta desta quota orçamental, a Comissão delega as tarefas de execução orçamental nas entidades nacionais de execução. Estas últimas estão, assim, juridicamente vinculadas às regras do Regulamento Financeiro para a gestão dos fundos comunitários.

O enquadramento normativo para a delegação de tarefas nas entidades nacionais de execução especifica os critérios aplicáveis, designadamente que a entidade proposta deve:

-  ser um organismo nacional do sector público;
-  estar sujeito à lei do Estado-Membro em questão;
-  ser capaz de fornecer garantias financeiras adequadas;
-  estar dotada, antes de iniciar as suas actividades, de sistemas de controlo interno, contabilidade, mecanismos para celebração de contratos de direito público e concessão de subvenções;
-  satisfazer as exigências de boa gestão financeira, nos termos do artigo 56.º do Regulamento Financeiro, ou seja, existência e correcto funcionamento de auditorias internas; sistemas de controlo interno, incluindo separação das tarefas de autorização de despesas e contabilização; sistemas contabilísticos que permitam a verificação da utilização dos fundos pela Comissão; e a transparência dos processos de celebração de contratos de direito público e de concessão de subvenções, que devem ser não-discriminatórios, excluir quaisquer conflitos de

---

<sup>5</sup> (JO L 248, 16.9.2002, p. 1) com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE, Euratom) n.º 1525/2007 (JO L 343, 27.12.2007, p. 9).-  
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/en/consleg/2002/R/02002R1605-20070101-en.pdf>.

<sup>6</sup> (JO L 357, 31.12.2002, p. 1) com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE, Euratom) n.º 478/2007 (JO L 111, 28.04.2007, p. 13).-  
<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/site/en/consleg/2002/R/02002R1605-20070501-en.pdf>.

interesses, respeitar as disposições dos Títulos V e VI do Regulamento Financeiro e garantir uma divulgação anual adequada dos beneficiários dos fundos provenientes do orçamento, em conformidade com o n.º 3 do artigo 30.º do Regulamento Financeiro.

As entidades nacionais de execução devem possuir recursos orçamentais e humanos suficientes para a realização das actividades do Ano Europeu de 2010. A fim de garantir o devido apoio político para as actividades do Ano Europeu, a Comissão incentiva os Estados-Membros a garantir um número adequado de quadros superiores no pessoal das entidades nacionais de execução.

A fim de facilitar a avaliação das entidades nacionais de execução, a Comissão recomenda vivamente o recurso às que já celebraram convenções com a Comissão para a gestão de fundos comunitários em programas como os do Fundo Social Europeu ou outros programas comunitários geridos em regime de gestão descentralizada indirecta (por exemplo, as agências nacionais dos programas de aprendizagem ao longo da vida, ou os organismos intermédios relacionados com as acções de comunicação da UE).

### 5.2.2. *Convites à apresentação de propostas/concursos*

As entidades nacionais de execução devem preparar – com o apoio da Comissão – as várias fases da selecção das actividades que integram os programas nacionais, através de concursos e convites à apresentação de propostas a publicar por volta de Junho de 2009. Os critérios de elegibilidade, selecção e adjudicação para os concursos serão definidos de acordo com as regras comunitárias.

As candidaturas devem ser tratadas e os projectos seleccionados até finais de Outubro de 2009.

### 5.2.3. *Metodologia de apresentação das candidaturas à Comissão*

**Anexo – Capítulo II – pontos 4, 5 e 6** Cada entidade nacional de execução apresentará uma candidatura única ao financiamento comunitário. A candidatura deverá descrever o programa nacional e as prioridades para o Ano Europeu, bem como as acções propostas para financiamento. Deverá ser acompanhada por um orçamento pormenorizado que indique os custos totais das acções propostas e o montante e as fontes de co-financiamento. (...)

A atribuição de subvenções globais aos países participantes dependerá da medida em que os objectivos previstos no artigo 2.º e desenvolvidos no Documento-quadro Estratégico são adequadamente atingidos no Programa Nacional de execução do Ano Europeu.

A Comissão avaliará as candidaturas a financiamentos comunitários apresentadas pelas entidades nacionais de execução, inclusivamente mediante a verificação do cumprimento dos objectivos referidos no artigo 2.º da presente decisão. Se necessário, a Comissão solicitará a introdução de modificações nas candidaturas.

Uma vez reconhecida a entidade nacional de execução e aprovado o programa nacional pela Comissão, cada entidade apresentará formalmente uma proposta de montante a colocar à sua disposição pela Comissão por força da convenção de delegação.

O programa nacional e as respectivas prioridades devem ser descritos, havendo ainda que explicar os processos de concessão de subvenções individuais ou de celebração de contratos e apresentar uma estimativa do número de actividades a

# Erradicação da pobreza

financiar. Devem também ser apresentados um calendário e um orçamento provisórios.

O orçamento deve mencionar a origem e a forma do co-financiamento nacional (mínimo de 50%). Este co-financiamento deve ser garantido em numerário. Ou seja, um rendimento real, um fluxo financeiro que pode ser identificado nos documentos contabilísticos da entidade de execução, dos parceiros ou de entidades terceiras. Em consequência, não se aceitam contribuições em espécie, tais como a prestação gratuita à entidade nacional de execução de bens e serviços por parte de uma entidade terceira. Contudo, as remunerações dos funcionários públicos pagas por uma administração pública ou de colaboradores de empresas ou organizações ligadas ao projecto serão consideradas contribuições pecuniárias, já que correspondem a uma despesa que pode ser claramente identificada nas contas das administrações ou organizações em questão e que são auditáveis *a posteriori*, sem limitação relativamente a dados pessoais. O mesmo montante deve ser inscrito no lado da despesa.

Se o co-financiamento for assegurando por uma entidade terceira, a entidade nacional de execução deve apresentar uma carta que confirme o montante e a fonte.

Os projectos devem ser seleccionados para financiamento entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010. Nos termos do Regulamento Financeiro, os custos incorridos em fase **anterior à apresentação** da candidatura pela entidade nacional de execução não são elegíveis. As convenções de delegação não serão assinadas pela Comissão antes de Janeiro de 2010, já que devem ser financiadas pelo orçamento comunitário de 2010.

## 5.2.4. *Assinatura das convenções de delegação*

Uma vez assinada a convenção de delegação, considera-se que a Comissão aprovou os custos inscritos na proposta da entidade nacional de execução, sendo que a mera recepção da proposta desta entidade pela Comissão não pode ser considerada como uma aprovação da mesma. A assinatura da convenção de delegação deve ocorrer quanto antes e, de preferência, nas primeiras semanas de 2010.

## 5.2.5. *Pagamentos*

**Após a assinatura da convenção de delegação**, a Comissão fará um pagamento de pré-financiamento correspondente a 80% da estimativa do financiamento comunitário total. Este pagamento deve ser feito em Fevereiro de 2010.

O pagamento final será feito depois de terem sido realizadas todas as acções previstas nos programas nacionais e de ter sido dado conta dessa realização à entidade nacional de execução. A entidade nacional de execução apresenta depois o seu **relatório final sobre a realização do Ano Europeu, até 31 de Março de 2011**.

## 6. Acompanhamento e avaliação

### 6.1. Acompanhamento

#### 6.1.1. A nível europeu

A Comissão organizará o acompanhamento das acções a empreender à escala da Comunidade e dos programas nacionais. Garante desta forma a coerência de todas as actividades, tanto na fase de preparação, como de realização.

#### 6.1.2. A nível nacional

Na esfera nacional o acompanhamento é feito pelas entidades nacionais de execução, de preferência com a participação de outros intervenientes





### 6.2. Avaliação

**Artigo 15.º-** Até 31 de Dezembro de 2011, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões um relatório sobre a execução, os resultados e a avaliação global das acções previstas na presente decisão.




Em conformidade com o artigo 15.º da Decisão, as actividades do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, em 2010, serão objecto de uma avaliação contínua.

A Comissão subcontratará a avaliação contínua a uma organização externa independente. Os trabalhos começarão no início de 2010, a fim de produzir os primeiros resultados intermédios em 2010 e os resultados finais em meados de 2011.



O exercício tem por objectivo avaliar os seguintes aspectos:

-  o cumprimento dos objectivos do Ano Europeu de 2010, a nível europeu e nacional;
-  a pertinência de organizar um Ano Europeu específico, uma vez que existem outras iniciativas e medidas comunitárias para combater a pobreza e promover a inclusão social, designadamente a estratégia europeia para a protecção social e a inclusão social;
-  a relevância de lançar uma vasta campanha de informação e promoção à escala da UE, incluindo a pertinência das actividades seleccionadas e os públicos-alvo identificados;
-  o valor acrescentado gerado pelo Ano Europeu, nomeadamente as sinergias criadas entre diferentes agentes e esferas de intervenção aos níveis comunitário, nacional e regional/local.

A avaliação contínua considerará também os vários aspectos e as actividades do Ano Europeu de 2010 a nível europeu e nacional. Abrangerá:

-  acções à escala da UE, com uma tónica específica na campanha de informação e promoção;
-  acções nacionais;
-  outras acções (projectos que beneficiam de apoio moral do Ano Europeu de 2010);

# Erradicação da pobreza

-  enquadramento e sistemas de controlo a nível da Comissão, designadamente o Comité Consultivo, os principais intervenientes e o grupo *ad hoc* inter-serviços;
-  as entidades nacionais de execução e os respectivos programas nacionais.

Haverá ainda vários estudos de casos a realizar em alguns Estados-Membros da UE.

As entidades nacionais de execução serão informadas acerca de quem realizará a avaliação contínua do Ano Europeu de 2010 assim que a selecção estiver concluída. Espera-se que as entidades nacionais de execução e respectivo pessoal tomem as medidas necessárias para fomentar a melhor cooperação possível com a equipa seleccionada para proceder à avaliação, prestando-lhe todas as informações solicitadas.

**Anexo 1 – Programas nacionais – estrutura proposta**

**Anexo 2 – Montante máximo de financiamento comunitário por país**

**Anexo 3 – Roteiro**



## **Anexo 1 – Programas nacionais – estrutura proposta**

### **1. CONTEXTO NACIONAL: OS DESAFIOS (1 página)**

- 1.1 Os desafios e a estratégia nacional de luta contra a pobreza
- 1.2 Estrutura administrativa

### **2. PROGRAMA NACIONAL incluindo ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO (5 páginas)**

#### **2.1 Actividades do Ano Europeu de 2010:**

Como serão realizados os objectivos do Ano Europeu de 2010 (reconhecimento dos direitos; responsabilidade partilhada e participação; coesão; empenho e acção concreta) à escala nacional, regional e local. Resultados esperados e impacto no programa nacional.

- 2.2 **Estratégia de comunicação, incluindo sessão pública de abertura, sítio Web e campanha nacional**
- 2.3 **Integração da perspectiva da igualdade entre homens e mulheres em cada capítulo e em cada actividade**
- 2.4 **Acessibilidade das acções**

### **3. CONSULTA DA SOCIEDADE CIVIL E DOS INTERVENIENTES (1 página)**

- 3.1 **Intervenientes consultados**
- 3.2 **Processo de consulta, resultados e acompanhamento**

### **4. MODALIDADES DE EXECUÇÃO (1 página)**

- 4.1 **Convite à apresentação de propostas, critérios e processo de selecção, etc.**
- 4.2 **Calendário indicativo**

### **5. ORÇAMENTO INDICATIVO (1 página)**

### **6. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (1 página)**

## Erradicação da pobreza

### Anexo 2 – Montante máximo de financiamento comunitário por país (\*)

*(repartição provisória baseada na participação dos actuais 27 Estados-Membros, ou seja, sem contar com a possível participação de outros países referidos no artigo 11.º da Decisão)*

Pais	Montante máximo: Co-financiamento da UE	Ponderação dos votos no Conselho	Percentagem corrigida para garantir uma contribuição mínima de 120 000 euros
	€	%	%
Áustria	255.155	2,90	2,84%
Bélgica	307.329	3,48	3,41%
Bulgária	255.155	2,90	2,84%
Chipre	120.000	1,16	1,33%
República Checa	307.329	3,48	3,41%
Dinamarca	176.894	2,03	1,97%
Estónia	120.000	1,16	1,33%
Finlândia	176.894	2,03	1,97%
França	750.807	8,41	8,34%
Alemanha	750.807	8,41	8,34%
Grécia	307.329	3,48	3,41%
Hungria	307.329	3,48	3,41%
Irlanda	176.894	2,03	1,97%
Itália	750.807	8,41	8,34%
Letónia	120.000	1,16	1,33%
Lituânia	176.894	2,03	1,97%
Luxemburgo	120.000	1,16	1,33%
Malta	120.000	0,87	1,33%
Polónia	698.634	7,83	7,76%
Portugal	307.329	3,48	3,41%
Roménia	359.503	4,06	3,99%
Eslováquia	176.894	2,03	1,97%
Eslovénia	120.000	1,16	1,33%
Espanha	698.634	7,83	7,76%
Suécia	255.155	2,90	2,84%
Países Baixos	333.416	3,77	3,70%
Reino Unido	750.807	8,41	8,34%
<b>Total</b>	<b>9.000.000</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

(\*) Os Estados-Membros contribuirão com um montante pelo menos equivalente ao da participação da UE




## Anexo 3 – Roteiro

### **Outubro de 2008:**


Consulta dos Estados-Membros e dos intervenientes sobre o Documento-Quadro Estratégico

### **Novembro/Dezembro de 2008**

#### Estados-Membros:




-  Designação das entidades nacionais de execução (com capacidade validada para gerir financiamentos comunitários)
-  Preparação da nomeação do representante de cada Estado-Membro no comité consultivo (de preferência o coordenador nacional do Ano Europeu)
-  Identificação dos intervenientes nacionais;

#### Comissão:

-  Preparação do mandato para a campanha de informação e comunicação da UE e a avaliação

### **Janeiro/Fevereiro de 2009**

#### Estados-Membros:

-  Designação das entidades nacionais de execução (com capacidade validada para gerir financiamentos comunitários), até 15 de Janeiro
-  Nomeação dos membros do comité consultivo (com capacidade para coordenar e gerir a campanha à escala nacional) até 15 de Janeiro
-  Identificação de prioridades e consulta dos intervenientes para a elaboração dos programas nacionais, a cargo das entidades nacionais de execução

#### Comissão:





-  Reconhecimento das entidades nacionais de execução (finais de Fevereiro)

### **Março/Abril de 2009**

#### Estados-Membros:

-  Preparação dos programas nacionais em parceria com os intervenientes



#### Comissão:

-  1ª reunião com os intervenientes da UE, seguida da primeira reunião do comité consultivo
-  Adjudicação do contrato para a campanha de comunicação à escala da UE e para a avaliação
-  Preparação da conferência sobre «Exclusão social e meios de comunicação»
-  Preparação da decisão relativa ao financiamento do Ano Europeu de 2010



# Erradicação da pobreza

## Maio/Junho de 2009

### Estados-Membros:

-  Envio dos programas nacionais à Comissão (15 de Maio)
-  Preparação dos convites à apresentação de propostas para as actividades do Ano Europeu

### Comissão:

-  Aprovação ou pedido de alterações aos programas nacionais (finais de Junho)
-  Apoio às entidades nacionais de execução



A preparação das campanhas nacionais e as relações com os meios de comunicação são da responsabilidade do contratante nacional seleccionado

## Julho/Setembro de 2009

### Estados-Membros:



-  Preparação da campanha nacional de comunicação

### Comissão:



-  Adopção da decisão relativa ao financiamento do Ano Europeu de 2010
-  Preparação da conferência de abertura (Presidência Espanhola, Janeiro de 2010)

## Outubro/Novembro de 2009

### Estados-Membros:


-  Selecção dos projectos para o Ano Europeu de 2010
-  Preparação da proposta da entidade nacional de execução relativa ao financiamento comunitário

### Comissão:

-  Conferência sobre «A exclusão social e os meios de comunicação»
-  Segunda reunião dos intervenientes comunitários e segunda reunião do comité consultivo



## Dezembro de 2009:

### Estados-Membros:

-  Apresentação das candidaturas nacionais à Comissão (até 10 de Dezembro de 2009)



# Erradicação da pobreza

## Comissão:






-  Início da avaliação da proposta da entidade nacional de execução relativa ao financiamento comunitário
-  Preparação final da conferência de abertura (Presidência Espanhola, Janeiro de 2010)

## **Janeiro/Fevereiro de 2010**

### Estados-Membros:


-  Participação da conferência de abertura em Espanha
-  Conferências de abertura em cada país

### Comissão:


-  Conferência de abertura (Presidência Espanhola)
-  Conclusão da avaliação da proposta da entidade nacional de execução relativa ao financiamento comunitário
-  Compromissos financeiros
-  Assinatura das convenções de delegação com as entidades nacionais de execução
-  Pagamento dos primeiros adiantamentos às entidades nacionais de execução

## **Março/Abril de 2010**



### Estados-Membros:

-  Início das actividades do Ano Europeu de 2010





### Comissão:

-  Terceira reunião dos intervenientes comunitários e segunda reunião do comité consultivo


## **Novembro/Dezembro de 2010**

-  Conferência de encerramento (Presidência Belga)
-  Quarta reunião dos intervenientes comunitários e do comité consultivo

## **2011:**

-  Avaliação do Ano Europeu de 2010 e relatório final de cada Estado-Membro
-  Pagamentos finais referentes ao Ano Europeu de 2010 (Março de 2011)
-  Os Estados-Membros e a Comissão continuam a aproveitar as oportunidades criadas pelo Ano Europeu de 2010 para transformar a inclusão social em acções concretas
-  5.ª reunião dos intervenientes comunitários e do comité consultivo

# *Erradicação da pobreza*

 Relatório final sobre o Ano Europeu



*Responder a um desafio mundial: reduzir a pobreza apoiando-se na parceria*





## **DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DO DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITTEE (DAC) POR OCASIÃO DA APROVAÇÃO DAS DIRECTRIZES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA**

Paris, 25 e 26 de Abril de 2001

Os países em desenvolvimento registaram progressos notáveis, ainda que desiguais, na melhoria do seu nível de vida nos últimos trinta anos, tendo a cooperação para o desenvolvimento desempenhado um papel de apoio importante. Mas a redução da pobreza, no quadro de um desenvolvimento sustentável, continua a ser o principal desafio. A pobreza extrema afecta as vidas de uma em cada quatro pessoas no mundo em desenvolvimento. A iliteracia, a fome e a doença são muito comuns e o VIH/SIDA tornou-se num verdadeiro flagelo em numerosos países em desenvolvimento. Cerca de metade destes pobres são crianças, expostas às privações, à pobreza e à violência – e a maioria dos adultos contados como pobres são mulheres. As desigualdades sociais e económicas nas nações constituem obstáculos à redução sustentável da pobreza. A globalização oferece perspectivas prometedoras para estimular o crescimento e reduzir a pobreza, mas deverá ser feito um esforço especial para assegurar que os países e as populações pobres partilhem de forma justa as oportunidades e as vantagens que daí decorrem

Estamos profundamente preocupados com a situação em que vivem as pessoas em extrema pobreza. Para além do imperativo moral partilhado quanto aos mais desfavorecidos, consideramos que a redução da pobreza e das desigualdades no mundo é essencial para o nosso interesse comum, dado o seu impacte potencial na segurança regional e mundial, na cooperação internacional, no desenvolvimento sustentável e na prosperidade. Os países em desenvolvimento devem assumir a liderança e formular estratégias nacionais eficazes para reduzir a pobreza. Estas estratégias devem integrar preocupações económicas, sociais, ambientais e ligadas à boa governação no quadro de um desenvolvimento integrado, ao nível nacional. Pela nossa parte comprometemo-nos, em parceria com a sociedade civil, o sector privado e as organizações multilaterais, a apoiar os parceiros em desenvolvimento a enfrentar este desafio. Comprometemo-nos, além disso, a não poupar esforços para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar os desafios da globalização e da era digital, e a fazer face ao VIH/SIDA e a todas as outras doenças mortais

Sublinhamos o nosso compromisso de reduzir a pobreza em todas as suas dimensões, e alcançar os sete Objectivos Internacionais do Desenvolvimento (OID). Olhamos para os OID num contexto mais abrangente de objectivos – incluindo a fome, a água potável e o VIH/SIDA – de acordo com a Declaração do Milénio das Nações Unidas, bem como tendo em conta o objectivo último de erradicação da pobreza. Os OID são os seguintes: até 2015, reduzir para metade a proporção de pessoas que vive em pobreza extrema; reduzir as taxas de mortalidade infantil, juvenil e materna; assegurar educação básica a todas as crianças; o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva e; até 2005, alcançar a paridade de género na educação, como forma de promover a equidade e capacitar as mulheres, e implantar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável para reverter a perda de recursos ambientais.

Reafirmamos a nossa determinação na promoção dos factores qualitativos do desenvolvimento – incluindo a boa governação, a protecção dos direitos humanos e o respeito pelo primado da lei – apoiando os esforços que os países em desenvolvimento

realizam na construção de sociedades estáveis, seguras, justas e participativas. Estamos determinados a eleger a redução sustentável da pobreza como eixo central da cooperação para o desenvolvimento, particularmente ao nível nacional. Encontramo-nos, igualmente, decididos a intensificar a coerência das nossas políticas que têm repercussões no desenvolvimento incluindo, por exemplo, a abertura dos mercados e uma mais célere implementação do alívio da dívida. Redobramos os esforços para aumentar a eficácia da ajuda e mobilizar recursos suplementares para a redução da pobreza. Neste contexto, a maioria dos Membros norteia-se pelo objectivo de 0,7% de APD/PNB.

Desenvolvemos as *Directrizes para a Redução da Pobreza*, fruto de consultas com os nossos parceiros internacionais: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Estas Directrizes representam a emergência de um consenso internacional e um compromisso e uma percepção partilhada sobre como trabalhar em conjunto de forma mais eficaz, para ajudarmos os nossos parceiros em desenvolvimento a reduzir a pobreza. Subscrevemos os seguintes princípios, pedras angulares destas *Directrizes*:

## **A pobreza é multidimensional**

A pobreza abrange diferentes dimensões da privação relacionadas com as capacidades humanas, incluindo o consumo e a segurança alimentar, a saúde, a educação, os direitos, o fazer ouvir a sua voz, o viver em segurança, a dignidade e o exercer um trabalho condigno. A pobreza deve, igualmente, ser combatida num contexto de sustentabilidade ambiental. A redução das desigualdades de género é um elemento chave para todas as dimensões da pobreza

## **A coerência das nossas políticas é fundamental**

A redução da pobreza exige uma maior coerência das políticas governamentais susceptíveis de afectar o desenvolvimento. O alívio da dívida, o comércio internacional, os investimentos, a agricultura, o ambiente, as migrações, a investigação na área da saúde, a segurança e as vendas de armamento contam-se entre os principais domínios nos quais uma acção dos poderes públicos pode ter um impacte notável na redução da pobreza.

## **Crescimento económico: ritmo, qualidade e equidade**

A redução da pobreza passa por um crescimento rápido e sustentável, favorável aos pobres. Isto implica boa governação, uma gestão macroeconómica prudente, mercados competitivos e um sector privado dinâmico, instituições eficientes e a utilização sustentável dos recursos naturais. Tornar o crescimento favorável aos pobres exige a participação equitativa de homens e mulheres, na produção e na utilização dos benefícios do crescimento. Requer, igualmente, reformas para reduzir as desigualdades face às capacidades humanas e acesso universal a activos e recursos produtivos tais como a terra, formação profissional e crédito.

## **Reduzir a pobreza exige vontade política de todos os parceiros**

A redução da pobreza radica num processo político. Requer esforços consagrados à capacitação dos pobres, fortalecendo a sua participação e fomentando a prestação de contas e as instituições democráticas. As parcerias estratégicas com os governos e a sociedade civil podem ser úteis no processo de transformação social e política. A acção conduzida a favor de um alargamento do diálogo à escala local e da participação dos detentores de interesse deve ser consistente com os esforços dos países parceiros em construir instituições democráticas.

## **As necessidades e os desempenhos serão factores determinantes na atribuição da ajuda**

Os recursos da cooperação para o desenvolvimento devem ser utilizados eficazmente na redução da pobreza. Será conferida prioridade aos países com baixos rendimentos. Também poderá ser fornecida ajuda orientada para países com uma grande proporção de população pobre. O nível de empenhamento político na luta contra a pobreza e a eficácia das políticas governamentais serão questões chave nesta matéria. Simultaneamente, é importante ajudar os pobres em países com graves problemas de governação, incluindo aqueles que estão expostos a conflitos.

## **Apoiar as estratégias de luta contra a pobreza dos países parceiros através de diferentes tipos de assistência**

A cooperação para o desenvolvimento apoiará os objectivos e as prioridades definidas nas estratégias nacionais de redução sustentável da pobreza, as quais devem partir da iniciativa dos próprios países parceiros, num quadro participativo, numa perspectiva de longo prazo e centradas nos resultados. Para assegurar a apropriação e a sustentabilidade, a comunidade do desenvolvimento deve mudar de actividades conduzidas pelos doadores para actividades lideradas pelo país, criando espaço para as parcerias através de projectos e programas integrados e da abordagem sectorial integrada. As prioridades chave para apoiar a implementação das estratégias dos parceiros incluem recursos para o desenvolvimento das capacidades, para a reforma institucional e para uma participação mais alargada dos parceiros locais.

## **Uma melhor gestão da ajuda para uma eficácia acrescida**

Uma ajuda eficaz requer uma melhor coordenação, graças à colaboração e realização de actividades conjuntas, bem como pela conjugação de competências e recursos comuns. Embora mantendo elevados padrões de transparência e prestação de contas, os Membros do DAC podem simplificar e harmonizar as suas exigências administrativas e financeiras, ajustando-se aos procedimentos locais quando estes são satisfatórios e ajudar os parceiros a melhorar as suas capacidades administrativas e o seu desempenho.

## **Avaliação dos desempenhos**

As parcerias, para serem sólidas, assentam no diálogo, na confiança mútua e na responsabilidade conjunta. Cada parceiro deve ser avaliado tendo em conta a concretização dos compromissos assumidos e o impacte alcançado na redução da pobreza. As agências de desenvolvimento devem fomentar objectivos precisos de desempenho em matéria de parceria tais como, por exemplo, promover a liderança local, flexibilizar as modalidades de transferência de recursos, sistemas mais previsíveis e de maior duração e velar para que a ajuda ao desenvolvimento para o sector público se reflecta integralmente nos orçamentos nacionais.

## **Reestruturar o alinhamento institucional das agências de ajuda ao desenvolvimento tendo em conta os objectivos da redução da pobreza, da parceria e da coerência das políticas**

Os objectivos institucionais chave para as agências de desenvolvimento são a integração da redução da pobreza como preocupação central, o desenvolvimento da capacidade de parceria e a promoção da coerência das políticas. Isto apela, muitas vezes, a mudanças e a abordagens inovadoras ao nível das estruturas organizacionais, das práticas, dos sistemas de incentivos e das culturas das agências.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### Atingir os objectivos de redução da pobreza à escala mundial: um apelo à acção

Após várias décadas, a comunidade de ajuda ao desenvolvimento trabalha em colaboração com as populações e os governos dos países em desenvolvimento para melhorar as suas condições de vida. Os progressos realizados têm sido notáveis, ainda que muitas vezes não sejam reconhecidos. Nos últimos trinta anos apenas, a esperança de vida aumentou em mais de vinte anos (passando para 62 anos), a taxa de mortalidade infantil caiu para metade e a taxa de escolarização na primária duplicou. Os principais países em desenvolvimento, do Leste da Ásia em particular, passaram rapidamente do estatuto de países de fracos rendimentos para países de rendimentos intermédios

Estes resultados são muito encorajadores. Eles demonstram que a pobreza *pode* ser vencida. Mas a batalha está longe de ser ganha. Uma pessoa em cada quatro (ou seja 1,2 biliões de indivíduos) vive ainda em pobreza extrema em termos de rendimento no mundo em desenvolvimento - a proporção é de uma pessoa em cada cinco no mundo - e os progressos face a este flagelo foram desiguais. Apesar dos rápidos progressos, a Ásia regista ainda o maior número de pobres do mundo. A África sub-sahariana, debateu-se com um crescimento lento e um aumento da pobreza ligados, em parte, aos conflitos e aos problemas de governação, e está hoje confrontada com o flagelo do VIH/SIDA.

Emergem novas ameaças. As desigualdades sociais e económicas no seio das nações representam um obstáculo à redução duradoura da pobreza. A marginalização das minorias, étnicas e outras, continua a desencadear a eclosão de conflitos violentos. E os pobres continuam excluídos da vida económica e política em muitos países, bem como da grande vaga da globalização. Quer os desafios, quer as questões associados à erradicação da pobreza são numerosos - e revestem-se de uma acuidade cada vez maior.

A evolução da dinâmica mundial acrescentou novas e inquietantes dimensões à noção de pobreza. A aceleração da integração económica entre as nações vai alimentar o crescimento futuro do rendimento e do emprego. Incentivará novos modelos de produção e de comercialização e criará oportunidades inigualáveis de comunicação, aprendizagem e partilha do saber. A globalização abre grandes perspectivas de capacitação das pessoas e de promoção de maior compreensão internacional, de articulação e de parcerias entre países. Mas, também ameaça aumentar o fosso entre ricos e pobres, deixando alguns países e regiões cada vez mais para trás. A globalização não mostrará os seus benefícios potenciais se beneficiar apenas alguns.

Simultaneamente, num mundo em rápida globalização, os malefícios sociais associados à pobreza - doença, migração clandestina, degradação do ambiente, crime, instabilidade política, conflitos armados e terrorismo - podem propagar-se facilmente além fronteiras e continentes. Acrescenta-se a isto a pressão do crescimento demográfico. Dos dois milhões de pessoas que, segundo as estimativas, virão juntar-se à população actual nos próximos vinte anos, 97% viverão no mundo em desenvolvimento. A erradicação da pobreza é, assim, mais do que um imperativo moral e humanitário. Ela também é essencial para a segurança e prosperidade no mundo, bem como para reduzir as pressões que pesam sobre o ambiente. Trata-se de um bem colectivo primordial que serve os interesses de todos.

A conjuntura actual é favorável para enfrentar a pobreza. Há, hoje em dia, uma

vontade real de reduzir em metade, até 2015, a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema, em termos de rendimentos, e sofrem de fome. Os países em desenvolvimento elaboram e estabelecem estratégias direccionadas para esta meta. E a comunidade internacional para o desenvolvimento está a desenvolver esforços conjuntos para encontrar uma resposta coordenada e centrada neste problema, concertando a vontade política e estabelecendo quadros e mecanismos necessários para organizar um ataque mais eficaz contra a pobreza.

É o momento oportuno para aproveitar as oportunidades: a crescente vontade política de tentar resolver a pobreza, o potencial para todos da globalização e dos avanços tecnológicos no domínio das telecomunicações, da informação e das ciências da vida. É fundamental estarmos à altura das nossas promessas, convicções e objectivos, dando-lhes continuidade através de empenhamento, recursos e esforços bem alicerçados no terreno. Cada um de nós tem qualquer coisa a ganhar em trabalhar mais eficazmente, com grande alcance, para reduzir a pobreza no mundo.

## **Implementar a estratégia do DAC para o Século XXI**

A estratégia do DAC, da OCDE, enunciada no *Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI* apresenta uma concepção da cooperação para o desenvolvimento assente no princípio da parceria construída sobre estratégias de desenvolvimento lideradas e apropriadas pelos governos e pelas sociedades civis dos países em desenvolvimento. Os princípios subjacentes a esta concepção - parceria, apropriação, liderança nacional, ampla participação, eficácia do desenvolvimento e obrigação de prestar contas – têm implicações de vasto alcance sobre a forma como operam as agências de desenvolvimento. Elas necessitam agora de trabalhar de uma forma mais estreita e coordenada com um leque mais amplo de parceiros de desenvolvimento. Devem conceder uma ajuda adaptada às necessidades e prioridades dos países parceiros, onde existem as condições para a parceria. Têm agora a obrigação de prestar contas aos parceiros e à sua própria opinião pública, relativamente às acções conduzidas e aos compromissos assumidos. Devem desempenhar, sobretudo, um papel de apoio e não tanto o de promotores do desenvolvimento.

A Estratégia para o Século XXI também compromete os Membros do DAC a apoiar a redução da pobreza nos países em desenvolvimento ajudando-os a atingir um conjunto preciso de objectivos em matéria de desenvolvimento económico e social e de sustentabilidade ambiental – os Objectivos Internacionais de Desenvolvimento (OID) – com base em acordos estabelecidos nas grandes cimeiras internacionais dos anos 90. Os Membros do DAC também acordaram em insistir nos factores qualitativos para a instauração de sociedades mais estáveis, seguras, participativas e justas, consideradas essenciais para atingir esses objectivos mensuráveis. Entre estes factores figuram a capacidade de assegurar uma gestão eficaz, democrática e responsável pelos assuntos públicos, a protecção dos direitos humanos e o respeito pelo primado da lei.

A Declaração do Milénio das Nações Unidas, adoptada pelos chefes de Estado e de Governo, em Setembro de 2000, enuncia um amplo conjunto de objectivos quantitativos e qualitativos de desenvolvimento destinados a medir os progressos realizados em direcção ao objectivo último de erradicação da pobreza. Estes objectivos mensuráveis retomam e actualizam os OID que tinham sido fixados na estratégia do CAD/OCDE para o Século XXI. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) são os seguintes:

## Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

### **Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome**

**Meta 1.** Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia

**Meta 2.** Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afectada pela fome

### **Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal**

**Meta 3.** Garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário

### **Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres**

**Meta 4.** Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015

### **Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil**

**Meta 5.** Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos

### **Objectivo 5: Melhorar a saúde materna**

**Meta 6.** Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

### **Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças**

**Meta 7.** Até 2015, ter detido e começado a inverter a propagação do VIH/SIDA

**Meta 8.** Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras grandes doenças e começado a inverter a tendência actual

### **Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental**

**Meta 9.** Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais

**Meta 10.** Reduzir para metade, até 2015, a proporção de população sem acesso duradouro ao abastecimento de água potável

**Meta 11.** Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

### **Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento**

**Meta 12.** Continuar a implementar um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório

Isto inclui um compromisso em relação à boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza – tanto ao nível nacional como internacional

**Meta 13.** Satisfazer as Necessidades Especiais dos Países Menos Avançados

Inclui: o acesso num regime isento de direitos e não sujeito a quotas de exportações dos países menos avançados; um programa reforçado para a redução da dívida dos países pobres fortemente endividados e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa para os países empenhados na redução da pobreza

**Meta 14.** Satisfazer as Necessidades Especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

(através da aplicação do Programa Barbados e das conclusões da 22ª sessão extraordinária da Assembleia Geral)

**Meta 15.** Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo

**Meta 16.** Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e pôr em execução estratégias que permitam aos jovens obter um trabalho condigno e produtivo

**Meta 17.** Em cooperação com as companhias farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento





**Meta 18.** Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicação

Sob o impulso da Estratégia para o Século XXI, os Membros do DAC empenham-se em trabalhar, com uma determinação ainda maior, para reduzir a pobreza, em solidariedade com os mais pobres e pela vontade de fazer respeitar os direitos humanos universais. Aplicar-se-ão em tornar a redução da pobreza o objectivo central da cooperação para o desenvolvimento e para integrar os aspectos económicos, sociais, ambientais e de governação numa abordagem global do desenvolvimento à escala de cada país.

Determinados em trabalhar de forma mais eficaz para reduzir a pobreza, os Membros do DAC elaboraram um conjunto de Directrizes para apoiar a concertação e melhorar os seus esforços individuais e colectivos. As Directrizes do DAC para a Redução da Pobreza englobam cinco grandes temas: as noções e abordagens relativas à pobreza, as questões da parceria, a programação por país, a coerência das políticas e as mudanças institucionais no seio das agências de desenvolvimento. Este resumo salienta as principais conclusões, compromissos e desafios das Directrizes

## Noções e abordagens comuns para compreender e combater a pobreza

Uma redução sustentada da pobreza necessita de estratégias eficazes assentes sobre noções e abordagens coerentes e precisas. Percepções diferentes sobre a pobreza conduzem a maneiras diferentes de a enfrentar. Partilhar uma mesma concepção, clara, da pobreza permite elaborar um programa de acção comum com os parceiros do desenvolvimento, associando as causas específicas da pobreza, em cada contexto, a medidas e acções apropriadas. As etapas que se seguem constituem os fundamentos para determinar as estratégias de redução da pobreza em cada país:

-  Identificar as principais causas da pobreza;
-  Elaborar e hierarquizar as políticas e medidas para as solucionar;
-  Definir os indicadores ou objectivos para acompanhar os progressos realizados;
-  Procurar um acordo amplo sobre as políticas e os programas de luta contra a pobreza.

**A pobreza é multidimensional.** A pobreza traduz a impossibilidade de aceder a condições de vida socialmente adequadas e abrange diversas formas de privação. As dimensões da pobreza incluem aspectos distintos das capacidades humanas: económicos (rendimento, meios de subsistência, trabalho condigno), humanos (saúde, educação), políticos (capacitação, direitos, possibilidades de fazer ouvir a sua voz), socioculturais (estatuto, dignidade) e de protecção (insegurança, risco, vulnerabilidade). A tomada em consideração da problemática do género é essencial para a redução da pobreza em todas as suas dimensões e a preservação dos recursos naturais é necessária para que a redução da pobreza seja duradoura.









**As causas da pobreza variam muito de um país para outro.** A história, a geografia e a governação influenciam os padrões do desenvolvimento. As guerras, os conflitos armados e o colapso do Estado provocam pobreza e agravam-na. A corrupção generalizada, a presença de elites preocupadas em preservar a sua situação em termos de rendimento, o desrespeito pelos direitos humanos, as burocracias ineficazes e a falta de vontade política de reformar as políticas e as instituições são, também, inimigas da redução da pobreza. A degradação do ambiente, a discriminação de género e a explosão demográfica são outras causas importantes da pobreza. O SIDA emerge agora como um aspecto crítico da pobreza, a necessitar de uma acção de grande envergadura.



## **Promover um crescimento favorável aos pobres e reduzir as desigualdades.**

Aumentar as taxas de crescimento económico é essencial mas não é suficiente. A qualidade do crescimento – a sua sustentabilidade, composição e equidade – é igualmente importante. Em muitos países, as desigualdades de rendimento e de acesso aos activos comprometem o ritmo e a qualidade do crescimento e, desta forma, os efeitos sobre a redução da pobreza. Quando as desigualdades causam conflitos e violência, as consequências são desastrosas nos planos humano e económico. Por isso, as agências de desenvolvimento devem fazer esforços para reforçar as ligações favoráveis a reformas que visem reduzir as desigualdades.

**Capacitar os pobres.** A ausência de poder, a injustiça e a exclusão perpetuam e acentuam a pobreza. Os pobres devem estar aptos a exercer os seus direitos enquanto seres humanos e a influenciar as instituições do Estado e os processos sociais que afectam as suas vidas. As abordagens da redução da pobreza fundadas nos direitos humanos reforçam as normas e as instituições que protegem os direitos humanos universais (incluindo os das crianças e dos trabalhadores) através de sistemas políticos, económicos, jurídicos e judiciais abertos. Os elementos chave da capacitação dos pobres incluem:

-  Reforçar a participação popular na formulação e implementação de políticas e na avaliação dos seus efeitos.
-  Promover a boa governação, responsável, democrática e transparente.
-  Promover os direitos humanos e os direitos dos grupos marginalizados.
-  Aumentar o espaço de interacção da sociedade civil e de liberdade de associação.
-  Apoiar a liberdade da imprensa.
-  Reforçar o primado da lei e a administração imparcial da justiça.
-  Promover condições de trabalho condignas.
-  Dar aos pobres mais voz e controlo sobre a natureza, qualidade e modalidades dos serviços que lhes são destinados.

**Serviços sociais básicos.** A realização dos objectivos sociais de base do desenvolvimento humano exige níveis adequados de saúde, educação, abastecimento de água, saneamento básico e protecção social. O desenvolvimento social, aspecto capital para a redução da pobreza, é em si mesmo um direito. Melhora directamente a vida de homens e mulheres pobres e contribui para o crescimento global e o desenvolvimento. A educação, em particular das raparigas, e os serviços de saúde reprodutiva, são factores cruciais para derrotar a pobreza e alguns dos seus principais aspectos – a doença, nomeadamente o SIDA, os riscos inerentes à maternidade e o acentuado crescimento demográfico. A doença e a iliteracia são obstáculos ao bem-estar e ao emprego produtivo. Saber ler e escrever facilita a comunicação, condição *sine qua non* para a participação na vida social e política. As despesas públicas nos serviços sociais revestem-se de uma grande importância, desde que bem utilizadas. Devem ser acompanhadas de estímulos e de métodos de financiamento favoráveis aos pobres, nomeadamente a segurança social, para garantir o acesso, disponibilidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a manutenção do seu preço a um nível acessível. Para que a situação dos pobres melhore, os governos parceiros necessitam de recursos para investir em infra-estruturas e fornecer serviços básicos. Para certos serviços, em particular o abastecimento de água e o saneamento básico, o pagamento de taxas pelos utilizadores ou a participação do sector privado num quadro jurídico de equidade social podem melhorar o acesso e a eficácia da gestão.


## **Abordagens fundadas na perenidade dos meios de existência responder às necessidades das populações pobres tendo em conta as suas capacidades.**


Estas abordagens começam por colocar questões aos pobres, homens e mulheres, sobre as suas necessidades e as suas opiniões, utilizando essas informações para identificar as reformas políticas necessárias no contexto do desenvolvimento sustentável. As fontes de rendimento dos pobres são muito variadas, desde a utilização dos recursos naturais ao artesanato, comércio e serviços. As abordagens destinadas a assegurar a perenidade dos meios de subsistência implicam o desenvolvimento institucional para apoiar a capacidade dos pobres de sair da pobreza, por exemplo, através de melhorias sustentadas da produtividade agrícola e da segurança alimentar.


**Segurança humana: reduzir a vulnerabilidade e gerir os choques.** Para os pobres, a insegurança é uma dimensão importante da pobreza. Para promover a segurança humana, é necessário tomar medidas que protejam as populações das perturbações que afectam as nações e as famílias. É igualmente necessário ter em conta os inúmeros riscos que afectam os pobres: insuficiência de comida, doença, desemprego, crime, problemas geriátricos, violência doméstica, conflitos armados, catástrofes naturais e outros riscos ambientais.


## **Edificar parcerias eficazes ao serviço da redução da pobreza**


A nova ênfase na parceria enquanto instrumento de redução da pobreza impõe repensar integralmente as práticas de cooperação para o desenvolvimento. Seis grandes princípios devem reger a acção das agências:


 A abordagem da parceria, que facilita e reforça a apropriação local, deve ser a base de qualquer esforço de ajuda ao desenvolvimento.

 A apropriação nacional das estratégias de redução da pobreza, incluindo as políticas e prioridades localmente decididas, deve ser consistentemente promovida e encorajada em permanência em todas as interacções com os parceiros.

 O apoio prestado às estratégias nacionais de redução da pobreza deve assentar num balanço realista das vantagens, inconvenientes e compromissos da abordagem escolhida.

 A participação activa de diferentes parceiros e o reforço da capacitação dos pobres são elementos essenciais.

 Uma melhor coordenação e um compromisso de longo prazo podem fortalecer as parcerias e melhorar os resultados obtidos.





 Os esforços de desenvolvimento devem ser objecto de acompanhamento e de avaliação com os governos parceiros e com as próprias populações pobres, a fim de apreciar os desempenhos da parceria e assegurar e manter os efeitos benéficos aos pobres.

## **As parcerias sólidas e produtivas assentam na confiança, na transparência e num empenho mútuo sobre os objectivos e os resultados a atingir.**






As parcerias são mais eficazes quando assentam em relações recíprocas, caracterizadas por uma definição clara dos papéis e das responsabilidades de cada um, e quando há um diálogo aberto. Para fortalecer a confiança e o compromisso mútuo, os parceiros devem avaliar conjuntamente o desempenho das respectivas responsabilidades e obrigações.

# Erradicação da pobreza

A avaliação dos desempenhos dos países parceiros poderá incluir:

-  A amplitude e o ritmo dos esforços realizados pelo governo para orientar as estratégias num sentido favorável aos pobres, tendo em conta as disparidades de género.
-  A qualidade do diálogo sobre as políticas.
-  A extensão e a qualidade dos processos locais de consulta preparatória para a elaboração da estratégia nacional de redução da pobreza.
-  O impacte das políticas e dos programas.

Da mesma forma, o desempenho das agências de desenvolvimento poderá ser avaliado para saber se:


-  As actividades de planeamento e implementação apoiam as estratégias lideradas pelo país parceiro e são coordenadas com as dos outros parceiros.
-  As actividades da agência respeitam e promovem a apropriação local.
-  Os recursos são fornecidos de forma mais flexível e previsível.
-  A ajuda, incluindo sob a forma de projectos, está a ser integrada no quadro das despesas do governo parceiro.
-  O apoio tem tido impacte na redução da pobreza.


**Mobilizar todos os parceiros potenciais para o desenvolvimento a fim de assegurar a apropriação, a sustentabilidade e a eficácia das acções.** A sociedade civil, o sector privado, o Parlamento, o poder local, os sindicatos, os pobres, as agências externas - todos devem participar na definição e implementação de estratégias de redução da pobreza. Esta diversidade de actores exige uma melhor comunicação, reforçada por uma estreita cooperação e um bom conhecimento dos pontos fortes e das vantagens comparativas de cada um deles. As agências de desenvolvimento podem desempenhar um papel importante no reforço da capacidade da sociedade civil em colaborar com os poderes públicos e na melhoria dos mecanismos de consulta. É necessário dar às organizações não governamentais, câmaras de comércio e sector empresarial, a possibilidade de lançarem iniciativas eficazes e inovadoras para a redução da pobreza.


**A parceria implica um diálogo que não se limita às instâncias governamentais.** Importa alargar o diálogo que acompanha o desenvolvimento das estratégias de luta contra a pobreza a parceiros mais diversificados. Serão necessários esforços suplementares para assegurar que, nestas consultas, haja, desde o início, *uma verdadeira participação que influencie as decisões sobre as políticas e os resultados*. Isto significa promover estruturas democráticas à escala local e identificar os actores que na sociedade civil podem legitimamente falar em nome dos pobres e dar-lhes conta da evolução da situação. Também significa ter cuidado para não debilitar a legitimidade dos governos parceiros – respeitando o que os parceiros estão a fazer para construir e consolidar as suas próprias instituições democráticas e constitucionais.


**Afectar os recursos de forma a assegurar uma redução efectiva da pobreza.** Tendo em conta o carácter limitado dos meios colocados à disposição da ajuda ao desenvolvimento e a importância da redução da pobreza, é essencial que estes recursos sejam utilizados da forma mais eficaz possível. Os critérios que regem a sua distribuição por país devem ter em conta, simultaneamente, o número e a percentagem de pessoas pobres e uma apreciação da eficácia da ajuda em cada país

parceiro. Maximizar o impacto da cooperação para o desenvolvimento em termos de redução da pobreza implica:

-  Concentrar a ajuda nos países mais pobres, embora alguns fundos possam também ser fornecidos a outros países em desenvolvimento onde a pobreza é generalizada.

-  Dar maior ênfase aos países grandes e médios, onde se encontra a grande maioria da população pobre, mesmo se a ajuda por habitante continuar significativamente mais elevada nos países mais pequenos.


-  Ter em conta os factores de eficácia da ajuda emanados da experiência do CAD, os quais demonstram a importância quer da vontade política de combater a pobreza, quer de um ambiente institucional e político que contribua para a eficácia das políticas e das instituições.


-  Assegurar que a estratégia de redução da pobreza do país parceiro é legítima, apropriada e bem adaptada.


**Ajudar os parceiros que enfrentam graves dificuldades.** A ajuda é muitas vezes destinada a objectivos de desenvolvimento tais como a prevenção de conflitos, os direitos humanos e a democracia participativa, a igualdade de género e o desenvolvimento duradouro. Há também, frequentemente, uma necessidade premente de ajudar países a adaptarem-se a choques externos como, por exemplo, um afluxo de refugiados de um conflito num país vizinho, catástrofes naturais ou uma deterioração brutal dos termos de troca – os quais afectam o desempenho do desenvolvimento económico e social.

**Colaborar estreitamente com outros parceiros externos em caso de situações problemáticas.** Os países cujas políticas de desenvolvimento e instituições são inadequadas necessitam de apoio para criar condições que permitam melhorar os seus desempenhos. Trabalhar como parceiro com estes países de forma a promover a apropriação local – e, também, velar pela eficácia da ajuda e do seu impacto sobre a pobreza – pode ser problemático. O que se passa quando um governo parceiro não cumpre, ou só o faz parcialmente, com as suas intenções ou compromissos? A imposição de condições políticas – frequentemente acopladas a apoio financeiro e técnico – por vezes ajudou os governos (geralmente recentes) desejosos de proceder a reformas a progredirem nesse sentido. No entanto, a condicionalidade imposta do exterior não tem sido geralmente eficaz, sustentável ou conducente à apropriação pelo país parceiro, e é pouco provável que funcione em países onde não existem bases para as parcerias. As boas práticas sugerem as seguintes abordagens:

-  Uma parte modesta da ajuda deve ser reservada para estes países.

-  Os parceiros externos devem adoptar uma atitude comum face ao país parceiro e coordenar a sua cooperação para o desenvolvimento bem como outras acções e políticas.

-  A ajuda deve ser usada para apoiar as instituições, nacionais ou locais, e a sociedade civil, colocando a tónica na eliminação dos obstáculos ao seu bom funcionamento como, por exemplo, promovendo o diálogo sobre as medidas a tomar, apoiando as ligações locais para reformar e reforçar as capacidades locais de pesquisa e de diálogo social.

-  A cooperação para o desenvolvimento também pode apoiar as colectividades locais e as organizações não-governamentais no combate à pobreza em grupos alvo para reduzir a vulnerabilidade e satisfazer as suas necessidades essenciais.

**A redução da pobreza inscreve-se num processo político.** Nos países parceiros, as reformas das estruturas e políticas favoráveis aos pobres suscitam, frequentemente, dificuldades de ordem política. Certos grupos agarram-se ao poder, aos privilégios e aos rendimentos. Outros são mais receptivos a uma reforma e a políticas a favor dos pobres. As agências de desenvolvimento estão compreensivelmente relutantes em envolverem-se em questões internas sensíveis, mas não podem ignorar estas tensões. Ao apoiarem os esforços do governo para despoletar o diálogo com a sociedade sobre as opções e escolhas em matéria de desenvolvimento, as agências compreenderão mais sobre as dinâmicas sociais e políticas locais e constituirão alianças estratégicas e parcerias com os grupos e instituições que estão abertos às reformas. Encorajar democracias pluralistas e participativas que dêem voz aos pobres pode, também, ser útil neste sentido.

**A coordenação da ajuda é uma responsabilidade conjunta de todos os parceiros, embora deva ser iniciada e liderada pelos governos parceiros.** As agências externas devem empreender esforços mais disciplinados e sustentados no trabalho conjunto, para assegurar abordagens coerentes e uma focalização nas necessidades fundamentais e nas possibilidades de colaboração. Precisam de partilhar mais as informações por forma a assegurar uma verdadeira coordenação e capacitar outros parceiros, locais e externos, a usar os seus quadros de acção com o máximo de vantagens. O desafio para a comunidade do desenvolvimento consiste em encontrar formas de colaboração que não enfraqueçam a apropriação nacional nem criem encargos adicionais aos países parceiros.

**Uma colaboração mais estreita com as instituições multilaterais e regionais é essencial.** Uma colaboração mais eficaz com as agências apela, na prática, a uma acção em quatro domínios: Primeiro, estabelecer contactos iniciais e contínuos com as pessoas relevantes no seio das organizações multilaterais; segundo, acordar os papéis, responsabilidades e obrigações dos diferentes parceiros externos nos processos de definição e implementação das estratégias nacionais de redução da pobreza; terceiro, realizar reuniões periódicas de coordenação informais, funcionais e centradas nos resultados; quarto, quando possível, racionalizar e simplificar as modalidades de financiamento e de pagamento.

## **Quadros e instrumentos para a programação nacional**

Para traduzir os seus objectivos de redução da pobreza em programas mais eficazes, as agências devem utilizar quadros estratégicos nacionais, numa mistura judiciosa de instrumentos de ajuda e de boas práticas comprovadas.

**Os programas das agências devem, antes de mais, basear-se nos quadros de desenvolvimento dos parceiros.** Sob as diversas formas que tomaram na sequência da adaptação ao país, os quadros de planeamento promovidos pela comunidade internacional (tais como os DERP, os ENDS, os QDI e os QNUAD/ANC) são estratégicos para a integração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nas políticas nacionais e na acção. Contudo, estes quadros relacionam-se frequentemente entre si devendo ser racionalizados para reduzir a carga que pesa sobre os países parceiros dado terem de se sujeitar a múltiplos instrumentos de planeamento. No ideal, estes quadros deveriam fundir-se numa estratégia nacional única e completa de redução da pobreza que integrasse prioridades económicas, sociais e ambientais.

**As estratégias nacionais de redução da pobreza emergentes devem constituir o ponto de partida para a ajuda externa.** Estas estratégias devem ser conduzidas pelo país, participativas, integradas e orientadas pelos resultados. As

agências devem aceitar diferentes formatos e padrões e adaptarem-se. Devem estar conscientes dos constrangimentos de capacidades que afectam os países, adaptarem-se e dar tempo para uma apropriação local progressiva. Devem fixar metas realistas, tendo em conta a capacidade local de execução das estratégias e reconhecendo que a redução sustentada da pobreza é um empreendimento de longa duração, e que não pode ser alcançada de um dia para o outro.

**As agências precisam de se centrar mais na pobreza e no impacte dos programas por país.** A par da tendência de desenvolvimento de estratégias de redução da pobreza nos países parceiros, os programas das agências devem centrar-se principalmente nos objectivos de redução da pobreza. As agências podem desempenhar um papel essencial na promoção de processos de formulação de políticas locais esclarecidas, compartilhando com os parceiros locais informações, análises, estudos de diagnóstico, inquéritos junto dos utilizadores, informação estatística e outros conhecimentos. Os programas devem reflectir os melhores conhecimentos sobre a pobreza no país. Devem também ter em consideração as actividades das outras agências de ajuda no país, a fim de reflectir a sua própria vantagem comparativa.

**A programação por país deve consistir numa combinação de instrumentos de ajuda tirando partido das sinergias.** A ajuda pode, nomeadamente, passar por um apoio financeiro aos programas nacionais, regionais e sectoriais e a projectos. Estes instrumentos são frequentemente associados a um diálogo sobre as políticas e apoiados por cooperação técnica, a qual é, geralmente, integrada no respectivo projecto ou programa. Cada instrumento tem as suas vantagens e os seus inconvenientes, consoante o país parceiro. Mas, para assegurar a apropriação e a sustentabilidade, a comunidade do desenvolvimento deve orientar-se para moldes de cooperação centrados no apoio aos programas definidos pelos parceiros, em detrimento das actividades que emanam das agências de ajuda. É, para tal, necessário colocar a tónica na ajuda-programa e na ajuda sectorial, mas também muito pode ser feito através dos projectos, desde que todos os elementos sejam coordenados no apoio da liderança do parceiro. A escolha dos instrumentos e o equilíbrio entre acções indirectas e acções orientadas deve decorrer de uma análise das necessidades do país, realizada no âmbito de um diálogo com o governo e com os outros detentores de interesse.

**A ajuda-programa abre uma via de diálogo permanente sobre as políticas centradas nos pobres.** A ajuda-programa permite reduzir ao mínimo os custos de transacção associados ao desembolso de recursos financeiros. Dando ao país parceiro a responsabilidade plena das decisões financeiras e da gestão, este apoio responde aos princípios de parceria e da apropriação local. Quando o contexto político, económico e institucional é propício, a ajuda-programa concedida e inserida numa estratégia racional de redução da pobreza terá provavelmente o maior impacte. Dado o carácter fungível dos recursos, as agências de desenvolvimento devem velar para que a sua ajuda-programa apoie um programa de reformas sólido, consensual e monitorizado. A redução da dívida, que proporciona *de facto* um tipo de ajuda-programa, assenta em princípios similares.

**A ajuda sectorial pode contribuir para reforçar a atenção para a pobreza e as desigualdades.** Os programas sectoriais, incluindo a abordagem sectorial integrada, podem melhorar a apropriação local, reforçar a parceria e criar um ambiente institucional propício à redução da pobreza. Para explorar as vantagens das abordagens sectoriais integradas na redução da pobreza, as agências devem responder a múltiplos desafios: aceitar as estratégias sectoriais definidas localmente, e promover

um diálogo mais centrado na equidade no desenvolvimento social, particularmente nos sectores cruciais da saúde e da educação; - fazer dos direitos dos pobres e das questões do género as preocupações de primeira instância em sectores específicos; - dar prioridade ao desenvolvimento das capacidades locais para formular políticas e implementar programas; - envolver a sociedade civil e fomentar as parcerias com o sector privado, e; - racionalizar os métodos contabilísticos e os procedimentos administrativos. O alargamento deste tipo de apoio também depende da capacidade do país parceiro de adoptar as normas de contabilidade e de gestão financeira relativas à utilização dos fundos externos.

**Os projectos conduzidos pelos parceiros podem ter um impacte duradouro nos meios de subsistência e no bem-estar dos beneficiários.** Os projectos centrados na pobreza terão o maior impacte se se inscreverem num quadro de desenvolvimento mais vasto como, por exemplo, na estratégia nacional de redução da pobreza ou num programa sectorial. Têm mais possibilidades de contribuir duradouramente para a redução da pobreza quando favorecem a apropriação e a participação, se baseiam em conhecimentos locais e são centrados no crescimento das capacidades. Os projectos devem ser compatíveis com o contexto institucional e cultural envolvente, e ser aceites pela Administração central e local e pela sociedade civil. As agências devem evitar os pequenos projectos que afectam apenas um número reduzido de pessoas e que fazem pesar uma carga excessiva sobre as magras capacidades do país parceiro. Devem, também, abandonar os métodos do topo para a base na micro-gestão, tanto na concepção como na implementação, que resultam em falta de sustentabilidade quando o financiamento externo termina.

**O reforço das capacidades dos parceiros para reduzir a pobreza deve ser um objectivo prioritário da cooperação técnica.** A cooperação técnica no desenvolvimento das capacidades, quer autónoma, quer integrada noutros projectos ou em abordagens sectoriais integradas, tem um papel importante e duradouro a desempenhar. Para aumentar o seu impacte, as agências de desenvolvimento devem aplicar boas práticas comprovadas. Primeiro, estabelecer a autonomia e o princípio da intervenção mínima como um objectivo estratégico em vez de recorrer à cooperação técnica para assegurar a realização de certas tarefas ou preencher lacunas nas competências locais. Segundo, planear a cooperação técnica no âmbito das estratégias nacionais de redução da pobreza e dos programas sectoriais, em detrimento de basear-se em propostas isoladas emanadas dos doadores. Terceiro, definir os objectivos em termos de resultados a alcançar e não de recursos a fornecer. Quarto, promover as competências dos peritos locais e facilitar, quando necessária, a transferência de experiência e conhecimentos por peritos internacionais. Quinto, tal como no caso dos projectos e de grande parte da ajuda sectorial, reforçar as instituições e capacidades existentes, tanto públicas como privadas, incluindo as universidades, em vez de promover estruturas paralelas. E, sexto, assegurar que os custos recorrentes são sustentáveis e serão tidos em conta nos orçamentos nacionais ou locais. Estas boas práticas aplicam-se igualmente à cooperação financeira.

Por último, outros instrumentos de crescente importância para as agências, como a redução da dívida, a ajuda humanitária e o apoio à cooperação regional, podem desempenhar um papel capital na redução da pobreza.

### **A coerência das políticas é importante**

**A redução da pobreza exige coerência** – não apenas em matéria de cooperação para o desenvolvimento mas também entre as políticas dos países Membros da OCDE, para evitar que os esforços de redução da pobreza realizados pelas agências de desenvolvimento não sejam comprometidos pelas políticas e intervenções de outros

sectores dos seus governos. A coerência das políticas para a redução da pobreza à escala mundial deve ser erigida por cada Membro como o fio director da acção no plano nacional. De facto, as políticas governamentais seguidas noutros domínios podem ser mais importantes para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento do que a cooperação para o desenvolvimento. Considerem-se os direitos aduaneiros e os subsídios que são aplicados aos produtos agrícolas e manufacturados nos países industrializados: as estimativas sugerem que eles provocam perdas anuais para os países em desenvolvimento equivalentes ao fluxo anual da ajuda pública ao desenvolvimento. Se incluirmos as barreiras não tarifárias e a regulamentação dos serviços ligados ao comércio e os direitos de propriedade intelectual, o número correspondente é três vezes mais elevado.

**A coerência das políticas constitui um desafio político de grande amplitude.** Os governos prosseguem objectivos muito diversos que reflectem os interesses e o eleitorado interno. Mas, mesmo assim, a redução da pobreza pode receber maior importância relativamente a outros objectivos nacionais e tornar-se uma prioridade máxima para um leque cada vez maior de responsáveis políticos. Porquê? Porque a pobreza é uma fonte de disfuncionamentos e de desordens no mundo – com efeitos multiplicadores para a instabilidade política, a degradação ambiental, a migração clandestina, a propagação de epidemias e outros problemas internacionais.

**Passos chave para reforçar a coerência das políticas.** As mais altas autoridades políticas precisam de divulgar a todas as instâncias governamentais o seu compromisso de reduzir a pobreza à escala mundial e tomar medidas para melhorar a coordenação das políticas, para reforçar a coerência. Quase todos os Membros do DAC expressaram publicamente a sua determinação em reduzir a pobreza. O desafio consiste em partilhar esta determinação com todos os níveis da Administração e em utilizá-la como ponto de referência para a formulação e aplicação das políticas. As áreas políticas mais importantes são o comércio e o investimento internacionais, a agricultura e a segurança alimentar, os recursos naturais e o ambiente, as questões sociais, a governação e a segurança humana.

**Tornar coerentes as políticas seguidas pelos governos é um processo complexo.** Mas, há formas de alcançar grandes progressos nesta via. Pode-se, por exemplo, estabelecer um mecanismo político, como um grupo de trabalho inter-agências, para intercâmbio e consultas dentro e entre ministérios; desenvolver um projecto de redução da pobreza à escala do conjunto do governo; vetar sistematicamente a legislação tendo em conta a sua coerência com a redução da pobreza e estabelecer grupos interministeriais de reflexão sobre questões emergentes, como a prevenção dos conflitos.

**As agências de desenvolvimento têm um papel importante** -como defensoras dos objectivos do desenvolvimento e para assegurar que existem mecanismos para alcançar, na prática, a coerência das políticas. Estes mecanismos para a coerência das políticas podem, naturalmente, aplicar-se quer aos objectivos de desenvolvimento quer aos outros objectivos nacionais. As reuniões oficiais são um instrumento precioso para a melhoria da coerência, mas é igualmente essencial adquirir uma cultura de contactos informais.


## Alterar a nossa maneira de pensar e agir


As agências devem reflectir sobre a maneira como vão abordar as mudanças institucionais que se vão impor se a relação clássica *doador/beneficiário* for redefinida numa relação assente sobre o princípio da parceria, liderada pelas prioridades das autoridades do país em desenvolvimento e facilitada por uma partilha de conhecimentos e pelo diálogo sobre as políticas. A evolução que se desenha levará, em





muitos casos, a mudanças nos modos de organização, nas práticas, nos sistemas de estímulo e na cultura interna das agências de ajuda. Uma mudança de sucesso responderá às seguintes questões:

## **O que é necessário fazer para integrar de forma sistemática a redução da pobreza em todas as actividades das agências de desenvolvimento?**


 Fazer nascer uma verdadeira determinação da hierarquia, tanto ao nível político como da definição da acção, de forma a mobilizar e canalizar *o interesse e a participação* dos técnicos, das outras instâncias públicas e da sociedade civil para se centrarem determinada e firmemente no apoio aos esforços de redução da pobreza dos países parceiros. É, também, necessário que *as agências tenham uma visão clara, um quadro de políticas e estratégias* para ajudar os parceiros a reduzir a pobreza, incluindo a programação por país, as abordagens sectoriais e as actividades realizadas no âmbito de projectos. O objectivo de redução da pobreza deve impregnar todo o processo de planeamento relevante da agência e ser um critério nos processos de selecção e aprovação dos programas e projectos.

 Tendo em conta o carácter multidimensional do processo a seguir, reconhecer a necessidade de *rever os modos de organização a fim de facilitar a coordenação, as sinergias em termos de competências* e as trocas de saber nas agências de ajuda. As boas práticas nesta matéria conjugam duas abordagens: uma visando tornar todos os técnicos responsáveis pela promoção da redução da pobreza, o outro consistindo em designar “pontos focais” ou “chefes de fila” para impulsionar a acção e a mudança e aprendizagem institucionais. Estes “pontos focais” terão necessidade de recursos e de autoridade para agir eficazmente.


 As agências necessitarão de uma vasta gama de competências (incluindo a capacidade para integrar as preocupações transversais do género, da governação, do ambiente e das abordagens participativas). Será necessário dotar as delegações locais de especialistas sobre a pobreza (nomeadamente de especialistas em macroeconomia e de peritos técnicos). Poder-se-á recorrer a pessoas já presentes no terreno ou em centros regionais, às quais os técnicos da sede da agência de ajuda darão o seu apoio. Serão necessários programas de formação para trabalhar as questões e técnicas de redução da pobreza no sentido de desenvolver no pessoal a capacidade de responder com clarividência e sensatez.


 Incentivar o trabalho em equipa, suprimindo a compartimentação entre as especialidades, de forma a melhor fazer face ao carácter multidimensional da pobreza e ultrapassar a fase das abordagens estritamente sectoriais ou as estratégias conduzidas pelos doadores. Isto terá implicações na forma como as agências organizam e gerem os seus recursos humanos.


## **Como é que as agências podem trabalhar mais eficazmente no terreno, com os diversos parceiros, sob a liderança das autoridades locais?**

 Reduzir os constrangimentos criados pela multiplicidade das exigências administrativas e financeiras e melhorar a coordenação das políticas e actividades da agência é muito importante. Os esforços deverão incidir sobretudo na racionalização, simplificação e harmonização das práticas, procedimentos e obrigações em matéria administrativa, no respeito das exigências de prestação de contas de cada agência. Apoiar o desenvolvimento das capacidades locais em matéria de prestação de contas e transparência na


utilização da ajuda (gestão financeira, contabilidade e acompanhamento) permitirá reforçar a confiança das agências e facilitará a evolução para a articulação dos sistemas e procedimentos das agências e dos países em desenvolvimento parceiros. Este reforço das capacidades não deve dar lugar a actividades independentes de cada agência, mas resultar de uma ajuda coordenada.


 As agências também têm necessidade de fortalecer as suas capacidades institucionais para apoiar os governos parceiros a elaborarem as suas próprias estratégias de redução da pobreza e para colaborar mais eficazmente com os outros parceiros e detentores de interesse. Isto poderá implicar uma mudança de atitudes e comportamentos por parte das agências quanto ao papel da sociedade civil nos processos de formulação das políticas. Os Membros devem ser realistas quanto ao tempo necessário para suscitar um amplo apoio às estratégias para reduzir a pobreza e para mobilizar os recursos requeridos nos países parceiros, especialmente onde as capacidades são fracas.

 Descentralizar os recursos humanos e a tomada de decisões para o terreno pode ajudar de várias formas. Pode melhorar a compreensão sobre as condições da pobreza e articular as respostas às mudanças nas circunstâncias locais. Pode, também, fortalecer o trabalho de equipa interdisciplinar, promover o diálogo e a parceria através de uma interacção contínua e articulada com outros parceiros locais.


 Descentralizar as decisões implica ponderar os benefícios e os factores a jusante, como o aumento dos custos e a dispersão excessiva das competências técnicas. Além disso, maior descentralização não é necessariamente uma solução adequada e/ou possível para agências de ajuda para o desenvolvimento pequenas, dados os custos adicionais associados e os esforços extra necessários para assegurar a qualidade da programação e prestação de contas local. Isto vem ao encontro da necessidade de uma crescente colaboração e partilha de experiências e informação entre todas as agências, e de uma maior confiança na experiência local.

## **Como é que as agências podem fortalecer as capacidades e motivações do seu pessoal para trabalhar em parceria?**

 *A gestão deveria colocar a tónica no desenvolvimento de competências que favoreçam a parceria* (na concertação e negociação, experiência de coordenação) e criando novas oportunidades para o intercâmbio de pessoal, o aperfeiçoamento e o trabalho em equipa.

 O recrutamento de pessoal e a estrutura de incentivos (para o pessoal permanente, temporário e diplomático) deve incluir um forte enfoque nas competências e desempenhos na redução da pobreza e no crescimento favorável aos pobres, nas capacidades de trabalho em equipa e nos esforços para iniciar e manter a coordenação com os outros funcionários e parceiros.

## **Como fazer para que os modos de organização e os procedimentos das agências de ajuda favoreçam uma maior coerência das políticas à escala do conjunto da Administração dos países Membros?**

 Os esforços para aumentar a coerência das políticas apelam à criação ou melhoria de mecanismos para *resolver as contradições ou mitigar os efeitos conflituantes das políticas governamentais*. Também apelam a um compromisso de tempo e recursos para identificar e analisar as questões e para interagir em diferentes fóruns nacionais e globais. Mais precisamente, é fundamental, se

# Erradicação da pobreza

queremos melhorar a coerência global dos esforços de cooperação para o desenvolvimento, aproximar e tornar mais coerentes as posições das agências de ajuda e das outras instâncias governamentais relativamente às relações com as instituições multilaterais.

## Atingir os objectivos que fixámos

A cooperação para o desenvolvimento focalizada e uma maior coerência das políticas podem fazer muito para reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento. Mesmo que o efeito seja modesto, sem a iniciativa, esforços e recursos de outros parceiros, incluindo os governos, a sociedade civil, o sector privado – e particularmente os próprios pobres. Alcançar os objectivos requererá uma aliança de todos os esforços. Estas *Directrizes* fornecem informação e experiência, e partilham orientações para ajudar as agências bilaterais a trabalharem com os países parceiros, com outras agências ou com instituições multilaterais numa colaboração cada vez mais fundada na coordenação e na colegialidade das decisões. Todos os parceiros do desenvolvimento devem esforçar-se para em conjunto assegurar que o progresso neste novo Século é verdadeiramente conduzido pelos parceiros e benéfico para todos.

Tradução livre de  
*The DAC Guidelines – Poverty Reduction*  
2001, OCDE

# *A Pobreza na Internet*





**A** listagem dos sites, que se segue, resulta de uma pesquisa em que se privilegiou os conteúdos informativos directa ou indirectamente ligados às questões da erradicação da pobreza. Não é, como nunca poderia ser, um trabalho acabado. À data da elaboração do presente Boletim Bibliográfico todas as hiperligações estavam a funcionar.



**Banco Alimentar contra a Fome**

<http://www.bancoalimentar.pt>

**Câmara Municipal de Loulé**

<http://cm-loule.pt>

**Campanha do Milénio das Nações Unidas**

<http://www.objectivo2015.org>

**Caritas Portuguesa**

<http://www.caritas.pt>

**Centro Informático Aprendizagens Recursos para Inclusão Social – CIARIS**

<http://www.ciaris.org>

**Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção**

<http://www.cnrsi.pt>

**Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS**

<http://www.cnis.pt>

# *Erradicação da pobreza*

**Cruz Vermelha Portuguesa**

<http://www.cruzvermelha.pt>

**Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social – FENACERCI**

<http://www.fenacerci.pt>

**Fórum Europa-Portugal Erradicação da Pobreza, uma Visão de Futuro**

[http://www.uevora.pt/sobre\\_a\\_ue/destaques/forum\\_europa\\_portugal\\_erradicao\\_da\\_pobreza\\_uma\\_visao\\_de\\_futuro](http://www.uevora.pt/sobre_a_ue/destaques/forum_europa_portugal_erradicao_da_pobreza_uma_visao_de_futuro)

**Forum Não Governamental para a Inclusão Social**

<http://foruminclusao.no.sapo.pt>

**Governo dos Açores**

<http://www.azores.gov.ptPortal/pt/entidades/srtss-iss-ias/textoTabela/Programas+para+o+Desenvolvimento+Social+e+Local.htm>

**Levanta-te e Actua**

<http://www.levanta-te.org>

**OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento**

<http://www.oikos.pt>

**Plano Nacional de Acção para a Inclusão**

<http://www.pnai.pt>

**Pobreza zero**

<http://www.pobrezazero.org>

**Presidência Portuguesa da União Europeia**

<http://www.eu2007.ptUE/vPT>

**Programa Desenvolvimento Comunitário Urbano**

<http://www.kcidade.com>

**Rede Europeia Anti-Pobreza / Pobreza**

<http://reapn-imprensa.blogspot.com>

<http://www.reapn.org>

<http://observatorio-lisboa.reapn.org>

<http://www.reapn.orgnucleos.php?ID=22>

**Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

<http://www.scml.pt>

**Solidariedade (Jornal da CNIS)**

<http://www.solidariedade.pt>



**European Year for combating poverty and social exclusion**

<http://2010againstpoverty.europa.eu>

# A

**Action Aid**

<http://www.actionaid.org>

**Action Alliance for Children**

<http://www.4children.org>

**Action without Borders Inc.**

<http://www.idealists.org>

**African Parliamentary Poverty Reduction Network (APRN)**

[http://reseau-parp.org/main\\_en.htm](http://reseau-parp.org/main_en.htm)

**Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID)**

<http://www.aecid.es/web/es/aecid>

**AHRTAG**

<http://www.healthlink.org.uk>

**Alan Guttmacher Institute**

<http://www.agi-usa.org>

**Alliance for Children and Families**

<http://www.alliance1.org>

**American Academy of Pediatrics**

<http://www.aap.org/research.html>



American Economic Association  
Resources for Economists (RFE)  
<http://rfe.org>

American Public Human Services Association (ex APWA)  
<http://www.aphsa.org>

America's Second Harvest  
<http://www.secondharvest.com>

Amherst H. Wilder Foundation  
<http://www.wilder.orgindex.html>

Annie E. Casey Foundation  
Kidscount  
<http://www.aecf.orgkidscount>

Asian Development Bank - Poverty Reduction  
<http://www.adb.orgpoverty/poverty-reduction.asp>

Association for Public Policy Analysis and Management (APPAM)  
<http://www.appam.org>

ATD Fourth World Movement  
<http://www.atd-quartmonde.org>

Australian National University  
Coombsweb - Social Sciences Server  
<http://coombs.anu.edu.au>

Azerbaijão: When Geograhpy Separates the Poor from the Rich  
[http://www.azer.comaiweb/categories/magazine/62\\_folder/62\\_articles/62\\_geographynoble.html](http://www.azer.comaiweb/categories/magazine/62_folder/62_articles/62_geographynoble.html)

## **B**

Banque ouest africaine de développement - Lutte contre la pauvreté  
[http://www.boad.orgcontent/activites/lutte\\_pauvrete.htm](http://www.boad.orgcontent/activites/lutte_pauvrete.htm)

Bard College  
Jerome Levy Economics Institute  
<http://www.levy.org>

Barnardo's  
<http://www.barnardos.com>

**Beneath the Surface: A Country of Two Nations**

[http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/bsurface\\_09.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/bsurface_09.shtml)

**Big Issue, The**

<http://www.bigissue.com>

**Brandeis University**

**Center on Hunger and Poverty**

<http://www.centeronhunger.org>

**Brookings Institution**

<http://www.brookings.edu>

**Center on Children and Families**

<http://www.brookings.edu/ccf>

**Brooks World Poverty Institute -University of Manchester**

<http://povertyblog.wordpress.com>

**Brotherhood of St. Laurence**

<http://www.bsl.org.au>

**Brown University**

**A. Alfred Taubman Center for Public Policy and American Institutions**

[http://www.brown.edu/Departments/Taubman\\_Center/](http://www.brown.edu/Departments/Taubman_Center/)

**Population Studies and Training Center**

<http://www.pstc.brown.edu>

**Bruton Center, U.Texas/Brookings Institution**

**Windows on Urban Poverty**

<http://www.urbanpoverty.net>

## **C**

**California Department of Social Services - Information Service**

<http://www.dss.cahwnet.gov/research/default.htm>

**Canada, Government of**

**Statistics Canada (English) and Statistique Canada (French)**

<http://www.statcan.ca/start.html>

**Canadian Council on Social Development**

<http://www.ccsd.ca>

**Canadian International Development Agency (CIDA)**

<http://w3.acdi-cida.gc.ca/index.htm>

CARE International

<http://www.care-international.org>

CARE International UK

<http://www.careinternational.org.uk>

Carnegie Corporation of New York

<http://www.carnegie.org>

Case Western Reserve University

Center on Urban Poverty and Community Development

<http://povertycenter.cwru.edu>

Catholic Institute for International Relations - CIIR

<http://www.ciir.org>

Cato Institute

<http://www.cato.org>

Center for Family Policy and Practice (CFFPP)

<http://www.cffpp.org>

Center for Governmental Studies

<http://www.cgs.org>

Center for Immigration Studies

<http://www.cis.org>

Center for Law and Social Policy

<http://www.clasp.org>

Center for the Child Care Workforce

<http://www.ccw.org>

Center on Budget and Policy Priorities

<http://www.cbpp.org>

Centers for Disease Control and Prevention

Atlas of United States Mortality

[http://www.cdc.gov/nchs www/products/pubs/pubd/other/atlas/atlas.htm](http://www.cdc.gov/nchs/www/products/pubs/pubd/other/atlas/atlas.htm)

National Center for Health Statistics

<http://www.cdc.gov/nchswww>

News Releases

<http://www.cdc.gov/od/oc/media>

Centre d'étude sur la pauvreté et l'exclusion (CEPE)  
Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale  
[http://www.cepe.gouv.qc.ca/index\\_en.asp](http://www.cepe.gouv.qc.ca/index_en.asp)

Centre for Research on Migration, Globalisation and Poverty  
<http://www.migrationdrc.org>

Century Foundation (formerly Twentieth Century Fund)  
<http://www.tcf.org>

Child Poverty Action Group (CPAG)  
<http://www.cpag.org.uk>

Child Trends  
<http://www.childtrends.org>

Child Welfare Information Gateway  
<http://www.childwelfare.gov>

Child Welfare Research Institute  
<http://www.childwelfare.com>

Childhood Poverty Research and Policy Centre (CHIP)  
<http://www.childhoodpoverty.org/index.php>

Children Now  
<http://www.childrennow.org>

Children's Defense Fund  
<http://www.childrensdefense.org>

Children's Society  
<http://www.childrenssociety.org.uk>

Childwatch International Research Network  
<http://www.childwatch.uio.no>

Chronic Poverty Research Centre  
<http://www.chronicpoverty.org>

Church Action on Poverty  
<http://www.church-poverty.org.uk>

CIESIN (Consortium for International Earth Science Information)  
<http://www.ciesin.org/datasets/us-demog/us-demog-home.html>

Columbia University

Institute for Child and Family Policy

<http://www.childpolicy.org>

Institute for Urban and Minority Education

<http://iume.tc.columbia.edu>

Columbia University Teachers College

Center for Children & Families

<http://ccf.tc.columbia.edu>

Combat Poverty Agency - Irlanda

<http://www.cpa.ie>

Comité consultatif de lutte contre la pauvreté et l'exclusion sociale (CCLP)

[http://www.cclp.gouv.qc.ca/index\\_en.asp](http://www.cclp.gouv.qc.ca/index_en.asp)

Comparative Research Programme on Poverty

<http://www.crop.org>

Conselho Europeu da União Europeia

<http://www.consilium.europa.eu>

Consortium for Policy Research in Education

<http://www.cpre.org>

Consultative Group to Assist the Poorest

<http://www.cgap.org>

Corporation for Enterprise Development

<http://www.cfed.org>

Council for Excellence in Government

Coalition for Evidence-Based Policy

<http://coexgov.securesites.net/index.php?keyword=a432fbc34d71c7>

Covering Kids & Families

<http://www.coveringkidsandfamilies.org>

## D

Development Assistance Committee (DAC)

DAC Network on Poverty Reduction (POVNET)

[http://www.oecd.org/department/0,3355,en\\_2649\\_34621\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.htm](http://www.oecd.org/department/0,3355,en_2649_34621_1_1_1_1_1,00.htm)

!

Development Gateway - Poverty

<http://topics.developmentgateway.org/poverty>

Development Initiatives

[http://www.devinit.org/chronic\\_poverty.php](http://www.devinit.org/chronic_poverty.php)

Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty

<http://www.migrationdrc.org>

Digital Atlas of the United States: US Poverty

[http://130.166.124.2/US\\_Pov.html](http://130.166.124.2/US_Pov.html)

## E

Early Childhood Care and Development

<http://www.ecdgroup.com>

Economic and Social Research Council

<http://www.esrc.ac.uk/ESRCInfoCentre/index.aspx>

Institute for Fiscal Studies

<http://www.ifs.org.uk>

Economic and Social Research Council (ESRC) Research Programme  
Non-Governmental Public Action

<http://www.lse.ac.uk/collections/NGPA>

Economic and Social Research Institute - Irlanda

<http://www.esri.ie>

Economic Commission for Latin America and the Caribbean

<http://www.eclac.org/mdg/go01/default.asp?idioma=IN>

Economic Policy Institute

<http://www.epinet.org>

EPI DataZone

<http://www.epinet.org/datazone>

Education Development Center, Inc.

National Institute for Urban School Improvement

<http://www2.edc.org/urban>

Eldis - The Gateway to Development Information

<http://www.eldis.org/poverty>

Emory University  
Carter Center  
<http://www.CarterCenter.org>

Enterprise Foundation  
<http://www.enterprisefoundation.org>

Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza – STEP  
<http://www.ilo.org/public/portugue/protection/secsoc/step>

European Anti-Poverty Network  
<http://www.eapn.org>  
<http://www.eapn.eu>

European Employment Observatory  
<http://www.eu-employment-observatory.net>

European Employment Strategy  
[http://ec.europa.eu/employment\\_social/employment\\_strategy/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/employment_social/employment_strategy/index_en.htm)

European Low-Wage Employment Research Network (LoWER)  
<http://www.uva-aias.net/lower.asp?lang=ne>

Eurodad – rede de organizações não governamentais em 16 países europeus  
<http://www.eurodad.org>

European System of Social Indicators  
<http://www.gesis.org/en/institute>

European Social Inclusion Strategy  
[http://ec.europa.eu/employment\\_social/social\\_inclusion/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/index_en.htm)

European Union Agency for Fundamental Rights - FRA  
<http://fra.europa.eu/fra/index.php>

## **F**

Families and Work Institute  
<http://www.familiesandwork.org>

Fannie Mae Foundation  
<http://www.fanniemaefoundation.org>

FedStats  
<http://www.fedstats.gov>

## Finance Project

Economic Success Clearinghouse (ex Welfare Information Network)

<http://www.financeproject.orgirc/win.asp>

## Food Research and Action Center

<http://www.frac.org>

## Fonds monétaire international – Documentos de estratégia para a redução da pauvreté

<https://www.imf.orgexternal/np/exr/facts/fre/prspf.htm>

## Forum on Child and Family Statistics

Childstats

<http://www.childstats.gov>

## Fundación Luis Vives

<http://www.fundacionluisvives.org>

# G

## Glasgow Caledonian University

Scottish Poverty Information Unit

<http://www.povertyinformation.org>

## Global Call to Action against Poverty (GCAP)

<http://www.whiteband.org>

## Global Co-operative Campaign against Poverty

<http://www.outofpoverty.coop>

## Global Issues

<http://www.globalissues.orgissue/2/causes-of-poverty>

<http://www.globalissues.orgarticle/26/poverty-facts-and-stats>

## Global Movement to end Poverty

<http://www.standagainstopoverty.org>

## Global Poverty Mapping Project

<http://sedac.ciesin.columbia.edu/povmap>

## Global Poverty Research Group - GPRG

<http://www.gprg.org>



Governance and Social Development Resource Center (GSDRC)

<http://www.gsdr.org>

Grameen Bank - Bangladesh

<http://www.citechco.net/grameen>

## H

HandsNet

<http://www.handsnet.org>

Harvard University

Harvard Family Research Project

<http://www.gse.harvard.edu/~hfrp>

HelpAge International

<http://www.helpage.org>

Hidden Lives Revealed

<http://www.hiddenlives.org.uk>

Homeless International

<http://www.homeless-international.org>

Homes for the Homeless/Institute for Children & Poverty

<http://www.homesforthehomeless.com>

Hudson Institute

<http://www.hudson.org>

Hunger and World Poverty

<http://www.poverty.com>

## I

Illinois Department of Human Services

Division of Transitional Services

<http://www.dhs.state.il.us/ts>

Illinois, State of

Department of Children and Family Services

<http://www.state.il.us/dcfs/index.shtml>

Indiana University Institute for Family and Social Responsibility  
NCSEA Research Clearing House  
<http://www.spea.indiana.edu/ncsea>

Indiana, State of  
Department of Workforce Development  
<http://www.state.in.us/dwd>

Iniciativa América Latina y Caribe sin Hambre  
<http://americasinhambre.blogspot.com2009/08/lucha-contra-la-pobreza-se-detendra-dos.html>

Institute for Children and Poverty  
<http://www.homesforthehomeless.com>

Institute for Independent Living  
DisOrgNet  
<http://www.independentliving.orgdonet/index.html>

Institute for Policy Research (Joint Centre for Poverty Research)  
<http://www.northwestern.edu/ipr>

Institute for Public Policy Research  
<http://www.ippr.org.uk>

Institute for Quantitative Social Science at Harvard University  
Henry A. Murray Research Archive  
<http://www.murray.harvard.edu>

Institute for Research on Poverty (IRP)  
<http://www.irp.wisc.edu>

Institute for the Study of Homelessness and Poverty  
<http://www.weingart.orginstitute/about/index.html>

Institute for Wisconsin's Future  
<http://www.wisconsinsfuture.org>

Institute for Women's Policy Research  
<http://www.iwpr.org>

Institute of Psychiatry, London  
Social, Genetic, and Developmental Psychiatry Research  
<http://www.iop.kcl.ac.uk/IoP/Departments/SGDPsy/index.stm>

Institute on Race and Poverty  
University of Minnesota  
<http://www.irpumn.org>

**Instituto Observatório Social - Brasil**

<http://www.observatoriosocial.org.br/portal>

**InterAction**

<http://www.interaction.org>

**Inter-Agency Working Group**

IAWG-FIVIMS Secretariat (FAO, Roma)

<http://www.fivims.org>

**Inter-American Development Bank - Social Development and Poverty**

<http://www.iadb.org/topics/topic.cfm?id=PORE&lang=en>

**International Fund for Agricultural Development (IFAD) - Rural Poverty**

<http://www.ifad.org/rural/index.htm>

**International Labour Organization**

[http://www.ilo.org/wow/Articles/lang--en/WCMS\\_081385/index.htm](http://www.ilo.org/wow/Articles/lang--en/WCMS_081385/index.htm)

**International Monetary Fund Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF)**

<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/prgf.htm>

**International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG)**

Antigo International Poverty Centre

<http://www.undp-povertycentre.org>

**International Poverty and Health Network**

<http://www.iphn.org>

**International Sociological Association**

<http://www.isa-sociology.org>

**Internet Resources in Aging**

<http://www.seniornet.org>

**Iowa, State of**

Department of Human Services

<http://www.dhs.state.ia.us>

## **J**

**Joblessness and Urban Poverty Research Program**

<http://www.hks.harvard.edu/urbanpoverty>

Jobs for the Future

<http://www.jff.org>

Johns Hopkins University

Welfare, Children & Families: A Three-City Study

<http://web.jhu.edu/threecitystudy>

Joint Center for Poverty Research (JCPR)

<http://www.jcpr.org>

Journal of Poverty; Monthly Magazine

<http://www.units.muohio.edu/journalofpoverty>

## K

Kaiser Family Foundation (Henry J. Kaiser Family Foundation)

<http://www.kff.org>

Kennedy School of Government, Harvard University

Joblessness and Urban Poverty Research Program

<http://www.ksg.harvard.edu/urbanpoverty>

Kentucky State Data Center

<http://ksdc.louisville.edu>

## L

LOCIN - Local Initiatives to Combat Social Exclusion (Austria, Belgium, Finland, Germany, Italia, United Kingdom)

<http://www.locin.info>

Louisiana State Census Data Center

<http://www.louisiana.gov/wps/wcm/connect/Louisiana.gov/About+Louisiana/Demograph+ics%3A+Census+Info>

Low Pay Commission

<http://www.lowpay.gov.uk>

Luxembourg Income Study

<http://www.lisproject.org>

# M

Manpower Demonstration Research Corporation (MDRC)

<http://www.mdrc.org>

Make Poverty History (Canadá)

<http://www.makepovertyhistory.ca>

Marquette University

Wisconsin Geriatric Education Center

<http://www.mu.edu/wgec>

Mathematica Policy Research

<http://www.mathematica-mpr.com>

Mesa de Concertación para la Lucha contra la Pobreza (MCLCP)

<http://www.mesadeconcertacion.org.pe>

Measuring Poverty in South Africa

<http://www.statssa.gov.za/publications/statsdownload.asp?ppn=PovertyReport&SCH=2349>

Michigan, State of

Family Independence Agency

<http://www.michigan.gov/fia>

Millennium Development Goals

<http://ddp-ext.worldbank.orgext/GMIS/home.do?siteId=2>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasil

<http://www.mds.gov.br>

Ministério das Relações Exteriores, Brasil

<http://www.mre.gov.br>

Minnesota Legislative Reference Library

Welfare Links

<http://www.leg.state.mn.us/lrl/links/welfare.htm>

Minnesota, State of

Minnesota Family Investment Program

[http://www.dhs.state.mn.us/main/groups/economic\\_support/documents/pub/dhs\\_id\\_004112.hcsp](http://www.dhs.state.mn.us/main/groups/economic_support/documents/pub/dhs_id_004112.hcsp)

Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social - Cabo Verde  
<http://www.mtfs.gov.cv>

Monitoring Poverty and Social Exclusion - Reino Unido  
<http://www.poverty.org.uk>

Moving Ideas: The Electronic Policy Network  
<http://www.movingideas.org>

## **N**

National Academy for State Health Policy  
<http://www.nashp.org>

National Academy of Sciences  
National Research Council  
<http://www.nas.edu>  
New Findings on Children, Families, and Economic Self-Sufficiency  
<http://www.nap.edu/readingroom/books/findings/index.html>

National Academy of Social Insurance  
<http://www.nasi.org>

National Alliance to End Homelessness  
<http://www.endhomelessness.org>

National Anti-Poverty Organization  
<http://www.cwp-csp.ca>

National Association of Counties  
<http://www.naco.org>

National Bureau of Economic Research (NBER)  
<http://www.nber.org>

National Campaign to Prevent Teen Pregnancy  
<http://www.teenpregnancy.org>

National Center for Children in Poverty (NCCP)  
<http://www.nccp.org>  
Research Forum on Children, Families and the New Federalism  
<http://www.researchforum.org>

National Center for Law and Economic Justice

<http://www.nclej.org>

National Coalition for the Homeless

<http://www.nationalhomeless.org>

National Conference of State Legislatures

Forum for State Health Policy Leadership

<http://www.ncsl.orgprograms/health/forum/index.htm>

Welfare Reform Connection

<http://www.ncsl.orgstatefed/welfare/welfare.htm>

National Council for Voluntary Organisations (NCVO)

<http://www.ncvo-vol.org.uk>

National Economic Association

<http://www.neaecon.org>

National Education Data Partnership

SchoolMatters

<http://www.schoolmatters.com>

National Governors Association

<http://www.nga.org>

National Housing Conference

<http://www.nhc.org>

National Law Center on Homelessness and Poverty

<http://www.nlchp.org>

NetAid

<http://www.netaid.org>

<http://www.unesco.orgwebworld/netaid/>

<http://www.unv.orgen/news-resources/news/doc/netaid-and-un-volunteers.html>

Network Against Extreme Poverty – RECEPAC

<http://www.oneworld.orgrecepac>

Network for European Social Policy Analysis – ESPAnet

<http://www.socsci.aau.dk/espanet>

New Internationalist

<http://www.newint.org>

North Central Regional Educational Laboratory

<http://www.ncrel.org>

**Northwestern University**

**Illinois Families Study**

[http://www.northwestern.edu/ipr/research/IF\\_S.html](http://www.northwestern.edu/ipr/research/IF_S.html)

**Institute for Policy Research**

<http://www.northwestern.edu/ipr>

**Poverty, Race and Inequality Program**

<http://www.northwestern.edu/ipr/research/respoverty1.html>

**Notre Europe – Études & Recherches – France**

<http://www.notre-europe.eu>

## O

**OASI - Osservazione, Analisi, Sostegno all'Inclusione – Itália**

[http://www.oasi-eu.org/progetto\\_oasi.aspx?lan=eng](http://www.oasi-eu.org/progetto_oasi.aspx?lan=eng)

**Observatoire de la Santé et du Social – Bélgica**

<http://www.observatbru.be/fr/default.asp>

**Observatoire National de la Pauvreté et de l'Exclusion Sociale – França**

[http://www.social.gouv.fr/rubrique.php3?id\\_rubrique=5](http://www.social.gouv.fr/rubrique.php3?id_rubrique=5)

**Observatoire Social Européen**

<http://www.ose.be>

**Observatório da Redução da Pobreza – São Tomé e Príncipe**

<http://www.orp.st>

**Observatorio de la Pobreza – Catalunha**

<http://obrasocial.caixacatalunya.es/osocial/redirect.html?link=http://obras>

**Observatório Pobreza – Moçambique**

<http://www.sarpn.org.za/documents/d0000372/index.php>

**Observatorio Social – Argentina**

<http://www.observatoriosocial.com.ar>

**Ohio Department of Job and Family Services**

<http://www.state.oh.us/odjfs/index.stm>

**One World Action**

<http://www.gn.apc.orgowa>

**Oregon State University: Wealth and Poverty**

<http://oregonstate.edu/instruction/anth484>



Osservatorio Permanente delle Povertá e delle Risorce – Itália

<http://www.centrostudivolontariato.it/ChiSiamo/OsservatoriodellaPovert%C3%A0>

Osservatorio Sociale Regionale – Itália

<http://www.osr.regione.abruzzo.it/do/index?docid=1089>

Osservatorio sulle Politiche Sociali – Itália

<http://www.provincia.mantova.it/sociale/osservatorio/areapoverta.htm>

Oxfam GB

<http://www.oxfam.org.uk>

Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)

<http://www.ophi.org.uk>

Oxford University

Social Disadvantage Research Centre

<http://users.ox.ac.uk/~sdrc/pages/index>

## **P**

Panos London

<http://www.panos.org.uk>

Pennsylvania State University

Pennsylvania State Data Center

<http://pasdc.hbg.psu.edu>

Population Research Institute

<http://www.pop.psu.edu>

Poverty in America

<http://www.povertyinamerica.psu.edu>

People & Planet

<http://www.oneworld.orgtwf>

People's Decade of Human Rights Education

<http://www.pdhre.orgrights/poverty.html>

Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act, 1996

<http://www.access.gpo.gov/congress/wm015.txt>

# *Erradicação da pobreza*

Platform of European Social NGOs

<http://www.socialplatform.org>

Pobreza cero

<http://www.pobrezacero.org>

Population Action International

<http://www.populationaction.org>

Population Reference Bureau

<http://www.prb.org>

Portail de la lutte contre la pauvreté et l'exclusion en Belgique

<http://www.pauvrete.be>

Poverty Alliance

<http://www.povertyalliance.org>

Poverty and Economic Policy (PEP) Research Network

<http://www.pep-net.org>

Poverty Environment

<http://www.povertyenvironment.net>

Poverty-Environment Initiative

<http://www.unpei.org>

Poverty Environment Partnership (PEP)

<http://www.povertyenvironment.net/pep>

Poverty and Social Exclusion in Northern Ireland

<http://www.qub.ac.uk/schools/SchoolofSociologySocialPolicySocialWork/webpages/pse.htm>

Poverty and Social Policy – Institute of Development Studies, Sussex

<http://www.ids.ac.uk/ids/pvty>

Poverty, Inequality, and Development  
Cornell University

<http://www.arts.cornell.edu/poverty>

Poverty Mapping

<http://www.povertymap.net>

Poverty mapping in Indonesia, Thailand and China

<http://siteresources.worldbank.org/ASEM/Resources/TF2-Proposals/Regional/Poverty-Mapping-in-Indonesia-Thailand-and-China.pdf>

Poverty Reduction, Equity and Growth Network (PEGNet)

<http://www.pegnet.ifw-kiel.de>

Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP)

<http://www.imf.org/external/np/prsp/prsp.asp>

Princeton University

Center for Research on Child Wellbeing

<http://crcw.princeton.edu>

Future of Children, The

<http://www.futureofchildren.org>

Office of Population Research

<http://opr.princeton.edu>

Woodrow Wilson School of Public and International Affairs

<http://www.wws.princeton.edu>

Programa de Lucha contra la pobreza en Lima Metropolitana – PROPOLI

<http://www.propoli.org>

Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres

<http://www.juntos.gob.pe>

Public Agenda

<http://www.publicagenda.org>

Public Health Institute

<http://www.phi.org>

Public Policy Institute of California

<http://www.ppic.org>

## R

Raising the National Minimum Wage

<http://www.raiseminwage.org>

RAND

<http://www.rand.org>

Real Change

<http://www.realchangenews.org>

Red de Lucha contra la Pobreza y la Exclusión Social de Navarra

<http://www.redpobreza.org>

Rede Humanitária Angolana

<http://www.angonet.orgindex.php?topic=Poverty>

RePEc

<http://repec.org>

Research Resources for the Social Sciences

<http://www.socsciresearch.com>

Research Unit on Poverty, Social Exclusion and the City - Antwerpen

[http://www.ua.ac.be/main.aspx?c=\\*OASES&n=365](http://www.ua.ac.be/main.aspx?c=*OASES&n=365)

Réseau Européen Transregional pour l'Inclusion Social – RETIS

<http://retis.ox2.be/site/index.cfm?BID=31&SID=1&LG=2&HOME=1>

Réseau IMPACT - Apoio às políticas públicas para a redução da pobreza e das desigualdades

<http://www.reseau-impact.org>

Robert Wood Johnson Foundation

<http://www.rwjf.org>

Rockefeller Foundation

<http://www.rockfound.org>

Rural Policy Research Institute

<http://www.rupri.org>

Rural Poverty Research Center

<http://www.rprconline.org>

Rural Sociological Society

<http://www.ruralsociology.org>

Russell Sage Foundation

<http://www.russellsage.org>

Rutgers University

Center for Urban Policy Research

<http://www.policy.rutgers.edu/cupr/>

## S

Scottish Poverty Information Unit, Glasgow Caledonian University

<http://spiu.gcal.ac.uk>

Sénat

<http://www.senat.fr/commission/missions/Pauvrete/index.html>

Service de lutte contre la pauvreté, la précarité et l'exclusion sociale

<http://www.luttepauvrete.be>

Small States Net

<http://www.smallstates.net>

Social Class and Poverty Links

<http://www.abacon.comsociology/soclinks/sclass.html>

Social Policy Research Centre – Austrália

<http://www.sprc.unsw.edu.au>

Social Science Information Gateway

<http://www.intute.ac.uk/socialsciences>

Social Science Research Council

<http://www.ssrc.org>

Social Watch – Uruguai

<http://www.socwatch.org.uy>

Social Watch – Internacional

<http://www.socialwatch.orgen/portada.htm>

SocioBarometer – Finlândia

[http://www.stkl.fi/sbm2001\\_eng\\_www/index.html](http://www.stkl.fi/sbm2001_eng_www/index.html)

South African Regional Poverty Network (SARPN)

<http://www.sarpn.org.za>

Stanford University

Hoover Institution

<http://www.hoover.org>

Structural Adjustment Participatory Review International Network (SAPRIN)

<http://www.saprin.org>

Substance Abuse and Mental Health Services Administration

National Resource and Training Center on Homelessness and Mental Illness

<http://www.nrchmi.samhsa.gov>

Südwind

<http://www.oneworld.at/suedwind.magazin>

Swansea Poverty Action Network

<http://www.swanpov.net>

Swedish International Development Cooperation Agency

<http://www.sida.se/English>

Syracuse University

Center for Policy Research

<http://www-cpr.maxwell.syr.edu>

## T

Temple University

Institute for Public Affairs

<http://www.temple.edu/ipa>

Texas A&M University

Center for Housing and Urban Development

<http://chud.tamu.edu>

Third World First

<http://www.oneworld.orgtwf>

Townsend Centre for International Poverty Research

<http://www.bris.ac.uk/poverty>

Tufts University

Child and Family WebGuide

<http://www.cfw.tufts.edu>

## U

UNESCO and International Social Science Council

Comparative Research Programme on Poverty (CROP)

<http://www.crop.org>

Poverty: the human rights approach

<http://www.unesco.orgshs/antipoverty>

MOST Clearinghouse – Poverty Eradication

[http://portal.unesco.orgshs/en/ev.php-URL\\_ID=3725&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.orgshs/en/ev.php-URL_ID=3725&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Eradication of Poverty – Cross-Cutting Projects

Bureau of Strategic Planning

<http://www.unesco.org/bsp/eng/xcuttingpvt.htm>

## United Nations

Cyberschoolbus poverty curriculum

<http://www0.un.org/cyberschoolbus/poverty2000/index.asp>

Division on Social Policy and Development: Poverty Eradication

<http://www.un.org/esa/socdev/poverty/poverty.htm>

Earthwatch and poverty

<http://earthwatch.unep.net/poverty/index.php>

First Decade for the Eradication of Poverty (1997-2006)

<http://www.un.org/esa/socdev/social/poverty/1stdecade.html>

International Day for the Eradication of Poverty

<http://www.un.org/Depts/dhl/poverty/index.html>

International Forum on the Eradication of Poverty, 15-16 November 2006

<http://www.un.org/esa/socdev/poverty/PovertyForum>

<http://www.un.org/esa/socdev/poverty/PovertyForum/Documents/programme.pdf>

International Poverty Centre

<http://www.undp-povertycentre.org>

Millennium Campaign - Voices Against Poverty

<http://www.endpoverty2015.org>

Millennium Development Goals

<http://www.un.org/millenniumgoals>

Millennium Project

<http://www.unmillenniumproject.org>

Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States

<http://www.un.org/special-rep/ohrlls/lldc/default.htm>

Poverty Reduction

<http://www.undp.org/poverty>

PNUD - Programme pour le développement

<http://www.undp.org/french/focusareas/poverty.shtml>

Second Decade for the Eradication of Poverty (2008-2017)

<http://www.un.org/esa/socdev/social/poverty/2nddecade>

## Comissões Regionais

Economic Commission for Africa

African Learning Group on Poverty Reduction Strategy Papers

Goal 1- Eradicating extreme poverty and hunger (MDGs in Africa)

<http://www.uneca.org/prsp>

Economic Commission for Latin America and the Caribbean

Eradicate Extreme Poverty and Hunger - Millennium Development Goals

<http://www.undp.org/mdg/goal1.shtml>

Economic and Social Commission for Western Asia

Modern Technologies for Employment Creation and Poverty Reduction

<http://www.escwa.org.lb/mtecpr/docs/about.asp?id=1>

## *Erradicação da pobreza*

Economic and Social Commission for Asia and the Pacific  
ESCAP Poverty Reduction

<http://www.unescap.org/oes/poverty.asp>

International Fund for Agricultural Development  
Rural Poverty Knowledgebase

<http://www.ifad.org/poverty>

FAO/IFAD/WFP Hunger and Poverty

<http://www.ifad.org/pub/jp/e/2001.htm>

International Monetary Fund

Debt Relief under the Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative

<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/hipc.htm>

Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF)

<http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/poverty2.htm>

Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP)

<http://www.imf.org/external/NP/prsp/prsp.asp>

United Way of Greater Los Angeles

Institute for the Study of Homelessness and Poverty

<http://www.unitedwayla.org/getinformed/rr/research/Pages/default.aspx>

University of California, Berkeley

Institute of Urban and Regional Development

<http://www-iurd.ced.berkeley.edu>

University of California, Los Angeles

Center for the Study of Urban Poverty

<http://www.sscnet.ucla.edu/issr/csup/index.php>

Institute for Social Science Research

<http://www.sscnet.ucla.edu/issr>

Social Sciences Division

<http://www.sscnet.ucla.edu>

UCLA Center for Health Policy Research

<http://www.healthpolicy.ucla.edu>

University of California, San Diego

Data on the Internet Catalog

<http://3stages.org/data>

SSDC (Social Sciences Data Collection)

<http://ssdc.ucsd.edu>

University of Chicago

Center for Health Administration Studies

<http://www.chas.uchicago.edu>

Chapin Hall Center for Children

<http://www.chapinhall.org>

Irving B. Harris Graduate School of Public Policy

<http://www.harrisschool.uchicago.edu>



NORC Population Research Center  
<http://www.spc.uchicago.edu/orgs/prc>

University of Connecticut  
Economics Departments, Institutes and Research Centers in the World  
(EDIRC)  
<http://edirc.repec.org>

University of Denver College of Law  
Poverty Law Resources  
<http://www.law.du.edu/povertylawresources>

University of Essex, UK  
Data Archive of the Economic and Social Research Council and the Joint  
Information Systems Committee  
<http://www.data-archive.ac.uk>

University of Kentucky  
Center for Poverty Research  
<http://www.ukcpr.org>

University of Maryland  
Welfare Reform Academy  
<http://www.welfareacademy.org>

University of Michigan  
Gerald R. Ford School of Public Policy  
<http://www.fordschool.umich.edu>  
Health and Retirement Study and AHEAD, ISR  
<http://www.umich.edu/~hrswww>  
ICPSR (Inter-university Consortium for Political and Social Research)  
<http://www.icpsr.umich.edu>  
Institute for Social Research  
<http://www.isr.umich.edu>  
National Poverty Center  
<http://www.npc.umich.edu>  
Population Studies Center  
<http://www.psc.isr.umich.edu>  
Program on Poverty and Social Welfare Policy  
<http://www.fordschool.umich.edu/research/poverty>  
Project for Research on Welfare, Work, and Domestic Violence  
<http://www.ssw.umich.edu/trapped>  
PSID (Panel Study of Income Dynamics)  
<http://psidonline.isr.umich.edu>  
Survey Research Center  
<http://www.isr.umich.edu>

**University of Minnesota**

Center for Urban and Regional Affairs

<http://www.cura.umn.edu>

Children, Youth and Family Consortium Electronic Clearinghouse

<http://www.cyfc.umn.edu>

Hubert H. Humphrey Institute of Public Affairs

<http://www.hhh.umn.edu>

Institute on Race and Poverty

<http://www.irpumn.org>

Roy Wilkins Center for Human Relations and Social Justice

<http://www.hhh.umn.edu/centers/wilkins>

**University of Missouri**

Office of Social & Economic Data Analysis

<http://www.oseda.missouri.edu>

**University of New South Wales, Australia**

Social Policy Research Centre

<http://www.sprc.unsw.edu.au>

**University of North Carolina**

Carolina Population Center

<http://www.cpc.unc.edu>

**University of North Texas Libraries**

Cybercemetery

<http://govinfo.library.unt.edu>

**University of Pennsylvania**

Population Studies Center

<http://www.pop.upenn.edu>

**University of Richmond**

Pew Center on the States

<http://www.stateline.org>

**University of San Diego**

Ethics Updates on Poverty and Welfare

<http://ethics.sandiego.edu/Applied/Poverty/index.asp>

**University of Texas at Austin**

Lyndon B. Johnson School of Public Affairs

<http://www.utexas.edu/lbj>

Population Research Center

<http://www.prc.utexas.edu>

**University of Texas Inequality Project**

<http://utip.gov.utexas.edu>

**University of Virginia**

Historical Demographic, Economic, and Social Data  
<http://fisher.lib.Virginia.EDU/census>

**University of Washington**

Graduate School of Public Affairs  
<http://www.gspa.washington.edu>  
Human Services Policy Center  
<http://hspc.org>  
Social Development Research Group  
<http://www.depts.washington.edu/sdrg>

**University of Wisconsin Extension**

Policy Institute for Family Impact Seminars  
<http://www.familyimpactseminars.org>

**University of Wisconsin Extension/Wisconsin DHFS**

Wisconsin Food Security Project  
<http://www1.uwex.edu/ces/flp/cfs/index.cfm>

**University of Wisconsin-Madison**

Center for Demography and Ecology  
<http://www.ssc.wisc.edu/cde>  
Center on Business and Poverty  
<http://www.cobap.org>  
Data and Information Services Center (formerly Data and Program Library Service)  
<http://disc.wisc.edu>  
Family Village  
<http://www.familyvillage.wisc.edu>  
Institute for Research on Poverty  
<http://www.irp.wisc.edu>  
Journal of Human Resources  
<http://www.ssc.wisc.edu/jhr>  
Robert M. LaFollette School of Public Affairs  
<http://www.lafollette.wisc.edu>  
Wisconsin Public Health and Health Policy Institute  
<http://www.pophealth.wisc.edu/uwphi>

**University of Wisconsin – Milwaukee**

Employment and Training Institute  
<http://www.uwm.edu/Dept/ETI>

**Urban Institute**

<http://www.urban.org>

## U.S. Census Bureau

American FactFinder (AFF)

[http://factfinder.census.gov/home/saff/main.html?\\_lang=en](http://factfinder.census.gov/home/saff/main.html?_lang=en)

County Business Patterns

<http://www.census.gov/epcd/cbp/view/cbpview.html>

Gateway to Census 2000

<http://www.census.gov/main/www/cen2000.html>

Health Insurance Statistics

<http://www.census.gov/hhes/www/hlthins/hlthins.html>

Housing and Household Economics Statistics Division

<http://www.census.gov/ftp/pub/hhes/www>

Income Statistics

<http://www.census.gov/hhes/www/income.html>

Low Income Uninsured Children by State

<http://www.census.gov/hhes/www/hlthins/lowinckid.html>

Poverty Pages

<http://www.census.gov/hhes/www/poverty.html>

Poverty Statistics

<http://www.census.gov/hhes/www/poverty/poverty.html>

Small Area Income and Poverty Estimates

<http://www.census.gov/hhes/www/saipe.html>

State and County QuickFacts

<http://quickfacts.census.gov>

Statistical Abstract of the U.S.

<http://www.census.gov/compendia/statab>

Statistical Briefs

<http://www.census.gov/ftp/pub/apsd/www/statbrief>

Statistics on Income

<http://www.census.gov/hhes/www/income.html>

USA Counties

<http://censtats.census.gov/usa/usa.shtml>

## U.S. Citizenship and Immigration Services

<http://www.uscis.gov>

## U.S. Congress

Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act (PRWORA), 1996

<http://www.access.gpo.gov/congress/wm015.pdf>

## U.S. Congress, House Ways and Means Committee

Green Book 1996, 1998, 2000, 2004

<http://www.gpoaccess.gov/wmprints/green/index.html>

Green Book, 1994

<http://aspe.os.dhhs.gov/94gb/contents.htm>

Summary of Welfare Reforms Made by Public Law 104-193 -The Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act and Associated Legislation

<http://www.access.gpo.gov/congress/wm015.txt>

U.S. Department of Agriculture  
Economic Research Service

<http://www.ers.usda.gov>

Food Assistance Programs, Welfare Reform

<http://www.fns.usda.gov/fncs>

Food, Nutrition and Consumer Services

<http://www.fns.usda.gov/fncs>

U.S. Department of Education

Education Resources Information Center (ERIC)

<http://www.eric.ed.gov>

National Institute on the Education of At-Risk Students

<http://www.ed.gov/offices/OERI/At-Risk>

U.S. Department of Health and Human Services

ACF Welfare Peer Technical Assistance Network

<http://peerta.acf.hhs.gov>

Administration for Children and Families

<http://www.acf.hhs.gov>

Administration on Aging

<http://www.aoa.dhhs.gov>

Head Start Research and Statistics Page

<http://eclkc.ohs.acf.hhs.gov/hslc/About%20Head%20Start>

National Child Care Information Center

<http://www.nccic.org>

National Institutes of Health (NIH)

<http://www.nih.gov>

Office of Human Services Policy

[http://aspe.hhs.gov/\\_office\\_specific/hsp.cfm](http://aspe.hhs.gov/_office_specific/hsp.cfm)

Policy Information Center (PIC)

<http://aspe.hhs.gov/pic>

Poverty Guidelines, Research, and Measurement

<http://aspe.hhs.gov/poverty>

U.S. Department of Housing and Urban Development

HUD

<http://www.hud.gov>

HUD Center for Faith-Based and Community Initiatives

<http://www.hud.gov/offices/fbci/index.cfm>

HUDUSER

<http://www.huduser.org>

Office of Policy Development and Research

<http://www.huduser.org>

U.S. Department of Labor  
Bureau of Labor Statistics  
<http://www.bls.gov>

## V

Vassar College  
Institute for Innovation in Social Policy  
<http://iisp.vassar.edu>

## W

W.E. Upjohn Institute for Employment Research  
<http://www.upjohninst.org>

Waisman Center, University of Wisconsin  
Chicago Longitudinal Study  
<http://www.waisman.wisc.edu/cls>

War on Want  
<http://www.waronwant.org?lid=1>

Washington State Institute for Public Policy  
<http://www.wsipp.wa.gov>

Wayne State University, Institute on Gerontology  
GeroWeb  
<http://www.iog.wayne.edu/resources.php>

Welfare Reform State Links  
<http://www.acf.hhs.gov/programs/ofa/welfare/stlinks.htm>

West Coast Poverty Center  
<http://wcpc.washington.edu>

Wider Opportunities for Women  
Family Economic Self-Sufficiency Project  
<http://www.sixstrategies.org>

# *Erradicação da pobreza*

Wisconsin Council on Children and Families

<http://www.wccf.org>

Wisconsin, State of

Department of Children & Families

<http://www.dcf.wisconsin.gov>

Department of Health Services

<http://www.dhs.wisconsin.gov>

Department of Workforce Development

<http://dwd.wisconsin.gov>

WOMANKIND Worldwide

<http://www.oneworld.orgwomankind>

World Bank

<http://www.worldbank.org>

Eradicate Extreme Poverty and Hunger

<http://ddp->

[ext.worldbank.orgext/GMIS/gdmis.do?siteId=2&goalId=5&menuId=LNAV01](http://ddp-ext.worldbank.orgext/GMIS/gdmis.do?siteId=2&goalId=5&menuId=LNAV01)

[GOAL1](#)

Heavily indebted poor countries

<http://www.worldbank.orghipc>

Global Poverty Monitoring

<http://www.worldbank.orgresearch/povmonitor>

International Development Association

<http://web.worldbank.orgida>

Poverty and growth in India

<http://www.worldbank.org/poverty/data/indiapaper.htm>

Poverty and Growth Program

<http://www.worldbank.orgWBI/attackingpoverty/index.html>

Poverty Lines

<http://www.worldbank.org/html/prdph/lrms/research/povline/plhome.html>

PovertyNet

<http://www.worldbank.orgpoverty>

<http://www.worldbank.orgpoverty/inequal/povmap>

South Asia Poverty Portal

<http://digitalmedia.worldbank.orgsar/poverty>

World Bank Research

<http://econ.worldbank.org>

World Day to Overcome Extreme Poverty – Dia Mundial da recusa da pobreza

<http://www.oct17.org>

World Development Movement - WDM

<http://www.oneworld.orgwdm>

World Health Organization

<http://www.who.int/en>

# *Erradicação da pobreza*

**World Hunger Year**

<http://www.worldhungeryear.org>

**World Income Inequality Database**

<http://62.237.131.23/wiid/WIID2c.pdf>

**World Poverty Map**

<http://www.cis.hut.fi/research/som-research/worldmap.html>





# *A Pobreza em Páginas Soltas*



17 DE OUTUBRO

## DIA INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DOS SEM ABRIGO



A observância do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza remonta a 17 de Outubro de 1987, dia em que, mais de cem mil pessoas se reuniram no Trocadéro, em Paris, local onde, em 1948, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, respondendo à chamada do Padre Joseph Wresinski, apelando à humanidade para recusar situações de miséria e prestando, simultaneamente, homenagem às vítimas da fome, da violência e da ignorância.

Ali, puderam exprimir solenemente a necessidade de se unirem para que o respeito dos Direitos Fundamentais se tornasse uma realidade universal. Nesse mesmo dia, Simone Veil descerrou uma LAJE lembrando *que a presença dos mais pobres no meio de nós constitui um apelo à construção de uma*

*humanidade verdadeiramente fraterna.*

A LAJE do Trocadéro é, pois:

- um local em honra dos mais pobres de todos os tempos e continentes
- um local onde se afirma a recusa da condição indigna e inaceitável que é imposta aos mais pobres
- um local de encontro e de fraternidade onde todos podem renovar o compromisso de agirem para que os direitos de cada homem e mulher sejam respeitados
- uma fonte de orgulho e de coragem para os mais pobres



Réplica da Laje em Portugal  
(Lisboa, Rua Augusta, sob o Arco)

Ordenado padre em 1946, em Soissons, França, Joseph Wresinski, filho de pai polaco e mãe espanhola, conheceu a miséria, quando criança. Foi prior de paróquias operárias e rurais durante dez anos, até que o bispo lhe propôs ir ao acampamento dos sem-abrigo, em Noisy-le-Grand, na região de Paris.

Em 1957, com as famílias que viviam nesse bairro de lata, criou a associação *Aide à Toute Détresse* (ATD) que, dinamizando-se como um autêntico movimento social, criou consciência social.

Membro do Conselho Económico e Social da República Francesa desde 1979, o sacerdote redigiu o relatório *“Grande Pobreza e Precariedade Económica e Social”*, que viria a ter repercussões sociais e políticas importantes na Europa e no mundo. O relatório reconhece a extrema pobreza como uma violação dos Direitos Humanos e

proclama que não é possível suprimir a grande pobreza sem associar, logo à partida, os mais pobres como parceiros de pleno direito.

No dia 17 de Abril de 1989, Javier Perez de Cuellar, então Secretário-geral das Nações Unidas, ao visitar a Laje e depois de ter lido a mensagem nela inscrita, declarou:



*"Estou aqui como Secretário-geral das Nações Unidas e mais ainda como ser humano. Foi com uma profunda emoção que li as palavras do padre Joseph Wresinski.*

*Esta inscrição inspira de modo permanente os nossos esforços, para que a pobreza seja vencida. Sou o representante da ONU, a organização que luta pela paz. Mas não creio que a paz consista somente na ausência de guerras. Não podemos falar de paz enquanto houver miséria no mundo. (...)"*

Em 17 de Outubro de 1992, em nome de um grupo de personalidades internacionais, reunidas num Comité, Javier Perez de Cuellar lançou um apelo para o reconhecimento deste dia, e no seu seguimento, a comunidade internacional começou a dar expressão ao seu empenho na luta contra a pobreza.

Através da Resolução 47/196, adoptada em 22 de Dezembro de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o dia 17 de Outubro como o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e convidou todos os Estados a dedicar o dia à apresentação de actividades concretas no que diz respeito à erradicação da pobreza e da miséria.

As Nações Unidas reconheceram, assim, oficialmente este dia, dando-lhe um alcance universal.

No dia 17 de Outubro de 1994, as famílias do Quarto Mundo, reunidas em Congresso nos Estados Unidos da América, foram recebidas pelo Secretário Geral das Nações Unidas que assim dava um real significado ao reconhecimento pela ONU das famílias mais pobres, como parceiros de direito.

A 17 de Outubro de 1996 foi inaugurada uma réplica da Laje do Trocadéro na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Bruxelas, 16 de Outubro de 2008

## Erradicar a pobreza: o «Ano Europeu 2010» começa hoje!

***Na véspera do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, os ministros de toda a UE estão a ter uma reunião de alto nível consagrada à luta contra a pobreza e à promoção da inclusão social. 2010 será o «Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social» e a reunião de hoje, em Marselha, França, assinala o início dos preparativos em toda a Europa. São convidados a participar na campanha ONG, autoridades locais e todos quantos trabalham contra a exclusão. A iniciativa beneficiará de uma dotação de pelo menos 26 milhões de euros, dos quais 17 milhões são contributo da UE.***

Vladimír Špidla, Comissário Europeu dos Assuntos Sociais, declarou: «A Europa é uma das regiões mais ricas do mundo e, mesmo assim, 78 milhões de pessoas estão em risco de pobreza. Isto é completamente inaceitável. Precisamos de nos esforçar mais para mudar a nossa atitude. A UE, os governos nacionais e os cidadãos, todos juntos podem e devem agir para erradicar a pobreza. Oito anos após a primeira estratégia europeia para a inclusão social, está na hora de reafirmar o compromisso da UE com este importante objectivo. Em toda a UE, durante o ano de 2010, suceder-se-ão eventos que mostrarão as diferentes faces da pobreza e da exclusão na Europa.»

O Ano Europeu 2010 tem por finalidade:

- Reconhecer os direitos e a capacidade das pessoas excluídas para desempenhar um papel activo na sociedade;
- Sublinhar que cada indivíduo na sociedade tem responsabilidades na luta contra a pobreza;
- Promover a coesão social e disseminar boas práticas em matéria de inclusão;
- Reforçar o compromisso de todos os altos responsáveis políticos de tomar medidas mais eficazes.

78 milhões de pessoas na UE - ou seja, 16% da população e 19% das crianças – estão actualmente sob a ameaça da pobreza. De acordo com a definição comumente aceite na UE, as pessoas são consideradas em risco de pobreza quando vivem com um rendimento inferior a 60% do rendimento familiar mediano no seu país. Em 2004 (o último valor disponível), cerca de 23,5 milhões de pessoas tinham de viver com menos de 10 euros por dia.

Os inquéritos Eurobarómetro mostram que os europeus vêem a pobreza como um problema generalizado. Na UE, os cidadãos consideram que, na sua região, cerca de uma em cada três pessoas (29%) vive em situação de pobreza e que uma em cada 10 sofre de pobreza extrema.

## *Erradicação da pobreza*

Desde que a UE lançou, em 2000, o seu método aberto de coordenação das políticas nacionais de luta contra a pobreza e a exclusão social, todos os 27 Estados-Membros já elaboraram planos de acção nacionais plurianuais. Antes de 2000, apenas três Estados-Membros já aplicavam tais estratégias.

A participação da UE preconiza padrões elevados, com base em objectivos decididos de comum acordo, podendo no entanto cada país aplicar medidas adaptadas ao contexto nacional. O Fundo Social Europeu (FSE) representa actualmente perto de 10% do orçamento da UE e investe anualmente cerca de 10 mil milhões na qualificação de cidadãos de todos os Estados-Membros.

A reunião ministerial de hoje segue-se à 7.ª Mesa Redonda Europeia sobre Pobreza, organizada conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Presidência Francesa da UE nos dias 15 e 16 de Outubro de 2008. A reunião tem por finalidade mobilizar os diferentes intervenientes neste domínio e promover o diálogo sobre a inclusão social. O evento deste ano centrou-se na recente recomendação da Comissão aos governos nacionais sobre estratégias para a inclusão activa (ver [IP/08/1448](#)).

### **Informações complementares**

Sítio Web da Comissão Europeia sobre inclusão social

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=437&langId=en>

Eurobarómetro «Pobreza e exclusão»:

[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_279.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_279.pdf)